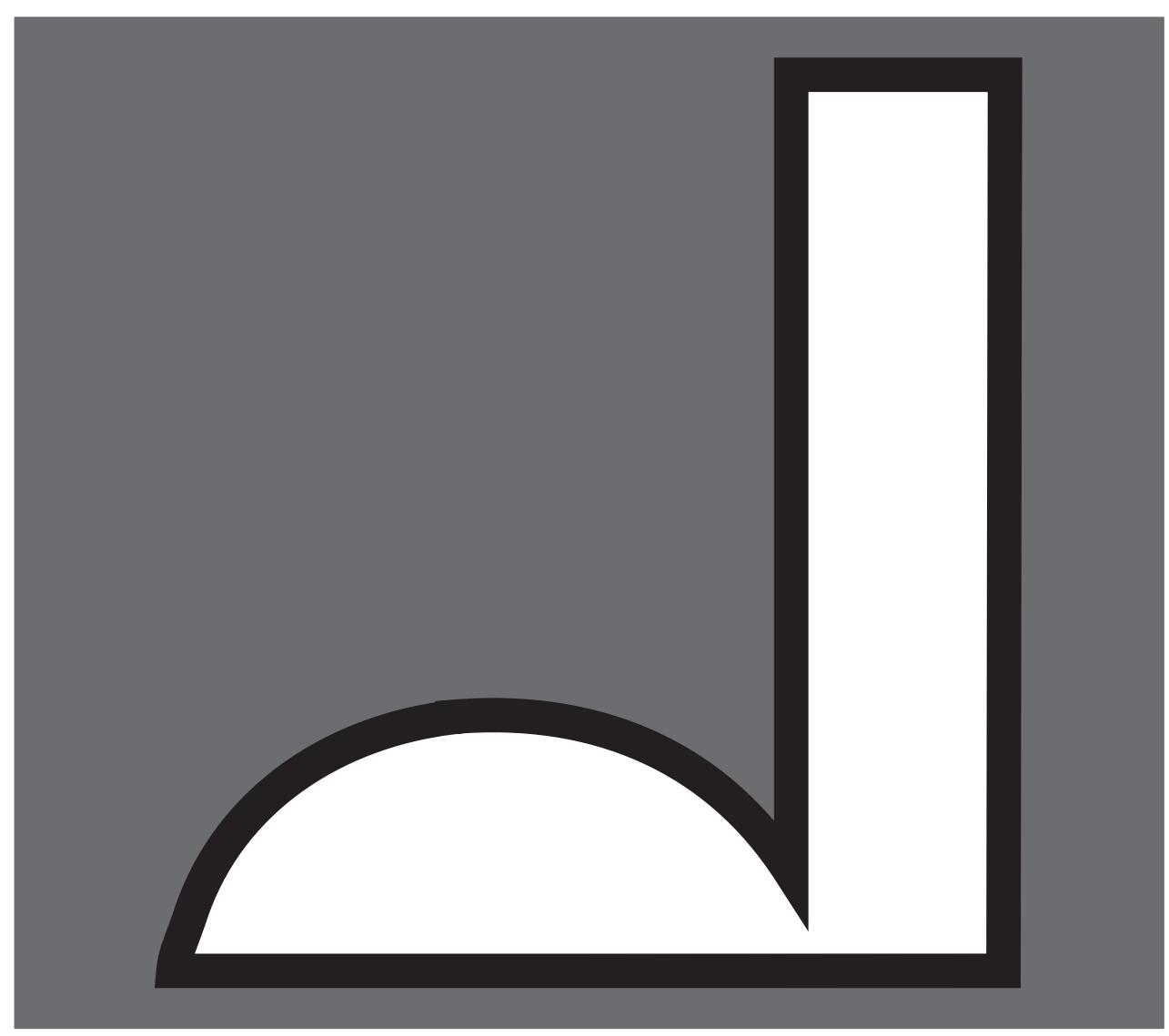




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 90 - TERÇA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota	LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB	Líder Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 29 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 733, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Rolim de Moura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 580, de 25 de setembro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 21 de fevereiro de 1994, a permissão outorgada à Rádio Educadora de Rolim de Moura Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 734, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária N'Ativa FM de Tabuleiro do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 661, de 30 de abril de 2002, que autoriza a Rádio Comunitária N'Ativa FM de Tabuleiro do Norte a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 735, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Fundação Antônio Dias de Lima – FADL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 898, de 4 de junho de 2002, que autoriza a Fundação Antônio Dias de Lima – FADL a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 736, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 954, de 7 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de agosto de 1997, a permissão outorgada à Rádio FM Esperança Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 737, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de agosto de 1998, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 738, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 737, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orlândia a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 739, DE 2005**Aprova o ato que autoriza a Associação Benevente de Moradores a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 509, de 23 de setembro de 2003, que autoriza a Associação Benevente de Moradores a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 740, DE 2005**Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Moreno Braga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vigia, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de setembro de 1998, a concessão da Rádio Moreno Braga Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vigia, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 741, DE 2005**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Rolim de Moura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 196, de 25 de fevereiro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 24 de outubro de 1995, a permissão outorgada à Rádio Clube de Rolim de Moura Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 742, DE 2005**Aprova o ato que autoriza o Grupo de Apoio Comunitário – GAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 889, de 04 de junho de 2002, que autoriza o Grupo de Apoio Comunitário – GAC a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 743, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Maior de Aracati Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.270, de 12 de julho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de maio de 1998, a permissão outorgada à FM Maior de Aracati Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 744, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 30 de julho de 1992, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1983, a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 745, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Vale do Guaporé (AAVG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria Nº 494, de 22 de setembro de 2003, alterada pela Portaria Nº 732, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação de Amigos do Vale do Guaporé (AAVG)

a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 746, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jaguapitã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguapitã, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.849, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 626, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jaguapitã a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguapitã, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 747, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Contemporânea Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 31 de outubro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 4 de outubro de 1998, a concessão da Rádio Contemporânea Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 748, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.688, de 26 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de junho de 2000, a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda., para

explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 749, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 528, de 8 de outubro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim a executar, sem direito de exclusividade, por 10 (dez) anos, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 750, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Unidos para Sempre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 201, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Unidos para Sempre a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 751, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.835, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 743, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 752, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caldense – AÇĀOCCALDAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.437, de 31 de julho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Caldense – AÇĀOCCALDAS a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 753, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Terra de Montes Claros Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 2 de setembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 16 de dezembro de 1996, a concessão da Rádio Terra de Montes Claros Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 754, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de dezembro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Fundação Cultural João Paulo II para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 755, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Barra do Garças Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de abril de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 1993, a concessão da Rádio Difusora de Barra do Garças Limitada para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 756, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Terra FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.841, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 625, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Rádio Comunitária Terra FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 757, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Pinhais a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhais, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 202, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Amigos de Pinhais a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 758, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Alto Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.944, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 740, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Alto Alegre a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 759, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 426, de 22 de março de 2002, que outorga permissão à SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 760, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mauá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 137, de 13 de março de 1990, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 23 de agosto de 1989, a permissão outorgada à Rádio Mauá Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 761, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Sociedade de Assistência e Ocupação do Menor – PROAME a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Alves, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 504, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Sociedade de Assistência e Ocupação do Menor – PROAME a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Alves, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 762, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Josué Pereira para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 638, de 9 de dezembro de 2003, que outorga permissão à Fundação Josué Pereira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 763, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à E.F. Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 181, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à E.F. Comunicações Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 764, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão a Studio G Comunicação e Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 467, de 4 de setembro de 2003, que outorga permissão a Studio G Comunicação e Marketing Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 765, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Defensores da Cultura e da Arte Popular de Catunda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catunda, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 484, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação dos Defensores da Cultura e da Arte Popular de Catunda a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catunda, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 766, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural “Orlando do Carmo Arantes” de Edéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Edéia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 325, de 27 de junho de 2003, que autoriza a Associação Cultural “Orlando do Carmo Arantes” de Edéia a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Edéia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 767, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – FUVATES para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.783, de 5 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – FUVATES para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 91^ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE JUNHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projeto de lei do Congresso Nacional

Nº 15, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União crédito suplementar no valor de R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 65, de 2005-CN, nº 376/2005, na origem).....

20993

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Lei nº 15, de 2005-CN.....

20997

1.2.3 – Ofícios

Nº 292/2005, de 24 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 252, de 2005.....

20997

Nº 802/2005, de 27 do corrente, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de indicação de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destina a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no Correios. Designação de Deputado Ibrahim Abi-Ackel, como suplente, para compor a referida Comissão.....

20998

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 26, de 2005.....

20998

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 703, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona.....

20998

Nº 704, de 2005, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando inserção em ata voto de pesar pelo falecimento do advogado e professor Otávio

Mendonça, ocorrido em Belém, na última sexta-feira, dia 24.....	21000
Nº 705, de 2005, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando inserção em ata voto de pesar pelo falecimento do advogado Paulo de Tarso Dias Klautau, ocorrido no ultimo dia 15, em Belém.....	21000
Nº 706, de 2005, de autoria do Senador José Agripino, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 461, de 2003, que já tramitam em conjunto, com os Projetos de Lei do Senado nºs 103, de 1999 e 83, de 2005, por versarem de matérias correlatas.....	21000
1.2.6 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 164, de 2005 (nº 377/2005, na origem), de 21 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal. À <i>Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</i>	21000
Nº 165, de 2005 (nº 378/2005, na origem), de 21 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Mauro Mendes de Azeredo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica. À <i>Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</i>	21005
1.2.7 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, que dispõe sobre o pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal e ao pescador profissional, na condição de empregado, por ocasião do período do defeso, e dá outras providências.....	21013
1.2.8 – Discursos do Expediente	
SENADOR MÁO SANTA – Considerações sobre a desigualdade na distribuição de renda no país.....	21016
SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre artigo de autoria de S.Ex ^a intitulado “Os pilas	

<i>res para democratizar a economia e as decisões governamentais</i> . Registra crescimento da economia brasileira em 2004, conforme divulgação de índices oficiais.....	21019	as investigações de corrupção nos Correios e o pagamento de mensalão.....	21053
SENADOR JOSÉ JORGE – Comentário sobre matérias divulgadas em revistas de circulação nacional, sobre denúncias de distribuição de dinheiro para pagamento de parlamentares. Solicita a expulsão de parlamentares envolvidos em novas denúncias de corrupção na assembléia legislativa de Rondônia.....	21022	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO , como Líder – Posicionamento favorável à apuração das denúncias de corrupção.....	21055
SENADOR GERALDO MESQUITA – Reunião com militantes e dirigentes do P'SOL, ocorrido ontem na cidade do Rio de Janeiro, para debater a conjuntura política nacional.....	21025	SENADOR CÉSAR BORGES – Apoio às reivindicações dos participantes de manifestação dos produtores rurais, amanhã, em Brasília, denominada “tratoraço”. Celeridade para as deliberações na CPI dos Correios.....	21057
SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre as questões analisadas pelo senador Geraldo Mesquita Júnior em seu discurso.....	21028	SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Debate sobre a CPI dos Correios e a reforma política.....	21061
SENADOR LEONEL PAVAN – Debate sobre a questão do trabalho escravo e as medidas adotadas pelo governo federal para sua erradicação..	21028	SENADOR EDUARDO SUPILCY – Declaração do Fórum Internacional do Direito Universal à Água, realizado em Roma, na Itália.....	21061
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Críticas ao pronunciamento de ex-oficial do exército, na tribuna da Câmara dos Deputados, que dizia se arrepender de não ter torturado um militante de esquerda.....	21031	SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Aplausos ao Presidente Renan Calheiros que se manifestou favorável à instalação da CPI dos Bingos. Evidências sobre a existência do mensalão. Dificuldades dos agricultores brasileiros, que se manifestarão, amanhã, em Brasília. Crescimento do município de Luis Eduardo, no Estado da Bahia.....	21074
SENADOR NEY SUASSUNA – Análise dos trabalhos legislativos frente às denúncias de corrupção.....	21033	1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADORA HELOÍSA HELENA – Preocupação com a investigação das denúncias de corrupção no atual governo.....	21035	SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro de artigo intitulado “ <i>O bombardeio das CPIs e a estratégia da vergonha</i> ”, de autoria do ex-Presidente do STF Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 5 de junho do corrente.....	21076
SENADOR ALBERTO SILVA – Defesa da criação de uma câmara de gestão destinada a estudar alternativas para recuperação das rodovias brasileiras.....	21037	SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário ao artigo intitulado “ <i>Carrasco é tratado como fidalgo</i> ” da colunista Dora Kramer, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 9 de junho do corrente.....	21078
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Importância da aprovação da reforma política a tempo para implantação das novas regras na próxima eleição..	21039	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “ <i>Conspiração do riso</i> ”, autoria de Clovis Rossi, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 19 de junho do corrente. Transcrição de artigo de autoria do professor de filosofia da UFRGS, Denis Lerner Rosenfeld, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , intitulado “ <i>O autismo político</i> ”, publicado em 27 do corrente.....	21079
SENADORA IDELI SALVATTI – Retrospectiva das ações efetivadas pela CPI dos Correios na semana passada.....	21045	SENADOR ALVARO DIAS – Registro de matéria intitulada “ <i>Amanha poderá ser tarde demais</i> ”, publicada no jornal Correio Braziliense , edição de 15 de maio do corrente.....	21080
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti.....	21047	SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentário do artigo intitulado “ <i>História da ruína petista-lulista</i> ”, autoria de Vinícius Torres Freire, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 6 de junho do corrente.....	21082
SENADOR IDELI SALVATTI – Resposta as considerações do Senador Heráclito Fortes.....	21050	1.2.10 – Comunicação da Presidência	
SENADORA HELOÍSA HELENA – Considerações sobre os fatos ocorrida após a expulsão da S. Exa. do Partido do Trabalhadores.....	21051	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 21, terça-fei-	
SENADOR JOSÉ AGRIPINO , como Líder – Análise dos fatos que culminaram com a instalação da CPI dos Correios e sua provável relação com a denúncia de pagamento de “mensalão”....	21052		
SENADOR ALVARO DIAS – Síntese de reportagens publicadas neste final de semana sobre			

ra, às 14 horas com Ordem do Dia anteriormente designada.....	21083
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESÕES ANTERIORES	
Do Senador Romeu Tuma, proferido na sessão de 8 de junho de 2005.....	21084
Do Senador Aloizio Mercadante, proferido na sessão de 24 de maio de 2005.....	21087
Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão de 24 de junho de 2005.....	21089
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 27-6-2005.....	21092
4 – EMENDAS	
Nºs 1 a 442, apresentadas a Medida Provisória nº 252, de 2005. (Publicadas em suplemento a este Diário).....	21093
5 – ATOS DO PRESIDENTE	
Nºs 76 e 77, de 2005.....	21098
6 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
Nº 89, de 2005. (Republicação).....	21099
7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 2.835 a 2.859, de 2005.....	21100

SENADO FEDERAL**8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****9 – SECRETARIA DE COMISSÕES****10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****13 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****14 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****15 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****17 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****18 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****19 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****20 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 91^a Sessão Não Deliberativa, em 27 de junho de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, José Jorge, César Borges,
Garibaldi Alves Filho e Augusto Botelho*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 15, DE 2005 – CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$360.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária Vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei Nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

: 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
ADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000.000,00												
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	D	R	P	M	I	F	E	VALOR	
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS														360.000.000,00	
28 846	0909 0265	OPERACOES ESPECIAIS													360.000.000,00
28 846	0909 0265 0001	INDENIZACOES E RESTITUICOES RELATIVAS AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA - PROAGRO (DECRETO N° 175, DE 1991) INDENIZACOES E RESTITUICOES RELATIVAS AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA - PROAGRO (DECRETO N° 175, DE 1991) - NACIONAL													360.000.000,00
TOTAL - FISCAL														360.000.000,00	
TOTAL - SEGURIDADE														0	
TOTAL - GERAL														360.000.000,00	

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74203 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA/INCA - MIN. DO DESENV. AGRÁRIO

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000.000,00															
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	N	R	P	M	O	I	U	F	T	E	V	ALOR
0135 ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS															222.000.000,00			
21 846	0135 0062	OPERACOES ESPECIAIS																
21 846	0135 0062 0001	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS - IMPLANTACAO															222.000.000,00	
21 846	0135 0062 0001	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS - IMPLANTACAO - NACIONAL															222.000.000,00	
																	222.000.000,00	
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA															138.000.000,00			
21 846	0137 0427	OPERACOES ESPECIAIS																
21 846	0137 0427 0001	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AOS ASSENTADOS - RECUPERACAO															138.000.000,00	
21 846	0137 0427 0001	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AOS ASSENTADOS - RECUPERACAO - NACIONAL															138.000.000,00	
																	138.000.000,00	
TOTAL - FISCAL															360.000.000,00			
TOTAL - SEGURIDADE															0			
TOTAL - GERAL															360.000.000,00			

MENSAGEM Nº 376

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$360.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 21 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM. Nº 106/2005-MP

Brasília, 15 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais).

2. A suplementação visa a atender despesas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, decorrentes da criação do “Proagro Mais” pela Resolução do Banco Central do Brasil nº 3.234, de 31 de agosto de 2004, destinado aos pequenos produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, garantindo, além da cobertura do financiamento contratado, parte da sua renda estimada em caso de ocorrência de sinistro. Além disso, a partir do final de 2004, ocorreu estiagem em todos os estados da região Sul do Brasil, que ampliou substancialmente o número de ocorrências de perdas pelos agricultores amparados pelo “Proagro Mais”, gerando uma necessidade adicional de recursos.

3. Cabe esclarecer que este crédito será viabilizado mediante anulação parcial de dotações orçamentárias nas ações 0062 – Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – Implantação e 0427 – Concessão de Crédito-Instalação aos Assentados – Recuperação. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, esta anulação não inviabilizará o atendimento de sua programação, uma vez que foi decidida em função de sua capacidade de execução.

4. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2005), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas foram consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo V do Decreto nº 5.463, de 13 de junho de 2005.

5. O presente crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

Aviso nº 609 – C. Civil

Em 21 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Moeais

Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Projeto de lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$360.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos quadros dos créditos orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com

as áreas temáticas definidas no parecer preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, 8º da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão consideração automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário

anual previsto no anexo de metas fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

DECRETO N° 5.463, DE 13 DE JUNHO DE 2005

Altera os Anexos V, VI, VIII, IX e X do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal.

de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

ANEXO VRESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2005

--R\$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Ago	Jan-Dez
1. RECEITA TOTAL	243,1	368,2
1.1. Receita Administrada pela SRF	211,8	322,1
1.2. Receitas Não Administradas	29,7	43,5
1.3. Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,6	2,6
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	52,3	76,3
2.1. FPE/FPM/IPI-EE	41,3	59,9
2.2. Demais	11,0	16,5
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	190,8	291,9
4. DESPESAS	131,5	209,8
4.1. Pessoal e Encargos Sociais	57,7	92,0
4.2. Outras Correntes e de Capital	73,8	117,8
4.2.1. Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,6	2,6
4.2.2. Não Discricionárias	22,9	38,3
4.2.3. Discricionárias - LEJU + MPU	2,6	4,3
4.2.4. Discricionárias - Poder Executivo	46,7	72,6
5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)	59,3	82,1
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	(21,8)	(38,9)
6.1 Arrecadação Líquida INSS	66,0	106,6
6.2 Benefícios da Previdência	87,8	145,5
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU	0,7	1,1

8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(0,2)	(0,2)
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7+8)	38,0	44,1
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	7,3	15,2
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	45,3	59,3
12. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO § 3º DO ART.16 DA LEI Nº 10.934, DE 2004	1,7	2,8
13. RESULTADO PRIMÁRIO AJUSTADO PARA FINS CUMPRIMENTO LDO 2005 (11+12)	47,0	62,1

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 2-8 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 10-8 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 15-8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 25-8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 292/2005 – GLDBAG

Brasília, 24 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, a Senadora Serys Sihessarenko, para integrar, como titular, a Comissão Mista para analisar a Medida Provisória nº 252, de 2005, que “Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências”, em substituição ao Senador Delcídio Amaral.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. N° 802

Brasília, 27 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, como suplente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Cordialmente, – Deputado **José Janene**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Sr. Senador Deputado Ibrahim Abi-Ackel, como suplente, para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução n° 26, de 2005**, que suspende a execução da expressão “locação de bens móveis”, constante do item 79 da Lista de Serviços a que se refere o Decreto-Lei Federal n° 406, de 31 de dezembro de 1968, na redação dada pela Lei Federal Complementar n° 56, de 15 de dezembro de 1987, e da mesma expressão contida no item 78 do § 3º do art. 50 da Lista de Serviços da Lei Municipal n° 3.750, de 20 de dezembro de 1971, do Município de Santos, no Estado de São Paulo.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 703, DE 2005

Requeiro, na forma do art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam fornecidas pelo Ministro de Estado das Comunicações as informações solicitadas abaixo, a respeito da concessão outorgada à Fundação Cultural de Belo Horizonte, por meio do Decreto Presidencial de 27 de fevereiro

de 2002, para fins de instrução do Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal n° 563, de 2003, do qual sou relator.

1. É possível outorgar a concessão de canal educativo para o serviço de geração de sinais de sons e imagens (GTV) a uma instituição privada que não desenvolve projetos educativos ou culturais na região em que se pretende atuar e nem mesmo possui sede no município onde se deseja obter o canal GTV?

2. A concessão de um canal GTV no Município de Ouro Preto – MG, à Fundação Cultural de Belo Horizonte, poderá inviabilizar a obtenção, pela Universidade Federal de Ouro Preto, de um outro canal de GTV naquele município?

3. Caso não haja restrição à outorga de concessão de um canal educativo de geração de sons e imagens à Universidade Federal de Ouro Preto, já tendo, naquele município, em operação um canal GTV de outra instituição, quais os procedimentos que a Universidade Federal deva adotar para o recebimento do canal?

Justificação

Analizando o PDS n° 563, de 2003, verifico que a Fundação Cultural de Belo Horizonte, instituição privada, com sede em Belo Horizonte, mantenedora da Televisão Educativa de Ouro Preto (TOP), Canal 15, requer a autorização para ser, além de repetidora, geradora de programas também no Município de Ouro Preto – MG (fls. 67 do processado).

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), centro de excelência em educação na região e com grande influência em outros 13 pólos municipais, almeja também obter a concessão de um canal de serviço de geração de sinais de sons e imagens no Município de Ouro Preto, para divulgação de seus projetos culturais, educativos, científicos e sociais na região.

Preocupado com a possibilidade de que a concessão de canal GTV a uma instituição privada, que não desenvolve projetos educacionais e culturais no Município de Ouro Preto, venha a prejudicar a Universidade Federal instalada na localidade é que tomo a iniciativa de formular esse requerimento de informações.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
NA REUNIÃO DE 21 / 06 / 05 , OS SENHORES SENADORES:**

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES <i>meu av</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>meu av</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>meu av</i>
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA <i>meu av</i>	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA <i>meu av</i>	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA <i>meu av</i>	4- PAPALEÓ PAES
SÉRGIO CABRAL <i>meu av</i>	5- MÃO SANTA <i>meu av</i>
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ <i>meu av</i>	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS <i>meu av</i>	4- DELCÍDIO AMARAL
IDEI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO <i>meu av</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAZI <i>meu av</i>	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO <i>meu av</i>	1- JUVÉNCIO DA FONSECA
-------------------------------	------------------------

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido vai ao exame da Mesa e será anexado, em cópia, ao processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2003, o qual visa instruir.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 704, DE 2005

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de voto de pesar pelo falecimento, em Belém, na última sexta-feira, dia 24 de junho, do advogado e professor Otávio Mendonça. O professor Otávio Mendonça nasceu em Belém do Pará, no dia 12 de março de 1921 e era descendente de antiga e tradicional família da região do Baixo Tocantins. Dentre muitas atividades, destacou-se como Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, como professor de várias gerações do curso de direito da Universidade Federal do Pará e como membro da Academia Paraense de Letras. O professor Otávio Mendonça, hábil com as palavras e com a escrita, foi um exemplo de cidadão, educador e advogado, prestando relevantes serviços ao povo e à cultura do Estado do Pará.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar do Senado seja comunicado à Academia Paraense de Letras, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, ao Jornal **O Liberal**, onde Otávio Mendonça era articulista e advogado e à sua família.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2005. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB – PA.

REQUERIMENTO Nº 705, DE 2005

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de voto de pesar pelo falecimento, em Belém, no último dia 15 de junho próximo passado, do advogado Paulo de Tarso Dias Klautau. Com exemplar dedicação, serviu e honrou a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, onde foi Presidente no biênio 1987/1989, período em que realizou valorosas ações em defesa da classe dos advogados e da sociedade civil. Foi também Conselheiro Federal por dois mandatos, entre 1981 e 1987, e, posteriormente, Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), entre 1989 e 1991.

Paulo Klautau foi sempre incansável na defesa da ética na advocacia, na defesa das grandes causas institucionais e pelo fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar do Senado seja comunicado à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará e à sua família.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2005. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB – PA.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 706, DE 2005

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 258, do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 461, de 2003, que já tramitam em conjunto, com os de números 103, de 1999 e 83, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2005. – Senador **José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 164, DE 2005

(Nº 377/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal.

O Embaixador também foi indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh pela Mensagem nº 370, de 20 de junho de 2005.

Os méritos do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM N° 199 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 14 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe

da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal.

Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e currículum vitae do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

I N F O R M A Ç Ã O

C U R R I C U L U M V I T A E **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL**

CPF.: 4214820100

ID.: 3204-MRE

1946 Filho de Victor Hugo Pimentel e Sonia de Sá Pimentel, nasce em 02 de março, em Vitória/ES.

1970 CPCD - IRBr

1970 Terceiro Secretário em 03 de fevereiro

1970 Bacharel em Direito pela UnB/DF, em 20 de dezembro

1972 Curso de Prática Diplomática e Consular - IRBr

1973 Segundo Secretário, por merecimento, em 01 de janeiro

1973 Embaixada em Washington, Segundo Secretário

1976 Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro Secretário

1978 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro

1979 Gabinete, Assessor do Ministro

1980 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial

1982 Medalha Mérito Tamandaré, Ministério da Marinha, Brasil

1982 Conselheiro, por merecimento, em 16 de junho

1982 Embaixada em Paris, Conselheiro

1985 Reescalonamento da dívida da Costa Rica para com o Brasil, Clube de Paris, Paris, Chefe de delegação

1985 CAE - IRBr - "François Mitterrand e os Países Subdesenvolvidos: a Herança, as Promessas e os Fatos"

1985 Reescalonamento da dívida do Togo e Zâmbia para com o Brasil, Clube de Paris, Chefe de delegação

1985 Reescalonamento da dívida da Polônia para com o Brasil, Clube de Paris, Varsóvia, Chefe de delegação

1985 Embaixada na Guatemala, Conselheiro

1988 Divisão da América Central e Setentrional, Chefe

1989 Instituto Rio Branco, Professor de Redação Oficial

- 1989 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1990 Secretaria de Imprensa, Chefe
- 1990 Instituto Rio Branco, Professor de Prática Diplomática
- 1991 Consulado-Geral em Roma, Cônsul Geral
- 1991 República de San Marino, Cônsul Geral (cumulativo)
- 1993 Medalha Mérito Santos-Dumont, Ministério da Aeronáutica, Brasil
- 1994 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea
- 1994 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor Especial
- 1994 Negociações preparatórias à "Cúpula das Américas": Panamá, Nicarágua, Guatemala, São José, San Salvador, Tegucigalpa, São Domingos, Chefe de delegação
- 1995 Secretaria de Planejamento Diplomático, Chefe
- 1995 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea
- 1995 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 1996 Departamento da África e Oriente Próximo, Diretor-Geral
- 1996 Consultas Políticas com a África do Sul, Pretória, Chefe de delegação
- 1996 Instituto Rio Branco, Professor de Diplomacia Brasileira (1996/1997)
- 1996 Reunião de Altos Funcionários das Chancelarias dos Países de Língua Portuguesa, Maputo, Chefe de delegação
- 1997 Consultas Políticas com a África do Sul, Pretoria, Chefe de delegação
- 1998 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
- 1998 Missão brasileira aos países do Golfo Arábico. Riade, Jedá, Kuaite, Abu-Dhabi, Dubai, Chefe de delegação
- 1998 Reunião dos Responsáveis Políticos da CPLP, Funchal, Chefe de delegação
- 1998 Consultas políticas com a Namíbia, Windhoek, Chefe de delegação
- 1998 Reunião CPLP-CEDEAO para mediação da crise na Guiné Bissau, Abidjan, Chefe de delegação
- 1998 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de dezembro
- 1999 Reunião dos Responsáveis Políticos da CPLP, Cascais, Chefe de delegação
- 2000 "Relações entre o Brasil e a África Subsaárica", in Revista Brasileira de Política Internacional, ano 43, nº 1, 2000, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília
- 2001 "O Padrão de Votação Brasileiro na ONU e a Questão do Oriente Médio", in "Israel-Palestina: A Construção da Paz Vista de uma Perspectiva Global", Editora UNESP, São Paulo
- 2001 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul Geral
- 2004 Embaixada em Nova Delhi, Embaixador

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

NEPAL

- **Capital:** Katmandu
- **População:** 27.676.547 (est. julho de 2005)
- **Área:** 147.181 km²
- **Idiomas:** nepali (oficial), tibetano, maithili, bhojpuri
- **Religiões:** hinduísmo, crenças tradicionais, budismo, islamismo
- **Sistema Político:** monarquia parlamentarista
- **Chefe de Estado:** Rei GYANENDRA Bir Bikram Shah
- **Chefe de Governo:** Primeiro-Ministro Sher Bahadur DEUBA
- **PIB (PPP):** US\$ 39.53 bilhões (2004)
- **PIB *per capita* (PPP):** US\$ 1.500 (2004)
- **Unidade monetária:** rúpia nepalesa

Com um PIB de aproximadamente US\$ 40 milhões, o Nepal é uma dos países menos desenvolvidos do mundo. Cerca de 40% da população vive abaixo da linha de pobreza. A agricultura permanece responsável pela renda de 80% dos nepaleses.

Em janeiro de 2005, o rei do Nepal, Gyanendra Bir Bikram Shah Dev, dissolveu o Governo e demitiu o Primeiro-Ministro Sher Bahadur Deuba. Gyanendra, além de acusar os partidos políticos de excesso de indulgência com os guerrilheiros maoístas. Desde sua eclosão em 1996, a guerrilha maoísta fez mais de onze mil vítimas, em seguintes tentativas de derrubar a monarquia constitucional.

Em 2005, o Brasil apoiou o consenso internacional adotado em relação à resolução da Comissão de Direitos Humanos sobre consultoria e assistência técnica em Direitos Humanos no Nepal.

Sob pressão internacional, em maio corrente, o monarca nepalês afirmou que suspendeu o estado de emergência, restituiu todos os direitos e liberdades civis, autorizou o pleno funcionamento das instituições democráticas e deu início aos preparativos de eleições gerais.

O Nepal apóia a reforma das Nações Unidas, incluindo a revitalização da Assembléia Geral e do Conselho Econômico e Social. O Nepal “apóia a ampliação do Conselho de Segurança e a reforma dos seus métodos de trabalho a fim de torná-lo mais representativo, transparente e democrático”. Segundo o Chanceler nepalês Prakash Sharan Mahat, em declaração de setembro de 2004, “as aspirações de alguns Estados-membros, incluindo Índia, Japão, Alemanha e Brasil, merecem séria consideração para serem membros permanentes do Conselho de Segurança. Ao mesmo tempo, há um imperativo urgente para expandir o número de membros não-permanentes com vistas a assegurar maior participação de Estados-membros menores”.

O relacionamento entre Brasil e Nepal tem-se caracterizado, até hoje, por baixa intensidade. Isso ocorre não apenas devido ao pouco peso específico do Nepal e à distância que separa os dois países, mas também à reduzida abertura para o mundo que prevaleceu naquele país durante várias décadas. A relação restringiu-se, em boa medida, à troca de votos em organismos internacionais e a pedidos mútuos de apoio. País essencialmente agrícola, desprovido de tecnologias modernas, com baixo nível socioeconômico, o Nepal, como parceiro comercial, tem poucos atrativos a oferecer ao Brasil, salvo seu enorme potencial hidrelétrico, quase completamente inexplorado. A representação diplomática do Brasil junto ao Governo nepalês incumbe à Embaixada em Nova Delhi, cumulativamente.

Há proposta brasileira de Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Nepal, com vistas a estabelecer cooperação técnica do Brasil na área de aproveitamento de recursos hídricos, inclusive na construção de hidrelétricas de médio e grande porte. O acordo, de interesse do Nepal, estaria sendo finalizado pelo Governo brasileiro para assinatura.

Intercâmbio Comercial Brasil – Nepal (US\$)

	Exportações brasileiras	Variação	Importações brasileiras	Variação	Total do Intercâmbio	Saldo
2001	164.359	177,34%	375.892	-22,64%	540.251	-211.533
2002	141.458	-13,93%	35.245	-90,62%	176.703	106.213
2003	276.937	95,77%	20.845	-40,86%	297.782	256.092
2004	128.508	-53,60%	123.727	493,56%	252.235	4.781
2005*	488.971	**	121.323	**	610.294	367.648

* Janeiro a abril/2005.

** Dado não disponível.

Fonte: MDIC

Aviso nº 610 - C. Civil.

Em 21 de junho de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

MENSAGEM Nº 165, DE 2005

(Nº 378/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Mauro Mendes de Azeredo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Os méritos do Embaixador Mauro Mendes de Azeredo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 203 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 16 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Mauro Mendes de Azeredo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Embaixador Mauro Mendes de Azeredo que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

I N F O R M A Ç Ã O
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MAURO MENDES DE AZEREDO

CPF.: 7505469487

ID.: 863 MRE/DF

- 1937 Filho de José Raphael de Azeredo e Maria Mendes de Azeredo, nasce em 26 de julho, em Porto Alegre/RS
- 1957 Primeiro Lugar, Vestibular CPCD/IRBr, em 30 de dezembro
- 1959 CPCD, IRBr
- 1959 Prêmio Rio-Branco, em 29 de dezembro, Medalha de Vermeil, Primeiro Lugar CPCD/IRBr
- 1959 Cônsul de Terceira Classe
- 1960 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade Nacional de Direito, em 20 de dezembro
- 1961 Departamento Geral de Administração, Assistente da chefia
- 1961 Estágio na OEA
- 1962 Ministro da Indústria e Comércio, à disposição
- 1963 Segundo Secretário, merecimento, em 19 de março
- 1963 CAD, IRBr
- 1963 Divisão de Política Comercial, Assistente da chefia, e Chefe, interino
- 1964 Embaixada em Paris, Segundo Secretário
- 1966 Embaixada em Quito, Segundo Secretário
- 1967 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
- 1968 Primeiro Secretário, merecimento, em 29 de novembro
- 1969 Embaixada em Roma, Primeiro Secretário
- 1972 Embaixada no México, Primeiro Secretário e Conselheiro
- 1972 Conferência Geral do OPANAL no I Período Extraordinário de Sessões, Chefe
- 1973 Conselheiro, merecimento, em 30 de março
- 1974 Gabinete do Ministro de Estado, à disposição do Assessor Especial
- 1976 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor
- 1977 Divisão da Europa I, Chefe
- 1977 Ministro de Segunda Classe, merecimento, em 17 de novembro
- 1977 Légion d'Honneur, Oficial, França
- 1978 Grupo de Trabalho para Questões Financeiras da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, Presidente
- 1978 Ordem do Mérito, Grande oficial, República Federal da Alemanha
- 1978 Ordem Militar de Cristo, Grande oficial, Portugal
- 1978 III Seção da Comissão Mista Brasil-Itália, Chefe de delegação
- 1979 Embaixada no Vaticano, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1984 Ordem "pro merito Melitense", Grande Oficial

- 1984 Ordem de São Gregório Magno, Grande Oficial, Santa Sé
- 1984 Departamento de Coordenação de Planejamento, Chefe
- 1986 Departamento de Temas Internacionais Especiais, Chefe
- 1986 IV Sessão Reconvocada da comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, New York, chefe de delegação
- 1986 Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), Secretário-chefe
- 1987 XIV Reunião Consultiva do Tratado da Antártida, Rio de Janeiro, Chefe de delegação
- 1987 Consultas Bilaterais Brasil-URSS sobre Espaço Exterior e Direitos do Mar, Moscou, Chefe de delegação
- 1987 V Sessão da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Kingston, Chefe de delegação
- 1987 Grupo dos 77, Nações Unidas, Direito do Mar, Presidente
- 1987 Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil
- 1987 V Sessão Reconvocada da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, New York, Chefe de delegação
- 1987 XIV Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (XIV ATCN), Rio de Janeiro, Chefe de delegação
- 1987 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil
- 1987 Ordem do Mérito Forças Armadas, Comendador, Brasil
- 1987 Reunião do Comitê Geral da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, New York, Chefe de delegação
- 1987 Ministro de Primeira Classe, merecimento, em 16 de dezembro
- 1988 VIII Reunião Consultiva Especial do Tratado da Antártica, Paris, Chefe de delegação
- 1988 Ordem de Rio-Branco, Grã-Cruz, Brasil
- 1988 VI Sessão da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Kingston, Chefe de delegação
- 1988 Seminário da CEPAL de Assessoramento ao Grupo Latino Americano na Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Santiago (coordenador)
- 1988 VI Sessão (reconvocada) da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, New York, Chefe de delegação
- 1989 Embaixada em Tegucigalpa, Embaixador
- 1989 Conferência Internacional sobre Refugiados Centro-Americanos (CIREFCA), Guatemala, Chefe de delegação
- 1989 VII Conferência Íbero-Americana e I Reunião Internacional de Comissões Nacionais para a Comemoração do V Centenário do Descobrimento da América-Encontro de dois Mundos, Guatemala, Chefe de delegação
- 1992 XXIII Reunião do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, Guatemala, Chefe
- 1994 Embaixada em Argel, Embaixador
- 2003 ERERIO, Chefe

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**GRÉCIA
(REPÚBLICA HELÊNICA)**

Departamento da Europa
16 de junho de 2005

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República Helênica
Idioma	Grego
Superfície	131.957 km ²
População total 2004*	11.140 mil
Capital	Atenas
Principais cidades	Salônica, Patras, Herákleion (Ilha de Creta)
Força de trabalho 2004*	4,8 milhões
Desemprego 2004*	10,3%
PIB 2004* (euros bi)	163.4
PIB per capita 2004 * (euros)	14.850
Inflação 2004 *	3,0%
Moeda:	Euro
Exportações 2004* (euros bi)	12.7
Importações 2004* (euros bi)	38.1
Déficit comercial 2004* (euros bi)	25.4
Déficit em conta corrente 2004* (euros bi)	6.4
Saldo do turismo 2004* (euros bi)	8.0
Saldo dos transportes 2004* (euros bi)	7.6
Balanço dos Serviços 2004* (euros bi)	15.5
Receitas dos emigrantes 2004* (euros bi)	2.4
Recursos recebidos da	
União Européia (UE) 2004* (euros bi)	6.5
Pagamentos para a UE 2004* (euros bi)	2.3
Reservas 2004** (euros bi)	2.0

Fontes: Serviço Nacional de Estatística. Banco da Grécia. Ministério da Economia e Finanças.

** Estimativas.*

*** Ouro e moedas de países não-membros da EU*

RELAÇÕES BRASIL-GRÉCIA

Considerações gerais

Brasil e Grécia mantêm relações diplomáticas desde o princípio do século, sempre assinaladas por um clima de cordialidade e pela ausência de atritos ou litígios. Fechada durante a 11 Guerra Mundial, a partir de 1941, a Legação do Brasil foi reaberta em março de 1945 e elevada à categoria de Embaixada em 1958.

A imigração grega para o Brasil e a presença, segundo as estimativas helênicas, de cerca de 25.000 descendentes de gregos no Brasil, contribuem para o bom relacionamento entre os dois países, forjando laços econômicos e culturais.

As relações comerciais nunca atingiram níveis muito elevados, embora, tendo em vista o tamanho do mercado grego, nossas exportações não sejam negligenciáveis. O déficit comercial grego é largamente compensado pela importante participação dos armadores gregos em nosso mercado de fretes.

Relações políticas

Ao longo dos últimos cinqüenta anos, terá, como é natural, havido momentos de maior ou menor coincidência das posições internacionais dos dois países. Assim, por exemplo, nos primeiros anos da Guerra Fria, ambos os países identificavam-se perfeitamente com a causa ocidental. Durante o primeiro governo Papandreu, a simpatia da Grécia pelos problemas dos países em desenvolvimento gerou uma ampla faixa de coincidências de posições nos organismos internacionais.

A progressiva integração da Grécia na União Européia tende a fazer com que sua política internacional se aproxime das posições européias, exceto naquelas questões em que a Grécia, identificando interesses nacionais prioritários - as chamadas questões nacionais - reclama, ao contrário, a solidariedade européia. Isto explica que, em questões de interesse do Brasil em suas relações com a União Européia, a Grécia tenha revelado uma tendência a simplesmente alinhar-se ao consenso europeu, sem aprofundar-se no fundamento ou nas razões de nossos pleitos.

A grande distância geográfica e a concentração quase obsessiva da Grécia com os problemas de seu entorno imediato fazem com que a América Latina ocupe uma prioridade discreta na política exterior grega. No caso do Brasil, a primeira preocupação de Atenas está na preservação dos laços com a pequena comunidade de origem grega residente no Brasil, estimada em 25.000 almas, entre emigrantes e seus descendentes. Projeção, ao nível do Brasil, da defesa do helenismo, esta política se traduz na manutenção de uma rede consular relativamente importante, no estímulo ao ensino do grego moderno, em centros comunitários ligados às paróquias ortodoxas, em escolas secundárias e em nível universitário (Universidade de São Paulo), e no apoio à Igreja Ortodoxa, que desempenha papel importante na coesão dos núcleos de descendentes de gregos no exterior.

O crédito de simpatia de que goza a Grécia no Brasil e a postura compreensiva de nossa diplomacia com respeito às questões de vital interesse para a Grécia alimentam

um sentimento de cordialidade das autoridades gregas, mas também uma certa tranqüilidade quanto ao nosso comportamento em relação aos seus interesses, e o conformismo com o nível atingido nas relações bilaterais.

Deve-se admitir que um estado similar da parte brasileira tem contribuído para o nível discreto do diálogo político e a existência de apenas um acordo vigente entre os dois países, bem como para a ausência, não percebida como carência, de um foro para o exame das relações bilaterais e a escassa freqüência de visitas oficiais. Cabe, neste contexto, registrar a existência de convite ao Ministro das Relações Exteriores para visitar a Grécia, reiterado em 1996 quando do encontro do então Ministro Pangalos e o Senhor Ministro de Estado por ocasião da 51ª Assembléia Geral da ONU.

Relações econômicas

As relações econômicas entre o Brasil e a Grécia se caracterizam por uma assimetria nas transações comerciais e de serviços. Enquanto o Brasil apresenta um regular superávit comercial, a balança de serviços é largamente favorável à Grécia graças à ampla participação de armadores gregos, sob as bandeiras mais variadas, no mercado brasileiro de fretes marítimos internacionais.

Comércio bilateral

De acordo com os dados preliminares do MDIC/SECEX, em base FOB, o valor do intercâmbio de mercadorias (exportações e importações) Brasil-Grécia alcançou US\$ 242.1 milhões em 2004, registrando um aumento de 50,3% com relação a 2003 (US\$ 161.1 milhões). O comércio de bens efetua-se de maneira tradicionalmente favorável ao Brasil, tendo a balança comercial bilateral registrado superávits constantes.

Intercâmbio comercial Brasil-Grécia (US\$ mil – FOB)					
	2004	2003	2002	2001	2000
Exportações	192.884	136.842	147.094	155.449	144.017
Importações	49.232	24.243	27.436	19.063	31.231
Saldo comercial	143.652	112.599	119.658	136.386	112.786

Fonte: MDIC/SECEX

Em 2004, os principais produtos da pauta brasileira foram: café cru em grãos (US\$ 40.5 milhões); outros grãos de soja, mesmo triturados (US\$ 34,4 milhões); fumo (US\$ 21,5 milhões) bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (US\$ 15,2 milhões); carnes e miudezas comestíveis (US\$ 14,1 milhões); veículos (US\$ 10,6 milhões); cereais (US\$ 7,4 milhões); caldeiras e máquinas (US\$ 6,5 milhões); calçados (US\$ 5,6 milhões); produtos cerâmicos (US\$ 4,4 milhões); madeiras (US\$ 4,1 milhões); açúcares (US\$ 3,3 milhões); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (US\$ 3,0 milhões).

Vale destacar as vendas de aviões da Embraer: 2002: US\$ 24,6 milhões; 2001: US\$ 53,9 milhões; 2000: US\$ 14,7 milhões.

Os principais itens da pauta grega foram: combustíveis (US\$ 26,1 milhões); adubos (US\$ 9,2 milhões); máquina, aparelhos e materiais elétricos (US\$ 3,8 milhões);

obras de pedra, gesso (US\$ 2.3 milhões); fumo (US\$ 2.2 milhões), outras partes para aviões e helicópteros (US\$ 1.3 milhão); ferramentas, aparelhos de barbear, não elétricos (US\$ 1.2 milhão); algodão (US\$ 1.1 milhão).

Vale mencionar que já profundas disparidades entre as estatísticas brasileiras e gregas. Dentre as causas das disparidades citam-se as bases de registro das mercadorias CIF ou FOB e as datas de entrada ou saída dos produtos, entre outros. Na estatística brasileira, as exportações e as importações são computadas em base FOB. Na estatística grega, as importações são CIF, e as exportações FOB. Segundo o Serviço Nacional de Estatísticas da Grécia, as importações gregas do Brasil elevaram-se, em 2004, a cerca de US\$ 330 milhões e as exportações gregas correspondem a cerca de US\$ 29 milhões.

Se o intercâmbio comercial fosse analisado apenas sob o ponto de vista da balança comercial bilateral, poder-se-ia deduzir que as trocas entre os dois países realizam-se de maneira desvantajosa para a Grécia. Todavia, uma avaliação mais correta das relações econômicas deverá atentar para o perfil da totalidade das relações comerciais Brasil-Grécia, incluindo a venda de mercadorias e a prestação de serviços, que apenas repetem, em nível bilateral, as relações deste país com o mundo, ou seja: se por um lado a Grécia é tradicionalmente importadora líquida de mercadorias, por outro, esta situação é contrabalançada, em sua maior parte, pela oferta de serviços, sobretudo o transporte marítimo.

Portanto, limitar as relações bilaterais à evolução da balança comercial resulta em uma apreciação equivocada da verdadeira natureza desse intercâmbio. De fato, a balança de serviços é tradicionalmente desfavorável ao Brasil, carreando elevados déficits que, até anos recentes, mais do que compensaram, para a Grécia, os saldos favoráveis ao Brasil, acumulados na transação de bens.

A posição geográfica da Grécia, na proximidade dos Balcãs e as relações tradicionais dos empresários gregos na região abrem perspectivas de negócios, sobretudo na medida em que a Grécia avança para a resolução de problemas com a Albânia e FYROM. Empresas brasileiras poderiam promover exportações para aqueles mercados, com base na Grécia, ou por meio de contratos triangulares com empresas gregas. Nesse particular, deve-se mencionar que (a) as exportações gregas para os Balcãs representam cerca de 18% do total; (b) os investimentos gregos nos Balcãs elevam-se a mais de US\$ 6 bilhões e mais recentemente verifica-se uma expansão dos horizontes dos empresários gregos para a Europa Central, Península Ibérica, Oriente Médio e América do Norte.

Serviços

A Grécia é uma importante prestadora de serviços de transportes marítimos para o Brasil. Estima-se que o valor total dos fretes e afretamento marítimo contratados na Grécia ultrapassem US\$ 100 milhões. Do lado da receita, o principal fator de entrada de divisas é o dos “gastos portuários”. A balança de serviços é nitidamente desfavorável ao Brasil.

Segundo os dados mais recentes da Organização de Turismo da Grécia (EOT), foram registradas as seguintes entradas de turistas brasileiros no país: 2001: 3.019; 2002: 2.808; 2003: 2.625.

Investimentos

Conforme as informações do Banco Central do Brasil, os investimentos gregos no Brasil seriam de US\$ 1.20 milhões para os anos de 2001 (US\$ 560 mil) e 2002 (US\$ 640 mil).

Não há investimentos brasileiros na Grécia. Cabe, entretanto, registrar as minas de ouro de Cassandra, projeto com investimento da empresa canadense “TVX, que é controlada por capitais brasileiros (grupo Eliezer Batista).

Acordos bilaterais

Entre o Brasil e a Grécia não existem Acordos de Cooperação Econômica e Comercial, - Acordos para evitar a dupla tributação, bem como Acordos Marítimos.

O único ato internacional vigente entre o Brasil e a Grécia é o Acordo de Previdência Social, assinado em Atenas, em 12 de setembro de 1984.

Representantes dos Governos brasileiro e gregos tiveram um encontro em 19 de dezembro de 2002, em Brasília, para tratarem de um acordo de cooperação no setor de turismo para a promoção do desenvolvimento econômico em ambos os países. O Acordo em questão objetiva:

- Desenvolvimento do fluxo de turistas entre a Grécia e o Brasil e promover a cooperação entre as agências de turismo, operadores de cruzeiros marítimos, e o envolvimento de outras entidades do setor de turismo;
- Encorajar o turismo através da troca de informações, material promocional e de propaganda em conformidade com a legislação de ambos os países;
- Promover e facilitar investimentos mútuos de empresas brasileiras e gregas, bem como, joint-ventures no setor turístico;
- Encorajar a troca de informações técnicas, em particular, enfatizar a troca de “know-how” e experiências práticas entre empresas e instituições do setor de turismo;
- Desenvolver a cooperação entre agências de viagens e outras instituições pertinentes na atração de turistas de terceiros países.

Com o objetivo de implementar o Acordo e submetê-lo à apreciação das Autoridades competentes de cada país, uma Comissão Conjunta, composta por autoridades de cada país reúne-se periodicamente, inclusive com a participação do setor privado.

Esse acordo passará a vigorar quando as partes signatárias notificarem um ao outros, através de vias diplomáticas, que as formalidades requeridas por cada legislação foram adotadas. O Acordo vigorará por um período de cinco anos e poderá ser renovado por igual período, a menos que seja denunciado por uma das partes.

Aviso nº 611 – C. Civil

Em 21 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
 Senador Efraim Morais
 Primeiro-Secretário do Senado Federal
 Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Mauro Mendes de Azeredo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2005

Dispõe sobre o pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal e ao pescador profissional, na condição de empregado, por ocasião do período do defeso, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica assegurado o benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie, ao pescador profissional que exerça sua atividade:

I – de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros;

II – como empregado em empresa de pesca, observadas além do disposto nos incisos I, II, III e IV do art. 2º, seguintes condições:

a) ter sido dispensado sem justa causa e em razão da decretação, pelo Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do início do período do defeso, na forma que o regulamento dispuser;

b) não estar em percepção de qualquer das modalidades do benefício do seguro-desemprego mencionadas na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

.....
 § 2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre, a cuja captura o pescador se dedique, e deverá ser comunicado, oficialmente, quinze dias antes da data do seu início ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT e ao Ministério do Trabalho e Emprego.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 2º-A O pagamento da primeira parcela do benefício será efetuado ao pescador artesanal no primeiro dia do período de defeso decretado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e das parcelas subseqüentes, a cada intervalo de trinta dias.

Parágrafo único. O pescador fará jus ao pagamento integral das parcelas subseqüentes para cada mês, por fração igual ou superior a quinze dias, desde que satisfeitas as condições estabelecidas nesta lei.

“Art. 2º-B O benefício do seguro-desemprego ser requerido pelo pescador artesanal, nos órgãos competentes a partir da data de publicação do ato normativo, que estabelecer o início do período de defeso, até o seu final, não podendo ultrapassar o prazo de cento e oitenta dias.”

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

Parágrafo único. O ato normativo a que se refere o **caput** será publicado com antecedência mínima de quinze dias em relação à data de início do período de proibição da pesca.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O seguro-desemprego é o pagamento da assistência financeira temporária concedida ao pescador artesanal durante o período do defeso. Muitas vezes, no entanto, há demora no pagamento. O atraso compromete o sustento das próprias famílias que vivem da pesca. E certamente contrária ao direito a atuação do Ministério do Trabalho nesses casos, pois o pagamento do seguro-desemprego deve coincidir com o período de proibição da pesca.

Não podendo desenvolver suas atividades profissionais durante esse tempo, os pescadores artesanais são obrigados a recorrer a empréstimos porque, não raras vezes, transcorrido o período do defeso, boa parte dos pescadores ainda não recebeu qualquer das parcelas do benefício a que fazem jus.

Ninguém desconhece que se trata de pessoas, geralmente carentes, muitas delas residentes no interior, com dificuldades até mesmo de se locomover até a instituição bancária, e que passam por graves dificuldades financeiras em razão da interrupção de suas atividades profissionais.

Como se sabe, os períodos de defeso são estabelecidos por meio de atos normativos do Ibama. Todavia, não existe uma regra, nem mesmo um padrão que determine a antecedência com que esses atos devam ser baixados. Há inclusive casos em que o período é fixado por ato com data posterior ao início do defeso.

Por isso, estamos propondo que o pagamento da primeira parcela do benefício seja efetuado ao pescador artesanal no primeiro dia do período de defeso decretado pelo Ibama e das parcelas subsequentes, a cada intervalo de trinta dias. Para dar maior efetividade a essa nova regra, o projeto estabelece que os atos normativos do Ibama, relativos à fixação do período do defeso, sejam publicados com antecedência mínima de quinze dias e comunicados, no mesmo prazo, ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Com isso, os pescadores poderão entrar com o requerimento para o recebimento do seguro-desemprego até quinze dias antes do início do período de defeso, ao mesmo tempo em que o Codefat e o MTE terão mais tempo para agilizar os procedimentos para o pagamento do benefício.

Estamos também propondo alteração ao art. 1º da Lei nº 10.779, de 2003, com o intuito de atender uma antiga reivindicação dos sindicatos de pescadores, que diz respeito ao pagamento do seguro-desemprego aos empregados de estabelecimentos de pesca.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pesca de Santa Catarina (SITRAPESCA), em

decorrência das datas da decretação dos períodos de defeso durante o ano, muitos pescadores profissionais que trabalham como empregados não podem receber o benefício do seguro-desemprego, uma vez que não permanecem o tempo limite mínimo de seis meses no emprego. E que por determinação da Instrução Normativa nº 7, de 20 de novembro de 2003, do Ministério do Meio Ambiente, existem dois períodos de proibição da pesca da sardinha verdadeira, durante o ano, que, segundo o Sitrancesca, somam sete meses.

Como a regra do recebimento do seguro-desemprego estabelece que o empregado tenha sido demitido sem justa causa e tenha recebido de pessoa jurídica ou pessoa física ou pessoa física equiparada à jurídica, período de seis meses consecutivos, imediatamente anteriores à data de demissão, os pescadores profissionais que trabalham como empregados e se dedicam à pesca da sardinha verdadeira não fazem jus ao benefício.

Assim, com a mudança proposta ao art. 1º da citada lei, o pescador profissional que trabalhe como empregado em empresas de pesca, passa a ter direito ao seguro-desemprego, desde que tenha sido demitido sem justa causa e que a demissão seja decorrente da decretação, pelo Ibama, do início do período do defeso, conforme vier a dispor o regulamento.

Diante do elevado alcance social dessa medida, temos a certeza de contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação do presente projeto, de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Leonel Pavan**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O pescador profissional que exerce sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em con-

dições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:

I – registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;

II – comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária;

III – comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte; e

IV – atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove:

a) o exercício da profissão, na forma do art. 1º desta lei;

b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e

c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá, quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, todo aquele que fornecer ou beneficiar-se de atestado falso para o fim de obtenção do benefício de que trata esta lei estará sujeito:

I – a demissão do cargo que ocupa, se servidor público;

II – a suspensão de sua atividade, com cancelamento do seu registro, por dois anos, se pescador profissional.

Art. 4º O benefício de que trata esta lei será cancelado nas seguintes hipóteses:

I – início de atividade remunerada;

II – início de percepção de outra renda;

III – morte do beneficiário;

IV – desrespeito ao período de defeso; ou

V – comprovação de falsidade nas informações prestadas para a obtenção do benefício.

Art. 5º O benefício do seguro-desemprego a que se refere esta lei será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991.

LEI N° 7.679, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1988

Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou medida provisória que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica proibido pescar:

I – em cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução e, em água parada ou mar territorial, nos períodos de desova, de reprodução ou de defeso;

II – espécies que devam ser preservadas ou indivíduos com tamanhos inferiores aos permitidos;

III – quantidades superiores às permitidas;

IV – mediante a utilização de:

a) explosivos ou de substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante;

b) substâncias tóxicas;

c) aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos;

V – em época e nos locais interditados pelo órgão competente;

VI – sem inscrição, autorização, licença, permissão ou concessão do órgão competente.

§ 1º Ficam excluídos da proibição prevista no item I deste artigo os pescadores artesanais e amadores que utilizem, para o exercício da pesca linha de mão ou vara, linha e anzol.

§ 2º É vedado o transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de espécimes provenientes da pesca proibida.

Art. 2º O Poder Executivo fixará, por meio de atos normativos do órgão competente, os períodos de proibição da pesca, atendendo às peculiaridades regionais e para a proteção da fauna e flora aquáticas, incluindo a relação de espécies, bem como as demais medidas necessárias ao ordenamento pesqueiro.

Art. 3º A fiscalização da atividade pesqueira compreenderá as fases de captura, extração, coleta, transporte, conservação, transformação, beneficiamento, industrialização e comercialização dos seres animais

e vegetais que tenham na água o seu natural ou mais freqüente meio de vida.

Art. 4º A infração do disposto nos itens I a IV do art. 1º será punida de acordo com os seguintes critérios:

I – se pescador profissional, multa de cinco a vinte OTN, suspensão da atividade por 30 a 90 dias, perda do produto da pescaria, bem como dos aparelhos e petrechos proibidos;

II – se empresa que explora a pesca, multa de 100 a 500 OTN, suspensão de suas atividades por período de 30 a 60 dias, perda do produto da pescaria, bem como dos aparelhos e petrechos proibidos;

III – se pescador amador, multa de 20 a 80 OTN, perda do produto da pescaria e dos instrumentos e equipamentos utilizados na pesca.

Art. 5º A infração do disposto nos itens V e VI do art. 1º será punida de acordo com os seguintes critérios:

I – pescador desembarcado – multa correspondente a 50 OTN, perda do produto da pescaria e apreensão dos petrechos de pesca por quinze dias;

II – pescador embarcado – multa correspondente ao quíntuplo do valor da taxa de inscrição da embarcação, perda do produto da pesca e apreensão dos petrechos de pesca por quinze dias.

Parágrafo único. Se o pescador utilizar embarcação de comprimento inferior a oito metros, será punido com multa correspondente a 50 OTN, perda do produto da pescaria e apreensão do barco por quinze dias.

Art. 6º A infração do disposto no § 2º do art. 1º sujeita o infrator a multa no valor equivalente a 100 OTN e perda do produto, sem prejuízo da apreensão do veículo e, se pessoa jurídica, interdição do estabelecimento pelo prazo de três dias.

Art. 7º As multas previstas nos arts. 4º, 5º e 6º serão aplicadas em dobro, em caso de reincidência.

Art. 8º Constitui crime, punível com pena de reclusão de três meses a um ano, a violação do disposto nas alíneas a e b do item IV do art. 1º.

Art. 9º Sem prejuízo das penalidades previstas nos dispositivos anteriores, aplica-se aos infratores o disposto no § 1º do art. 14 da Lei nº 6.938, de agosto de 1981.

Art. 10. Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o § 4º e suas alíneas, do art. 27 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, alterada pela Lei nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988.

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais, cabendo a última decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa. S. Exª dispõe de até 15 minutos por se tratar de um dia de sessão não-deliberativa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, ouço o Senador Geraldo Mesquita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de deixar a minha inscrição para uma comunicação inadiável, caso não alcance a minha vez como oradora inscrita, na 15ª posição.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pela ordem.) – A minha solicitação é no mesmo sentido, Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exªs estão inscritos para uma breve comunicação, caso haja um **rush** de parlamentares na tribuna.

O Senador Mão Santa tem a palavra por até 15 minutos.

Peço a devida colaboração com o tempo na tribuna.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Tião Viana, que preside esta sessão de 27 de junho, Sras e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, entendo que o Senador Geraldo Mesquita Júnior entregou os melhores anos da sua mocidade, da sua juventude, à busca do saber, para, com saber, com ciência, servir com consciência ao Acre e ao Brasil.

Senador Paulo Paim, V. Exª também tem uma história que, se de início não foi logo devotada ao estudo – eu aqui cheguei com estudo e trabalho, trabalho e estudo –, tornou-o símbolo, hoje, do trabalhador que venceu, com o trabalho que antecedeu o estudo, e chegou à competência. E V. Exª tem feito, no Congresso, leis boas e justas; as melhores que vivemos nestes anos de convivência partiram de sua coragem e inteligência.

Senador Tião Viana, o mesmo eu diria de V. Exª, que sem dúvida nenhuma é o orgulho da ciência médica, que é a mais humana das ciências e que tem no

médico o grande benfeitor da humanidade. E V. Ex^a é este símbolo, de Sócrates a hoje, do médico que busca a ciência. Mesmo com essa amante, que é a política, uma amante exigente, V. Ex^a se dedica ao estudo e, para orgulho de todos nós, principalmente os médicos do Senado, recentemente fez um concurso público. Um exemplo vale mais do que palavras. V. Ex^a dá exemplo tendo sido laureado com o primeiro lugar em doenças infecto-contagiosas pela Universidade da Capital da República.

Eu advertiria o Presidente Lula: acreditei nestes valores do estudo e do trabalho. Sei que foi migrante e teve pouca oportunidade de estudar. Infelizmente, trabalhou muito pouco o Presidente Lula, muito pouco. Sei que ele sofreu um acidente muito cedo, um acidente de trabalho, perdeu um dedo e aposentou-se. Mas nunca é tarde. Deus coloca o certo no lugar certo. Ele tem realmente essa história, é abençoado por Deus e conta com a nossa força, do povo brasileiro. Todos nós lutamos pela esperança que seria Lula. Não sei quem mais, mas eu lutei muito.

Nunca antes tantos brasileiros tiveram tamanha esperança, e a esperança não pode acabar – está no Livro de Deus. O apóstolo Paulo, que foi o maior líder religioso – disputa até com Cristo, porque viveu mais, pregou mais o cristianismo –, na sua síntese, Senador Paulo Paim, diz que tem que se ter fé e acreditar que a fé remove montanhas. Tem que se ter esperança, amor e caridade. Então, essa esperança não pode faltar.

Presidente Lula, aproveite essa benção e acredite em outros valores: no estudo e no trabalho.

Presidente Lula, só conheço um lugar em que o sucesso vem antes do trabalho: no dicionário. No resto, tem que trabalhar, o Lula. E aqui está um companheiro que o ajudou a eleger-se, que foi prefeitinho e que governou o Estado do Piauí, e esse povo me trouxe para cá. Essa é uma longa experiência que o Presidente não teve, mas ele teve essa oportunidade.

Então, tem que entender as coisas e se dedicar. De economia, pouco entende o Presidente da República, vemos isso na própria escolha que fez. Eu sei porque fui do começo. Eu aqui combati os peladeiros; combati o núcleo duro; combati o Zé Maligno – disso, todo o País sabe. Então, Tião Viana, quero dizer o seguinte: a própria escolha do Palocci. V. Ex^a sabe que ele é como nós, curioso, mas não é economista, não é. Tenho mais experiência porque fui prefeitinho, como ele foi, e governei o Estado do Piauí.

Há um livro que ele deve ler, só um. O Tião Viana, sei que ele tem que buscar agora homens como você, para se salvar, para se segurar. E eu só dou conselho bom – V. Ex^a sabe disso. Daí a nossa amizade ser pura.

Quero ver todos os Partidos fortes: o PT forte, o PT de V. Ex^a e do Paulo Paim; o P-SOL de Geraldo Mesquita; o PFL; o PSDB – entendo que a democracia é forte com Partidos fortes –; e o meu MPB, que é PMDB. Ulysses está encantado no fundo do mar e disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. O Presidente Michel Temer, eu vim das ruas, eu ouço. O meu Presidente Renan Calheiros, não é essa a conversa, não. Esse negócio de trocar o PMDB, de vender, de trocar por cargos, não é a nossa história. Não é isso! Isso é uma blasfêmia contra esta Casa! Rui Barbosa deixou claro. Ele fez a República, foi o primeiro Ministro da Fazenda. Quando ele viu um militar, o segundo, o terceiro queriam que ele fosse militar, mas ele disse: “Estou fora”. Ofereceram-lhe de novo o Ministério da Fazenda, a chave do cofre. E o velhinho Rui... Por isso é que ele está aí, Tião Viana. O Lula! Ele disse: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério”.

Assim, o PMDB também tem que ter essas inspirações históricas. Não é por aí. A governabilidade todos nós queremos. Queremos que o Brasil tenha prosperidade na governabilidade. Governo bom é que traz a prosperidade.

Mas quero enfrentar o PT, Tião Viana. Sou do Piauí, e lá o nosso hino diz: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador. Na luta, o teu filho é o primeiro que chega”. Quero enfrentar o PT de peito aberto. Lá no meu Estado, avançaram demais. Está todo mundo cooptado, cada um com uma repartição. Quero enfrentá-los de peito aberto, repito. Lula, fui Governador e tive esse problema.

Tião, eu nunca quis reeleição. Sou contra isso. Fui obrigado a disputar porque realmente eu era o nome mais forte naquele momento. Hoje, pode haver outros. E o candidato era muito forte: tinha sido Ministro três vezes. Ser Ministro três vezes? Uma já é difícil, e o Tião Viana ainda não foi; já deveria ter sido; pensei que ele ia agora, Paim. Pois o nosso adversário era um Senador.

O PSDB, Geraldo Mesquita, era meu aliado. A governabilidade tinha as pastas mais importantes, e o meu vice era do PSDB, era um sem-terra, Osmar Araújo, líder de Fetag. Ele, com o líder do meu governo, era do PSDB. Havia um deputado muito forte, Wilson Martins. E vieram atentar que eu podia sufocar a convenção do PSDB. Eu disse: “Não, eu vou ficar na história”. E eles saíram, escolheram um candidato excelente, extraordinário, o ex-prefeito de Teresina, que terminou o mandato do saudoso professor Wall Ferraz.

Venci de peito aberto o povo de Teresina. Isso que está fazendo o Lula é imoral, é indigno, é falta de vergonha! Meus colegas peemedebistas, vamos respeitar o povo, que nos colocou na Oposição. Por

determinação própria, vocês fizeram a chapa com o José Serra.

Vamos obedecer. A democracia, Tião Viana, tem ter que ter esses dois lados. *"To be or not to be. That's the question."* O Governo e Oposição.

Então, defendo essa candidatura própria que traga uma nova opção, diferente da neoliberal que está aí, que favorece os bancos, que foi a do Governo passado e é deste. Que favoreça o trabalho e o trabalhador. O trabalhador como Paim, aquele do salário mínimo que o Paim defende. É ele que faz a riqueza;

Há um livro que ganhei de um engenheiro, Dr. Alcino Queiroz, quando era governador, que eu gostaria de adotar: **A Riqueza das Nações**, de Adam Smith. É um livro simples, prático, é uma leitura agradável, Lula. Esta semana, o ideal é falar menos e ler mais – e Vossa Excelência está dopado. Senador Geraldo Mesquita Júnior, que didática, que entendimento.

Já concederei o aparte, Senador Paulo Paim.

Isso tudo foi para chegar ao seguinte: a vergonha. Gini e a distribuição da renda. Sabem o que é Gini? Não é Geni, não. Alguém conhece Conrado Gini? Senador Geraldo Mesquita Júnior, atentai bem, desligai o telefone. Itália e Roma. Não há civilização, Senador Geraldo Mesquita Júnior, ninguém pode desconhecer, na sua própria profissão, o Direito romano, o renascimento. Leonardo da Vinci, Michelangelo, Rafael, Dante Alighieri, Maquiavel, em **O Príncipe**, o criar a bússola da globalização, a imprensa, a pólvora.

Senador Tião Viana, existe um economista chamado Pareto, da Itália. Senador Wirlande da Luz, se você for governo, ele diz que, em qualquer sociedade, 20% produzem 80%. Em qualquer sociedade, 20% é que trabalham e produzem. Isto em é em Rotary, é em prefeitura, é em governo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... é em qualquer atividade e sindicato, principalmente na economia: 20% produzem 80%. Foi assim que eu governei. Então, você pega os 20% mais ricos, já tem 80% da receita, e deixa os outros. Dispensa 10%, e você libera, não maltrata, não persegue 70% dos irmãos que querem trabalho com dignidade e liberdade: os pequenos camelôs, os pequenos comerciantes, os pequenos lavradores.

Aqui diz, o Lula e Ulysses beijou a Constituição, que é uma lei, é uma obrigação do governante diminuir a diferença das riquezas.

Então, eu quero dizer que esse Gini é o nome de um matemático italiano que criou o índice, ao qual deu o seu nome, índice de Gini.

Esse índice mede o grau de concentração de renda num país e é utilizado e respeitado no mundo inteiro. Numericamente, o índice varia de zero a um. Quanto mais próximo de zero, melhor a distribuição de renda do país. Quanto mais próximo de um, pior a distribuição de renda.

No último relatório do BIRD (Banco Mundial), o Brasil foi considerado como o País de maior desigualdade de renda entre todos os países da América Latina e do Caribe. Dizendo de outra forma: somos os mais desiguais dentro da região mais desigual.

Segundo o relatório, os 10% mais ricos do Brasil detêm 47,2% das riquezas, e os 40% dos mais pobres apenas 2,6% da renda.

Numa escala que vai de zero a um, o Brasil situa-se no índice de Gini com 0,59. Estamos atrás da Colômbia, da Guatemala.

Ainda segundo o relatório, a nossa desigualdade tem custos elevados e explica...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) –

... sem dúvidas, boa parte da explosiva violência que caracteriza atualmente o nosso País.

Infelizmente, é isso que queremos que o Governo entenda dessa economia. Aumentou a desigualdade. Enfim, os ricos ficaram mais ricos e os pobres, mais pobres. Quero só comentar um quadro antes do aparte do Senador Paulo Paim: número de milionários no Brasil cresce 7,1%: de 92 mil passaram para 98 mil. Cresceram os banqueiros e os ricos.

Com a palavra o rico de trabalho e de exemplo de liderança, Senador Paulo Paim. Contamos com a generosidade de Tião Viana.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Eu só pediria o máximo de brevidade, Senador Paulo Paim, em colaboração com a Mesa.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Gostaria apenas de dizer aos Senadores Mão Santa e Wirlande da Luz, ambos do PMDB, que sempre fui simpático – confesso, e não é de hoje, desde o início do Governo Lula – a uma política de aliança com o PMDB. Sempre defendi, porque entendia e entendo que há uma identidade muito grande. Quero apenas dizer a V. Ex^a, Senador Mão Santa, que foi comigo a Porto Alegre, que essa política de aliança teve apoio do P-Sol, Senador Geraldo Mesquita. Estava lá também a militância do P-SOL apoiando. Estivemos juntos no Quilombo Silva. Hoje posso dizer a V. Ex^a, Senador Mão Santa que elogiou muito o discurso da Procuradora Elisa Hessel, que efetivamente está assegurada – eu diria, com 90% – a titularidade da terra dos quilombolas, na qual V.

Ex^a esteve e ajudou a conquistar para aquelas famílias que seriam expulsas daquele primeiro quilombo urbano. Faço esse aparte para dizer que esse tipo de aliança deu certo e espero que continue dando certo. Ela uniu o PMDB, o PDT, o PPS e o P-Sol, todos, para defender o Quilombo Silva, que hoje é uma conquista do povo negro daquela capital.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço permissão para sintetizar e concluir, dizendo que, nos meus 62 anos de luta, foi um dos momentos de maior felicidade para mim, quando pude ser o cireneu – aquele que ajudou Cristo –, ajudando esse extraordinário homem de justiça social, racial, econômica, que lutou pelo salário mínimo e pelos idosos: o Senador Paulo Paim. Os negros eram despejados da capital Porto Alegre, onde residiam havia quase um século. Esse é um resgate da dívida que temos com os negros dessa Pátria, principalmente os gaúchos, com a batalha Farroupilha e com os Lanceiros Negros.

Quisemos estar juntos para essa conquista. Mas eu entendo prejudicial retirar essa oportunidade do PMDB, que tem compromisso com a democracia, de ser uma opção para trazer a este País melhores dias por meio da justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Mão Santa a colaboração com a Mesa.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Paulo Paim.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr Presidente, eu gostaria que fosse publicado na íntegra este pronunciamento que faço sobre o Quilombo Silva.

Eu comentava, em aparte ao pronunciamento do Senador Mão Santa, que S. Ex^a esteve comigo numa audiência pública, em Porto Alegre, representando o Senado da República. Nesse pronunciamento que entrego à Mesa, discorro sobre uma Ação Declaratória de Nulidade de Sentença com pedido de tutela antecipada, que foi assinada pelas promotoras Miriam Balestro Floriano, Ana Rita Scvhinestisck, Ângela Salton Rotunno, Marines Assmann, além do Promotor Renoir da Silva Cunha e da Procuradora Carmem Elisa Hessel.

Mediante esse documento e as medidas tomadas também pelo Ministro Miguel Rossetto, eu dizia ao Senador Mão Santa que foi muito importante a sua ida comigo à capital e que está praticamente assegurado que devemos ir para o encaminhamento final, amanhã, no Ministério da Reforma Agrária, sobre a titularidade da terra dos Quilombolas.

Sr. Presidente, no dia de hoje, eu quero fazer um pronunciamento que escrevi esse fim de semana, que

leva o título: Os Pilares para Democratizar a Economia e as Decisões Governamentais.

Sr. Presidente, pretendemos abordar, em nosso pronunciamento de hoje, o que chamamos de “os pilares para democratizar a economia e as decisões de Governo”.

É inegável que nesses dois anos e meio de gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a economia deu um salto de qualidade. Todos os indicadores demonstram que 2004 foi o ano da retomada econômica do Brasil.

Senador Tião Viana, o Produto Interno Bruto registrou alta de 5,2%, o melhor desempenho anual desde 1994. Todos os setores da economia apresentaram alta significativa, variando de 6,2% (indústria) a 3,7% (serviços), além de um aumento de 5,3% no PIB da agropecuária.

Em apenas 25 meses, foram criados cerca de 3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada. Sabemos que não é o ideal, mas avançamos.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, a capacidade instalada da economia cresceu, em média, 8% no ano passado, confirmando que o movimento de expansão é firme e durável.

Somente em 2004, a dívida pública caiu de 57,6% para 51,8% do PIB, na primeira redução do nível de endividamento desde 1994.

Conforme os índices oficiais do IPCA, a inflação caiu de 12,5%, em 2002, para 9,3%, em 2003, chegando a 7,6%, em 2004. A meta para 2006 e 2007 é de 4,5%.

As exportações brasileiras têm registrado recordes de crescimento, ultrapassando pela primeira vez, em fevereiro de 2005, a barreira dos US\$100 bilhões por ano.

O superávit comercial, em 2002, foi de US\$13,1 bilhões, em 2003, de US\$24,8 bilhões, e, em 2004, US\$33,7 bilhões. O superávit total do Governo Lula, até fevereiro de 2005, chegou a US\$63,5 bilhões.

O risco Brasil, que chegou a superar 2.400 pontos em setembro de 2002, caiu para 400 pontos ao final de 2004, chegando ao patamar mais baixo desde 1997.

Quando o Presidente Lula assumiu, em 2003, o dólar estava em R\$3,43. Hoje está mais ou menos em R\$2,40.

A taxa de juros, em 2003, foi de 24,90% ao ano. Hoje é de 19,75% ao ano. Devemos reconhecer que ainda continua sendo uma das mais altas do mundo.

Sr. Presidente, faço uma pequena análise. Os números que apresentamos e que são públicos demonstram que o Governo do Presidente Lula está no caminho certo quanto ao crescimento da economia. Alguns podem achar que são números acanhados.

Reconheço que gostaria que fosse muito mais. Mas também reconheço que houve um avanço.

Sr. Presidente, vou além e digo: é preciso aprofundar as raízes das árvores que dão bons frutos; é preciso democratizar a economia e transferir as benesses para o campo social, promover o que chamo de um choque de distribuição de rendas e inclusão.

Democratizar a economia é fazer com que ela alcance também aqueles que estão fora dos direitos da cidadania. Mas não seremos ingênuos, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a distribuição de renda e inclusão social é um processo lento e gradativo. Porém acreditamos que podemos aplicar algumas ações imediatas, que chamamos de “os pilares para democratizar a economia” e que agora passo a enumerar.

A recuperação do poder de compra do salário mínimo é um instrumento fundamental na distribuição de renda. O salário mínimo está ligado a programas como bolsa-escola, seguro-desemprego, salário-família, renda mínima, nos acordos e dissídios coletivos, no salário de aposentados e pensionistas, nos pisos das categorias, na reativação do mercado interno e também no salário mínimo regional.

Por tudo isso, e baseado na proposta original do Governo Lula, entendo que o salário mínimo – se depender de mim, estou trabalhando nesse sentido, tanto na LDO como no Orçamento –, em 1º de maio do ano que vem poderá chegar a R\$400.

A redução da jornada de trabalho sem redução salarial é uma forma mais rápida e eficaz de gerar novos empregos. Apresentei projeto nesse sentido, o chamado PPEP – Projeto de Parceria Empregado-Empregador. Se atingidos os objetivos, conforme eu listo nesse projeto, com o fim das horas extras, no primeiro momento, nós geraremos 2,8 milhões de novos empregos. E se conseguirmos o objetivo final do projeto por mim apresentado, de chegar ao turno de seis horas, chegaremos rapidamente a sete milhões de novos empregos.

É fundamental a redução das taxas básicas de juros da economia, para que efetivamente ocorram consequências diretas para a sociedade, como o aumento da produção e mais oportunidades de emprego.

Vou além. Falo também de uma reforma tributária condizente com a realidade e a necessidade atual. Sabemos que é elevadíssima a carga de impostos, que somente fomenta a sonegação, inibe novos empreendimentos e, por consequência, deixamos de gerar novos postos de trabalho.

O fortalecimento de políticas, por exemplo, na reforma agrária é que garantirá, efetivamente, a permanência do homem no campo com direito de na terra trabalhar, produzir e fazer com que o alimento chegue

mais barato às cidades. Precisamos de uma política pública que fortaleça a produção nacional, já que há uma expectativa internacional de que o Brasil efetivamente se torne o “celeiro do mundo”, pelo potencial de nossos produtores.

Sr. Presidente – voltando a uma longa bandeira, de mais de vinte milhões de aposentados e pensionistas –, entendo que é fundamental que os benefícios dos aposentados sejam reajustados conforme o mesmo índice assegurado ao salário mínimo, e que os servidores civis, como também os militares, tenham aumento digno nos salários. Para isso, Srs. Senadores Mão Santa, Geraldo Mesquita, Wirlande da Luz e Sr. Presidente Tião Viana, é fundamental aprovarmos a PEC paralela da Previdência, que melhorará muito a situação de todos os servidores, civis e militares.

V. Ex^a, Senador Tião Viana, como Relator, é quem melhor conhece essa proposta, já que a lavra final foi da relatoria. Nós trabalhamos na articulação junto com V. Ex^a. Estou esperançoso de que o Congresso Nacional aprove a PEC paralela esta semana, antes do recesso, já que, segundo o Relator Rodolfo Tourinho, há entendimento.

Digo aqui também, Sr. Presidente, que é fundamental que o Congresso Nacional volte a legislar, a votar, a decidir, ou seja, é preciso que inibamos a edição de medidas provisórias.

Senador Mão Santa, antes de dar um aparte a V. Ex^a, quero citar uma frase – porque já estava escrito no fim de semana, e não porque V. Ex^a falou –, sorrindo-me do inesquecível líder já falecido Ulysses Guimarães, que foi nosso Presidente na Constituinte. Quando Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ele dizia: “Srs. Deputados, Srs. Deputadas, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, votem, votem, votem! O voto é o principal instrumento da democracia. Quando não é possível construir um acordo, um entendimento, somente o voto resolve”. Palavras de Ulysses Guimarães, que foi nosso Presidente na Assembléia Nacional Constituinte.

Vou além, Sr. Presidente: espero que o Congresso Nacional aprove – assim como ocorreu com o Estatuto do Idoso – o Estatuto da Igualdade Racial, que considero a verdadeira carta de alforria dos negros brasileiros, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que beneficiará cerca de 24 milhões de pessoas, de acordo com o último censo.

É preciso também haver políticas para os chamados trabalhadores experientes, que são discriminados e eliminados do mercado de trabalho por terem mais de 40 anos. Existem na Casa diversos projetos nesse sentido, não só de minha autoria. Lembro o mais antigo, que é do Senador Jefferson Péres.

Quero também destacar, mais uma vez, a importância da criação das escolas técnicas profissionais, para que os nossos jovens sejam inseridos no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que se preparam para a universidade.

Sr^{as}s e Srs. Senadores é preciso iluminar a caminhada dos nossos jovens. Se não fizermos isso, estaremos apagando as lamparinas e permitindo que o narcotráfico e a violência tomem conta da vida da nossa juventude. Seremos irresponsáveis se permitirmos que isso ocorra à geração do presente, e as gerações futuras haverão de nos cobrar.

Sr. Presidente, o crescimento econômico do Governo do Presidente Lula se assemelha em muito às “sementes espalhadas pelo chão” – frase que usei como chave na minha campanha –, pois acredito que tudo que está sendo plantado terá a sua época de colheita. Disse e repito: Já fizemos muito, mas, com certeza, ainda há muito por fazer.

Quero enfatizar que as manifestações que estão sendo feitas hoje pelos movimentos sociais, sindicais e populares em defesa da ética na política, do combate à corrupção, em defesa da democracia e pelo desenvolvimento do País estão corretas. Não endosso o discurso da história do golpe – não há qualquer relação com isso. Na minha opinião, os movimentos sociais estão corretos quando fazem manifestações pelo combate à corrupção, pela ética na política, sempre em consonância com o processo democrático.

Sr. Presidente, precisamos também democratizar as decisões governamentais para iniciarmos, de fato – e talvez bem rapidamente –, a construção de um novo pacto federativo.

Enfatizamos a democratização das decisões de Governo. É preciso que tenhamos encontros suprapartidários na busca de saídas para os setores sociais, econômicos e políticos, de acordo com o interesse do País.

Por que não haver, por exemplo, encontros mensais até mesmo com líderes da Situação, da Oposição e com o próprio Presidente da República para dialogarmos sobre tudo aquilo que for de interesse do País? Conversar não é capitular. É fundamental uma política de parceria com o Congresso Nacional sobre os grandes temas. Os projetos não podem chegar, Sr. Presidente, a esta Casa pela imprensa ou por medidas provisórias. Um novo pacto federativo é essencial.

Para finalizar, Sr. Presidente, peço somente um minuto.

Neste momento de crise, é fundamental, para a vida da República, que aproveitemos ainda este ano e façamos a reforma política. Entendo que ela só terá razão de ser se contemplar pelo menos dois pilares:

fidelidade partidária e financiamento público de campanha.

Sobre o combate à corrupção, reafirmo a importância das CPIs e a punição dos corruptos, doa a quem doer.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Reitero, ainda, a necessidade da transparência total, que venha ao encontro do interesse do povo brasileiro.

Por tudo isso, reafirmo as palavras de ordem, no meu entendimento, hoje expostas pelo movimento social: democratizar a economia e as decisões do Governo.

Volto a afirmar, ainda, o meu total apoio e compromisso com o movimento social e sindical organizado, que realizará, em Porto Alegre, uma audiência pública em 30 de junho e um ato público em 13 de julho na Assembléia Legislativa do meu Estado, com a chamada: “Pela governabilidade, pela ética na política, contra a corrupção e pelo desenvolvimento econômico e social do País.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^ª, concedo um aparte ao Senador Mão Santa, por um minuto, já que S. Ex^ª me concedeu também um minuto do tempo de seu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, aplausos a V. Ex^ª e ao Senador Tião Viana, que preside com muita sensibilidade esta sessão. Todos os dados citados são verdadeiros. Fiz muita cirurgia e operação, sonhando que daria certo, mas surgiu uma infecção. E o fato é que, mesmo com toda a boa vontade, surgiu a desgraça: os ricos ficaram mais ricos, e os pobres, mais pobres! Aqui está o trabalho da Merrill Lynch: os ricos, aliás, os milionários, os banqueiros, cresceram, no ano que passou, 7,1%, ou seja, de 92 mil os milionários passaram para 98 mil. Então, desejamos combater a corrupção e essa infecção que está havendo na economia, na riqueza do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex^ª verificará, ao longo do meu pronunciamento, que o mesmo foi nessa linha, que a economia ficou estabilizada nesse período.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu dizia aqui, apresentando 11 propostas, que este é o momento de o Governo Lula investir no campo social. Quanto aos dados apresentados por V. Ex^ª – embora discordemos no enfoque – demonstram que, se a economia está sob controle, precisamos fazer com que o Governo Lula desenvolva um processo de investimento no campo social. E, nesse aspecto, o PMDB, o PT,

o P-SOL, todos os Partidos concordam que é preciso investir no social.

Era o que eu tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, recebemos em nosso Gabinete a íntegra da Ação Declaratória de Nulidade de Sentença com Pedido de Tutela Antecipada encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 13^a Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre – RS pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul e do Ministério Público Federal, referente à sentença, com trânsito em julgado, que determinou a desocupação da área ocupada pelos quilombolas em Porto Alegre.

O processo, eivado de vícios jurídicos, fez com que o Ministério Público solicitasse a nulidade da sentença proferida.

Tal nulidade se baseou em dois fatos relevantes: o Ministério Público não foi intimado a intervir na causa em que havia interesses de incapazes (menores); e a parte autora não indicou corretamente o pólo passivo, não se formando, assim, relação processual válida, pois não foram indicados os litisconsortes passivos necessários.

Assinam o documento as Promotoras Miriam Balestro Floriano; Ana Rita Scvhinestsck; Ângela Salton Rotunno; Marines Assmann, além do Promotor Renoir da Silva Cunha e a Procuradora Carmem Eliisa Hessel.

Com citações de ilustres juristas, Ministros do Supremo Tribunal Federal e doutrinadores renomados, a ação traz, em seu pedido, razões de sobra para nulidade da sentença.

Sr. Presidente, queremos aqui ler algumas citações trazidas no corpo do documento:

Diz Pontes de Miranda ao falar da ação em que não houve citação:

“(...) A sentença proferida em processo, em que não houve citação, nem o réu compareceu, ou a citação foi nula ou revel foi o réu, é sentença nula de pleno direito, e não só rescindível (Comentários ao Código de Processo Civil, Forense, vol. III, p. 102).

E ainda, segundo reza o artigo 84 do Código de Processo Civil:

“Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação, sob pena de nulidade do processo.”

Neste sentido, na esteira da jurisprudência, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim se pronunciou:

“Tratando-se de causa em que há interesse de incapaz, a intervenção do Ministério Público é obrigatória, sob pena de nulidade, à luz dos arts. 82 e 84 do CPC. Não havendo intimação do Ministério Público para se manifestar, é de ser decretada a nulidade do processo. Art. 246 do CPC. Sentença desconstituída.” (Apelação Cível nº 70010140457, Quinta Câmara Cível, rel. Des. Leo Lima, em 23/12/2004, grifo nosso.)

Mencionamos, ainda, a citação das sábias palavras do Ministro do STJ, Exmo. Sr. Dr. José Delgado (In: Efeitos da coisa Julgada e os princípios constitucionais):

“Enfrento, porém, as perguntas com as afirmações que registro: A grave injustiça não deve prevalecer em época nenhuma, mesmo protegida pelo manto da coisa julgada, em um regime democrático, porque ela afronta a soberania da proteção da cidadania.”

Com a bela defesa do Ministério Público do Rio Grande do Sul e do Ministério Público Federal, baseada nos ideais de justiça, de democracia e da segurança jurídica que o nosso ordenamento jurídico nos confere, queremos parabenizar as Promotoras e o Promotor de Justiça do Estado, bem como a Procuradora Federal que assinam a defesa dos remanescentes afrodescendentes, protegendo o interesse público, na Ação Declaratória de Nulidade de Sentença.

Temos certeza de que será preservado o interesse social na causa em tela, pois se trata de uma comunidade de afrodescendentes Remanescentes de Quilombo que reside no local há mais de 60 anos, e cuja situação já foi reconhecida pelo Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, por permuta com a Senadora Heloísa Helena. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, por mais que tenhamos o desejo de aproveitar estes momentos que temos aqui na tribuna para falar de outros assuntos, é impossível que não utilizemos esse tempo para falar sobre os escândalos que estão aparecendo diariamente em nosso País.

Esta semana, se pegarmos as principais revistas semanais do País, a **Veja**, a **Época** e a **Istoé**, como tem

acontecido nas últimas três ou quatro semanas, vemos que todas vêm utilizando suas matérias principais para fazer, cada dia, mais e mais denúncias sobre os Correios, mensalão e questões paralelas.

Esta semana, a revista **Época** aborda a questão do contrato dos Correios para transporte aéreo com a chamada Skymaster. Essa empresa tem um contrato de transporte aéreo no valor de R\$100 milhões por ano, ou seja, é um bocado de dinheiro. Essa empresa recebia R\$9,5 milhões por mês. Quando o Ministro Miro Teixeira entrou, conseguiu reduzir para R\$4,7 milhões. Com a saída do Ministro Miro Teixeira, o custo do contrato passou novamente para R\$9,8 milhões por mês, o que significa que, se em determinado momento a empresa pôde fazer, em outro já não podia mais.

Na realidade, de acordo com todas as matérias que estão sendo feitas sobre esse assunto, o Dr. Sílvio Pereira, que é o Secretário-Geral do PT, era o lobista, vamos dizer assim, encarregado de conseguir mudar o valor desse contrato. E conseguiu. E esse foi um dos contratos que o Sr. Maurício Marinho pediu que fosse investigado de perto. Acredito que a CPMI dos Correios fará isso.

Em segundo lugar, tivemos também uma matéria, na revista **Istoé**, que considerei até mais grave. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) acompanha todas as liberações em dinheiro que são sacadas nos bancos. O Sr. Marcos Valério é considerado um dos operadores do mensalão. E o Deputado Roberto Jefferson, na sua denúncia, disse que foi o Sr. Marcos Valério que levou os R\$4 milhões a serem entregues ao PTB, em duas parcelas, uma de R\$2,2 milhões e outra de R\$1,8 milhão, em malas, em dinheiro vivo.

E o que há nos dados do Coaf? Os dados do Coaf mostram que, no prazo de um ano ou um ano e meio, o Sr. Marcos Valério retirou, em dinheiro, do Banco Rural, cerca de R\$20,6 milhões, quase R\$21 milhões. Ora, esse é mais um dado que dá credibilidade à acusação feita pelo Deputado Roberto Jefferson sobre o mensalão e da distribuição de dinheiro pelo PT aos partidos aliados. Por quê? Primeiro, ele falou e tem uma testemunha, que era o tesoureiro que recebeu junto com ele o dinheiro; segundo, a secretaria do Sr. Marcos Valério também já disse que viu diversas vezes sair dinheiro, fazerem descontos, pagamentos, em dinheiro vivo, para trazer a Brasília para o mensalão ou para os aliados do PT. E agora o dinheiro apareceu. Quer dizer, de acordo com a Coaf, são R\$20,6 milhões, considerando que o Sr. Marcos Valério era um operador do Sr. Delúbio, ele trabalhava na questão de agências de publicidade. Mas deve haver outros operadores que trabalhavam em outros segmentos. Portanto, podemos

ver quão altos eram esses valores que estão colocados nessas diversas matérias.

Gostaria de destacar aquilo que aconteceu, do ponto de vista de ocupação do Estado, neste Governo do Presidente Lula.

Desde que o Governo foi montado, sabia que tinha pouca chance de dar certo. Tínhamos vinte e poucos Ministros e, no novo Governo, o número passou para trinta e seis. Criaram-se milhares de cargos novos em comissão, cerca de 3 mil, além dos 17 mil aproximadamente que existiam. Em vez de ocuparem todos esses cargos com pessoas técnicas especializadas, ocuparam com militantes do PT e dos partidos aliados. Daí começou toda essa confusão. Então, cada vez que sai uma denúncia de corrupção em algum órgão público, alguém do PT está metido lá. Agora mesmo saiu uma que diz o seguinte: o ex-Secretário da Prefeitura de Mauá, entre 1979 e 2001, Altivo Ovando Júnior, disse ao Ministério Público que, em 2000, o PT exigiu de uma empresa uma colaboração – colaboração, o nome! – de R\$1,8 milhão para a campanha de Marta Suplicy. Não era tão pequena assim, quase R\$2 milhões, Senador Mão Santa.

E o que está acontecendo hoje? Estamos tentando fazer a CPI, que é chapa branca, mas, bem ou mal, vai andando. De qualquer maneira, é preciso que o Governo reaja. E qual foi a sua reação? Em primeiro lugar, foi dizer que demitiria alguns Ministros e reduziria alguns Ministérios: algumas Secretarias Executivas que têm *status* de Ministério deixarão de ter. Essas foram as primeiras palavras do Presidente Lula. E o que ele fez? Qual Ministro irá tirar? Eu esperava que ele tirasse os mais incompetentes, os que estão envolvidos em corrupção. Mas não, vão tirar aqueles que têm mandato. Portanto, voltarão para a Câmara na qualidade de Deputados, para formar uma tropa de choque. Olha, esse pessoal que vem demitido do Governo pode, no máximo, formar uma tropa de cheque, mas de choque não formará nunca, porque não tem atitude para poder defender o Governo, pois já há uma base enorme que pode muito bem defendê-lo e que não está envolvida diretamente com ele.

Esse é um critério equivocado. E, a meu ver, o critério para mudar o Governo, se quiserem melhorá-lo, deveria ser o seguinte: vamos examinar, vamos reduzir esse número de Ministérios, que está exagerado, e tirar aqueles Ministros que, na realidade, não estão dando conta do recado, que, diga-se de passagem, é a maioria. Poderiam tirar entre 10 e 15 Ministros que ninguém ia sentir saudade; mas, não, vai tirar o Ministro somente porque ele tem um mandato de Deputado e, portanto, vai voltar a ser Deputado para formar uma pseudotropa de choque.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Claro, Senador Paim, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, eu não poderia deixar de fazer um aparte, até porque defendo essa tese há mais de um mês e não seria correto, agora, eu ficar em silêncio. Vou-lhe explicar a tese que venho defendendo há mais de um mês: todos nós sabemos que inúmeros Ministros serão candidatos a Deputado Federal, a Senador, a Governador ou, quem sabe, até a Deputado Estadual, porque não vou decidir qual será opção de cada Ministro nas eleições do ano que vem. O que eu dizia há mais ou menos um mês atrás – e fiz inclusive um programa de televisão aqui, em Brasília – era que, se fosse o Presidente Lula, faria da seguinte forma para encaminhar a reforma: quem fosse candidato – não é se tem ou não tem mandato –, a partir do ano que vem, se não teria que fazer uma outra reforma quando chegar em janeiro... Então, para evitar duas reformas em praticamente seis ou sete meses, eu, se tivesse que decidir, faria uma reforma com um critério. Não acho que seja numa linha – não sou de queimar ninguém –, por filosofia minha. Então, o que eu faria? Aqueles que vão ser candidatos botam o cargo à disposição, e eu faço uma montagem definitiva do Ministério. Sendo bom ou não, ele vai ter que sair, no máximo, em abril. Então, essa tese não é se tem mandato ou não o tem. Aqueles que vão ser candidatos no ano que vem botariam o cargo à disposição e eu faria uma outra montagem ministerial com esse viés, claro, da crise – não há como não olhar o viés da crise – e apresentaria à sociedade, então, uma mudança que daria um impacto, quem sabe, até em dez Ministérios pelo número de Ministros que são candidatos. Eu só quis fazer este aparte porque tenho falado publicamente dos candidatáveis. Entendo que o discurso de V. Ex^a vem contribuir com o País neste momento tão difícil.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, a idéia do Presidente Lula é diferente da de V. Ex^a, que quer tirar logo os Ministros que são candidatos exatamente para não se fazer outra reforma. O Presidente Lula quer tirar aqueles que são Deputados ou Senadores para formar a chamada tropa de choque. Com a quantidade de Deputados competentes, trabalhadores que o Governo tem na Câmara, e de Senadores, no Senado, não são esses Ministros que vão mudar a situação do Governo. Talvez a solução de V. Ex^a seja mais ponderada: tirar os que são candidatos.

O Presidente Lula foi eleito Presidente, não foi o José Dirceu. Assim, cabe-lhe decidir sem critério. Não é preciso um critério objetivo, do tipo: tirar quem

vai ser candidato, quem é Deputado. Ele tem que tirar os que têm que ser tirados, Deputados ou candidatos. Deve retirar aqueles que efetivamente têm que ser retirados e deixar os outros. Na verdade, essa situação gera insegurança.

Por exemplo, com relação ao Ministro Humberto Costa, do meu Estado, não há um dia em que um jornal não publique que ele vai sair do Governo. O Senador Tião Viana é testemunha de que faz mais de dois anos que, diariamente, um jornal faz uma matéria dizendo que ele vai sair. Ora, como é que alguém pode administrar um Ministério de tal amplitude, de tal responsabilidade, se todos os dias pela manhã ele está como se fosse sair do Ministério? Agora ele vai sair e não é Deputado mais – não sei bem qual será o critério, talvez esse de V. Ex^a, de ele ser candidato.

Na realidade, o que ocorreu? O Governo fez uma ocupação política exagerada. Ontem mesmo a revista **Veja** colocou na sua capa uma foto muito bem montada em que, em vez de República Federativa do Brasil, estava “República Federativa do Zé”. Na realidade, foi exatamente o que ocorreu. O Ministro José Dirceu e esses seus aliados montaram um governo que, na realidade, não está dando certo, e o Presidente Lula tem grandes dificuldades de tomar as providências devidas.

É outra questão essa do PMDB. Na verdade, o Presidente Lula agora ficou nas mãos do PMDB para saber o que fazer. O PMDB, todos sabemos, é dividido em diversas alas. Chamou o Presidente do PMDB, Partido que já tem uma convenção aprovada para sair do Governo, e ofereceu ao PMDB quatro ministérios de porteira fechada. Há duas coisas erradas: primeiro, ele fica nas mãos do PMDB para tomar essa decisão – e ele é o Presidente da República, não deveria ficar dessa forma; em segundo lugar, ele fica novamente nessa questão de ministério de porteira fechada, de porteira aberta. É outra decisão, a meu ver, errada, a forma como se está conduzindo essa crise.

Sr. Presidente, ontem, no Fantástico da Rede Globo, foram apresentadas novas denúncias contra a Assembléia Legislativa de Rondônia de que 23 dos 24 deputados recebiam uma espécie de “mensalão” estadual retirado a partir de funcionários fantasmas. Um dos deputados mais envolvidos era o Deputado Carlão de Oliveira, que é Presidente da Assembléia Legislativa e que, infelizmente, é do PFL.

Já mandei um ofício, um requerimento ao Presidente do Partido, Senador Jorge Bornhausen, pedindo a sua expulsão do nosso Partido porque, na realidade, as denúncias são de tal gravidade que não se necessita mais de apuração nenhuma – só com o que a televisão mostrou, ele já deve ser expulso. Já dei entrada

nesse requerimento, e a Executiva do PFL deverá se reunir na quarta-feira para expulsá-lo do Partido. Vamos também fazer uma intervenção no diretório estadual, para que todas as pessoas envolvidas nesse tipo de questão sejam afastadas.

Sr. Presidente, gostaria de encerrar o meu pronunciamento desta forma: o que se espera do Presidente Lula, além de palavras, são ações. Que o Presidente Lula tome a ação, primeiro, de afastar aqueles que estão envolvidos em corrupção. Ele afastou alguns bagrinhos, mas precisa afastar gente com maior responsabilidade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge, eu só queria pedir permissão para incluir no pronunciamento de V. Ex^a aquele pensamento do bispo, sempre repetido por Heloísa Helena: o que está faltando mesmo é vergonha na cara e amor no coração.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador.

Na realidade, o que ocorre é isso. Precisamos que o Presidente Lula rapidamente tome as decisões. Já temos a CPI, já temos muito mais do que denúncia. Tenho visto diversos Senadores e Deputados pedindo o afastamento dessas pessoas que estão envolvidas no PT. Já demorou demais, essas pessoas já deveriam ter sido afastadas para, inclusive, fazer sua defesa fora do Partido.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, era o que eu gostaria de dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a a colaboração com a Mesa no uso da tribuna.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, inicio meu pronunciamento lançando um grito de guerra, Senador Paulo Paim: tremei, reacionários, ratos, rata-zanas e gulosos deste País, o P-SOL vem aí! Melhor dizendo, o P-SOL está aí, Senador Paulo Paim.

Ontem tive o prazer, a satisfação imensa de me reunir com dezenas de militantes do P-SOL, com dirigentes do P-SOL, com os 101 fundadores do Partido na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro, sempre maravilhosa, reunião que tinha o objetivo de, formalmente, fazer as designações das comissões regionais do Partido e das comissões municipais.

Tratou-se de uma reunião rica em debates acerca da conjuntura política nacional, em que tiramos outras palavras de ordem também. Aprovamos um “Fora, todos os corruptos”, por exemplo. Do mesmo modo, aprovamos um fim à política econômica de Lula. Aparentemente, dirá alguém que não tem relação uma coisa com a outra.

Afirmo, Senador Paulo Paim, que tem muita relação uma coisa com a outra. O Senador José Jorge acaba de relatar um fato grave ocorrido no Estado de Rondônia. Essa corrupção que se espalha pelo País inteiro e que se mostra na sua inteireza, na sua forma, no seu **modus operandi**, está vindo à tona, com clareza absoluta para a população brasileira.

Não quero minimizar a gravidade do fato, mas ressalto que mais grave ainda – Senador Ramez Tebet, sempre com a presença muito querida neste plenário – é o pagamento dessa dívida externa cruel, que pesa sobre os ombros dos brasileiros.

Ao assomar à tribuna, ocorreu-me, Senador Ramez Tebet, a idéia de apresentar um projeto nesta Casa propondo que, nas próximas eleições, a Justiça Eleitoral inclua a possibilidade de um plebiscito, para que os brasileiros decidam de que forma devemos encarar daqui para frente a questão dessa dívida contraída ao longo de décadas e décadas para enriquecer uma elite inescrupulosa deste País em detrimento da cada vez crescente miséria do povo brasileiro.

Pois bem, minha tese é a de que esta é a corrupção central: a apropriação de recursos públicos suados, a poupança do povo brasileiro. São bilhões e bilhões de reais que poderiam estar sendo aplicados na recuperação de nossa infra-estrutura, em programas sociais, no aprofundamento dos programas de alfabetização e na saúde, no sentido de propiciar ao povo brasileiro melhores condições de vida.

No entanto, toda essa dinheirama, Senador Ramez Tebet, que até o final do ano poderá chegar a R\$350 bilhões – veja V. Ex^a –, está sendo, segundo meu entendimento, desviada para o pagamento de juros dessa dívida monumental, construída com o sacrifício do povo brasileiro.

Acredito que essa é a matriz da grande corrupção. Tudo o mais é derivativo, tudo o mais é pagamento de dividendos para aqueles que coonestam ou validam essa situação. Creio que todos nós temos o dever e a obrigação de nos debruçar sobre a apuração rigorosa dos fatos que, a cada momento, se avolumam, incomodam a Nação brasileira e tiram o sossego dos trabalhadores.

É um caso atrás do outro! Uma coisa impressionante! E aqui se faça justiça: o Governo Lula não inventou a corrupção, isso é verdade. Contudo, adotou

um processo espúrio, que já ocorre no País há muito tempo. Essa é a grande verdade.

Eu diria que as palavras de ordem aprovadas na memorável reunião do P-SOL ontem, no Rio de Janeiro – “Fora todos os corruptos!” e “Fim à política econômica de Lula!” –, têm tudo a ver, pois devemos tratar de frente e com firmeza a questão da dívida externa brasileira. Repito, proporei a esta Casa que aprovemos a possibilidade de um plebiscito nacional acerca da dívida. O povo brasileiro tem o direito de se manifestar. Passados tantos anos, com essa carga pesada sobre os ombros, o povo brasileiro tem o direito de se manifestar acerca da origem da dívida, se devemos continuar a pagá-la, sobre a necessidade da realização de uma grande auditoria para sabermos até quando e como, em que limite é legítima ou não, Senador Ramez Tebet. Essa é uma situação que angustia o povo brasileiro, e devemos encaminhá-la dessa forma, a meu ver.

A manchete do **Jornal do Brasil** de hoje diz: “P-SOL se reúne de olho da herança política do PT”. E abaixo: “Militantes avaliam a crise no governo e criam slogan contra corrupção”.

Com relação à primeira manchete, Senador Paulo Paim, tenho tido o cuidado, em primeiro lugar, de não condenar ninguém. Assim como as demais Senadoras e Senadores, eu me assombro com a dimensão da crise, eu me apavoro com a extensão e com o volume dos fatos que, a toda hora, chegam ao nosso conhecimento e ao conhecimento do País. São casos e casos de corrupção. Os fatos fazem conexão uns com os outros. Agora mesmo, o publicitário Marcos Valério, que negava de pés juntos seu envolvimento nesse caso tenebroso, foi flagrado ao retirar milhões e milhões em espécie do Banco Rural, conforme publicou a revista **ISTOÉ**, escancarando os fatos. Onde ele meteu essa dinheirama toda, Senador Ramez Tebet?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Geraldo Mesquita Júnior?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Diz ele que, com o dinheiro, comprou gado. Se relacionar os nomes de alguns fazendeiros, tomarei a iniciativa de convocá-los a fim de que comprovem que esse dinheiro entrou na conta deles e que serviu para a compra de gado. O Sr. Marcos Valério terá que comprovar isso aqui. Ele que não venha com a leviandade de transmitir informações falsas e dizer que comprou isto ou aquilo, pois terá que justificar para onde foi essa dinheirama toda.

Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a é o símbolo da firmeza. Evidentemente, tem que ter muita coragem. Convocar

o plebiscito é justo e é lícito. Devemos meditar sobre isso. A história se repete. Aprendemos, em História, que houve a Inconfidência Mineira. Por quê? Em razão da derrama de impostos. Pagava-se 20% de ouro, de gado, de pau-brasil, para os portugueses. Houve até aquela novela “O Quinto dos Infernos”, porque era um quinto. Agora não, são dois quintos. Cada brasileiro paga 40%, e o Governo não retribuiu naquilo que é o mínimo essencial: a segurança e a escola que V. Ex^a que está me ouvindo – não é V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior, mas o povo do Brasil que paga a conta – paga e não recebe; tem que pagar por fora uma privada. A educação pública não presta; tem que pagar uma privada por fora. A saúde e as estradas estão aí nessa situação lastimável. Temos que continuar com a luta e chamar o povo que se revoltou na Inconfidência Mineira contra a derrama, o povo do quinto dos infernos, que, no Governo Lula, é dos “dois quintos dos infernos”.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Mão Santa, V. Ex^a citou a questão das estradas. Fico danado da vida quando vou visitar, em meu pequeno Estado do Acre, companheiros da zona rural, que estão penando, sofrendo, e observo que talvez R\$200 mil seriam necessários para melhorar a situação de um ramal que dá acesso ao tráfego da produção. Duzentos mil reais, Senador Mão Santa! E nós estamos falando de mais de R\$300 bilhões, desviados do povo brasileiro para pagar juros a banqueiros internacionais e nacionais, sendo que esses nunca ganharam tanto dinheiro como nos últimos anos. É uma vergonha!

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Geraldo Mesquita Júnior?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois, não, Senador Leonel Pavan, com muito prazer.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, nós aqui no Senado Federal temos ocupado seguidamente a tribuna para combater o Governo, principalmente quando não investe no social, quando não emprega o dinheiro público onde existe realmente um pleito muito forte por parte da sociedade, que é na área social. V. Ex^a é de um Estado pobre, que precisa da assistência do Governo Federal, de investimento em infra-estrutura, em saneamento, educação, saúde e geração de emprego, a fim de que as pessoas possam vislumbrar algum espaço na sociedade. V. Ex^a está no P-SOL, Partido da nossa querida Senadora Heloísa Helena, que possui um programa fantástico. Pelo que podemos ver e acompanhar pelos pronunciamentos, V. Ex^a escolheu esse Partido porque acredita que é possível fazer o melhor para a

sociedade mais carente. Lamentamos profundamente que o PT, no caso, o atual Governo Federal, que tinha como bandeira justamente combater a corrupção, os banqueiros, os juros e as injustiças sociais, está terminando o mandato e não faz os investimentos devidos, aqueles em relação aos quais V. Ex^a alerta o Governo e chama a atenção dele. Cumprimento-o pela coragem de optar por um partido novo, o P-SOL, partido em que haveremos de acreditar, pois apresenta uma proposta concreta, viável, como a do PT no passado, mas que, infelizmente, foi jogada debaixo do tapete. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Muito obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, gostaria de me referir à manchete do **Jornal do Brasil**, “P-SOL se reúne de olho na herança política do PT”, aproveitando que V. Ex^a citou o Partido nominalmente, para dizer que tenho muito cuidado para não condenar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – ...a não ser diante de provas cabais, de evidências incontestes. Creio que estamos nos encaminhando para o momento de colhermos neste País, para assombro de todos, a prova legítima, concreta, o peso das evidências de que a corrupção tomou conta das entranhas deste Governo. Todavia, Senador, tenho muito cuidado de não generalizar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Tenho outra tese também: a de que a cúpula do PT se apropriou desse Partido histórico, tomando decisões que, tenho certeza absoluta, o conjunto da militância do PT jamais avalizaria, como, por exemplo, a expulsão da Senadora Heloísa Helena. Estou certo de que, se esse assunto tivesse sido levado para as instâncias do partido, para a militância como um todo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mais um minuto, para concluir, Sr. Presidente.

Tenho certeza absoluta de que o PT como um todo não teria aprovado. Assim como, se tivessem sido apresentadas para a militância do PT a reforma da Previdência, a aprovação das PPPs, a blindagem de Meirelles, tenho certeza absoluta de que o conjunto da militância do PT não aprovaria.

Portanto, faço esta ressalva: quando me refiro, nesta tribuna, ao PT, estou me referindo à cúpula que se apropriou desse Partido indevidamente e tem to-

mado decisões espúrias muitas das vezes, em nome do Partido que, tenho certeza, não as avalia.

Para demonstrar esse fato, existe uma pessoa com uma expressão enorme no nosso Estado. Chama-se Antônio Alves, Toinho Alves, como o chamamos carinhosamente no Acre. Fundador, formulador, militante do PT, pessoa que tem respeitabilidade no nosso Estado, ele escreveu no dia 17 de junho, em seu *blog*...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Vou ler rapidamente, Sr. Presidente. Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço que V. Ex^a conclua. Mais um minuto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Vou concluir, Senador.

Toinho Alves, essa pessoa que eu descrevi, escreveu, justificando a tese que eu aqui declino, Senador Paulo Paim:

Fui dormir três e meia da madrugada, caindo de sono e cansaço. Às quatro e meia, acordei, sentindo uma súbita e dolorosa compreensão do significado íntimo de tudo isso. Vi o absurdo de toda essa situação e tive a sensação de que me haviam roubado o passado. As antigas utopias e até as mais tolas ilusões, assim como os erros que cometí na tentativa de realizá-las, eram, para mim, jóias íntimas e preciosas, patrimônio de minha evolução, compartilhadas com a geração inquieta e criativa. A sensação dolorosa que tive foi a de que tudo isso tinha sido arrancado de dentro de mim e jogado no meio da rua, exposto à galhofa pública.

Esse é o sentimento que colho, quando ando pelas ruas, Senador Paulo Paim, de grande parte de militantes do PT, Partido que tem Paim...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa concede um minuto improrrogável para V. Ex^a concluir o seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – ... que tem Walter Pinheiro, Eduardo Suplicy, Flávio Arns, Maninha, João Alfredo e tantos outros Parlamentares da maior envergadura neste País. O Partido dos Trabalhadores conta com uma militância cujo sangue vermelho ainda corre nas veias, cujo coração ainda pulsa e que quer fazer do Brasil outro país, com distribuição de renda.

V. Ex^a fez um brilhante discurso há pouco, trazendo dados do crescimento econômico do País, Senador Paulo Paim, mas também demonstrou que o crescimento econômico no Brasil, muitas das vezes, significa que a elite ganhou um pouco mais ou um pouco menos,

mas que a população, que os trabalhadores brasileiros continuam, apesar desse crescimento econômico, numa absoluta e cada vez mais profunda miséria, cada vez mais merecendo a responsabilidade de todos, da Senadora Heloísa, dos militantes do P-SOL,...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – ...dos militantes de todos Partidos, que têm o compromisso com o Brasil, de eliminar esse grande mal, essa grande chaga que grassa sobre todo o País.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Jorge.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. José Jorge, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu preferia ter feito um aparte, mas, como não foi possível, peço um minuto para uma explicação pessoal, conforme estabelece o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem direito a usar o inciso VI do art. 14 para uma explicação pessoal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, primeiramente expresso meus cumprimentos pelo encontro que o P-SOL realizou no Rio de Janeiro com os 101 primeiros signatários do manifesto do Partido.

É muito importante para o processo democrático que haja partidos com todas as matrizes. E V. Ex^a, sem sombra de dúvida, representa essa matriz histórica do campo da esquerda, que merece os meus cumprimentos.

Quanto ao ataque à corrupção, estamos no mesmo barco, remando juntos. Tenho certeza de que todos aqui querem que as duas CPIs – ou as três – vão ao extremo, de forma tal que paguem aqueles que, impropriamente, se apossaram do dinheiro público. Temos que lutar todos juntos contra a corrupção, doa a quem doer.

No discurso que fiz na tribuna, mostrei o avanço no campo econômico no Governo Lula. Por outro lado, expliquei que é hora da grande virada para investimentos no campo social, com a qual V. Ex^a concordou no encerramento do seu pronunciamento.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a sabe o respeito que lhe tenho, mas, no tocante a essa questão histórica, por exemplo, da dívida externa, todos

sabemos que a elite deste País, ao longo desses mais de 500 anos, fez tudo o que fez. De fato, não acredito também que um Presidente como o Lula possa, em dois anos e meio, resolver os desmandos daqueles que hoje tanto cobram dele – sabe-se que eu não estou referindo-me a V. Ex^a – e, no passado, administraram de forma incorreta este País. Lembro, por exemplo, que somente o povo negro ficou sob o regime de escravidão no mínimo 400 anos. São esses mesmos que hoje querem que o Presidente Lula, em dois anos, resolva todos os grandes problemas entre a elite e os pobres, aqueles que ficaram marginalizados.

V. Ex^a fornece um dado que também pretendo confirmar. É triste ter que dizer que cerca de 55 milhões de brasileiros têm uma renda correspondente a R\$120,00!

Esse é um debate que faremos aqui, de forma respeitosa, apontando um caminho pelo qual, efetivamente, a economia contribua para o investimento no social.

Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, por permuta com o Senador Alvaro Dias. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para tratar de um tema bastante discutido no Brasil atual: a questão do trabalho escravo e as ações implementadas para combatê-lo, inclusive já mencionada em parte pelo nosso Senador Paulo Paim, querido amigo do nosso Rio Grande do Sul.

É nesse contexto, Senador Paulo Paim, que gostaria de lembrar neste momento que, há exatos 10 anos, ou seja, em 27 de junho de 1995, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso editou o Decreto nº1.538, criando o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), que tinha a finalidade de coordenar e implementar as providências necessárias à repressão ao trabalho forçado. Alguns dias antes, já havia sido criado o Grupo Móvel de Fiscalização, que, desde então, é o grupo de fiscais especiais que se dedica à fiscalização e ao combate ao trabalho forçado e que, atualmente, é um dos serviços mais eficientes da República.

Essas medidas levaram a um declínio constante e significativo das ocorrências de trabalho escravo. Os grupos criados naquele momento tiveram um desempenho acima da média e conseguiram resultados bastante surpreendentes. As ações foram cada vez mais

sofisticadas, e, ao receber as denúncias, as equipes eram colocadas imediatamente em campo, num prazo recorde de 72 horas no máximo. Portanto, as medidas adotadas no Governo Fernando Henrique representaram um passo de qualidade nas ações do Executivo, na manifestação de vontade política do Governo.

Com isso, pode-se concluir que a atuação do Governo Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a persistência da escravidão e adotando as medidas necessárias, foi fundamental para combater essa forma de trabalho que se constitui ainda em um problema estrutural grave na atual realidade do nosso País.

No entanto, é bom lembrar que o Gertraf foi extinto pelo atual Governo em 2003, tendo sido criada em seu lugar a Conatrae, Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Forçado, que, na verdade, nada mais é do que uma fusão do antigo Gertraf com a comissão especial que, em 2002, foi criada na Secretaria de Direitos Humanos pelo então Ministro, hoje Deputado Federal, Aloysio Nunes Ferreira, por sugestão do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso. A propósito, essa comissão especial, na verdade, desmobilizava o Gertraf, de alguma forma bloqueado no Ministério do Trabalho, e colocava o problema especialmente no âmbito dos direitos humanos.

Essa comissão trabalhou cerca de um ano e produziu, em outubro de 2002, o Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Mas a coincidência do final do Governo FHC com a necessidade de verificação dos aspectos legais das mais de setenta medidas propostas pela comissão (de propostas de emenda à Constituição a medidas administrativas em âmbitos setoriais) fez com que o documento só ficasse pronto para adoção de providências em março de 2003, no atual Governo, quando passou a ser chamado de Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Vou dar um aparte ao Senador Paim, assim que terminar.

Para finalizar e, diante do que foi exposto aqui, podemos concluir que as medidas adotadas no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que têm produzido bons resultados para o Brasil – merecendo inclusive o reconhecimento da Organização International do Trabalho –, nada mais são do que uma seqüência das providências adotadas durante o período de gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Apenas o Presidente atual trocou o Sonrisal pelo Alka-Seltzer para a mesma doença. Mas tudo começou a ser edificado, trabalhado, e hoje completa dez anos, na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

A participação histórica do Governo Fernando Henrique Cardoso no reconhecimento da persistência da escravidão sob nova forma e das fundamentais me-

didas tomadas para combatê-la tem sido, infelizmente, omitida pelo Governo atual, que, no geral, atribui para si todos os êxitos nessa matéria, o que, como se viu, não corresponde aos fatos.

Aqueles que, no passado, combateram e trabalharam não ficaram omissos, como alguns dizem. Não é Luiz Inácio Lula da Silva quem apenas, em dois anos, tem que fazer tudo. Não! Luiz Inácio Lula da Silva, em muitos casos, está dando seqüência ao que se começou há muitos anos. É preciso que isso seja reconhecido, não apenas puxar para si quando se criam projetos sociais. Repito, trocaram apenas o remédio para combater a mesma doença. Remédio esse que começou a ser criado no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Concedo, com muita honra, o aparte a um dos homens que combate a escravidão com seus projetos, com seus pronunciamentos, com sua luta, o nosso querido amigo Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Leonel Pavan, essa é uma área em que atuo há muito tempo. Quando fazemos um aparte, alguém já espera que será oposição ao que está sendo dito na tribuna. Não estou entrando na seara de quem faz situação ou oposição. Quero dizer que é bom vermos algumas iniciativas positivas sendo construídas há algumas décadas, independentemente de qual seja o governo. Posso citar aqui o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma peça que tem mais de quinze anos e é elogiada por todos, independentemente do governo em que foi apoiada e aprovada por unanimidade nas duas Casas. Posso falar no Estatuto do Idoso, que começamos a discutir – inclusive com V. Ex^a – quando ainda éramos Deputados, aprovado há um ano e meio. Vejo com alegria que a luta contra o trabalho escravo, um processo que começamos lá atrás, independentemente de governo, está dando resultado. A OIT elogia o Brasil pela forma como tem atacado o trabalho escravo. O Unicef também elogia o Brasil, que está defendendo que o adolescente e a criança não trabalhem, evitando-se assim a chamada exploração indevida da criança menor. O Senador Cristovam é um especialista na área e fez aqui recentemente uma bela audiência pública. Confesso-lhe que no Governo anterior, por diversas vezes, me reuni com Raul Jungmann, que era um dos que cuidavam dessa área, juntamente com os Ministérios do Trabalho e da Justiça, e discutimos o assunto. Lembro a política de quotas no serviço público adotada em diversos Ministérios. Isso não quer dizer que não possamos ampliá-la neste momento. O meu pronunciamento é para dizer que bom que, na questão de fundo, o Governo atual está continuando e ampliando, dentro do possível, o

ataque ao trabalho escravo. Então não faço no meu aparte nenhuma contestação ao pronunciamento de V. Ex^a, apenas reafirmo: que bom! Tomara que não só o Governo Lula – independentemente de se reeleger ou não –, mas que todos os governos continuem avançando cada vez mais no combate ao trabalho escravo. Cumprimento V. Ex^a por trazer este tema ao debate, com muito respeito e muito carinho, porque é bom que os grandes temas que interessam a toda a população estejam venham para o palco do debate, principalmente no discurso de V. Ex^a, como forma de aprimorar o que foi feito até o momento, principalmente no que tange ao trabalho escravo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço o aparte.

Trouxe o assunto porque tudo o que o Governo atual está fazendo dá a impressão de que nada se fez no passado e porque muitos projetos sociais tiveram troca de nome no atual Governo. Hoje esse decreto faz dez anos. Refiro-me ao Decreto nº 1.538/95, baixado em 27 de junho de 1995, que criou o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado. O Governo FHC elaborou projetos, baixou medidas de extrema importância para a sociedade. Infelizmente, às vezes, isso não é reconhecido pelo atual Governo, que apenas trocou o nome dos programas. Foi só uma lembrança.

Eu queria aproveitar, antes de encerrar o meu pronunciamento, para dizer que o Governo do PT tem falado em herança maldita. Isso é engraçado, porque o PT, quando se sente no atoleiro, numa areia moveida, vai buscar justamente partidos que foram aliados do Governo que ele considera maldito. O PMDB ficou oito anos com Fernando Henrique Cardoso, ocupando os principais Ministérios. Era do PMDB o vice do candidato do PSDB nas últimas eleições, combatidos pelo PT como oligarquias, inescrupulosos, como partidos que fizeram mal ao País, que não investiram no social, que deixaram as rodovias serem depredadas, que não duplicaram a BR-101 e outras.

De repente, o Governo atual sente-se arrasado em virtude de corrupção, de desmandos, e o Presidente, sem forças para governar, sem comando, fica desesperado e pede que lhe dêem as mãos para mostrar que estão unidos e vão salvar o País.

Pois o Governo atual, Senador Paim... Eu digo que o Lula está longe de ser um Collor – pelo amor de Deus –, nem está envolvido nesse processo todo. Acredito que não está – não está mesmo – até que me provem o contrário. Mas a sua equipe, infelizmente, aqueles que Sua Excelência colocou em volta de si, já está comprovado que botaram a mão na lama, no piche e já não conseguem se desgrudar disso tudo.

Não falem mais aqui em passado. Pelo amor de Deus, não falem mais aqui em herança maldita, porque estão buscando justamente os partidos aliados ao Governo passado, estão buscando aqui justamente aqueles que foram condenados pelo Lula, pelo PT e pela sua equipe nas últimas eleições. O PMDB, mesmo tendo direito e sendo-lhe oferecida a oportunidade de abocanhar quatro, cinco ou seis Ministérios, mesmo assim, não quer pegar na mão do Governo.

O PT, o Governo atual, está igual a pó de mico: todo mundo quer ficar longe, ninguém quer pegar. Está todo mundo apavorado. Ninguém quer, nem mesmo sendo-lhe oferecida a oportunidade de ajudar a governar. Vejam que situação! Por isso, nunca mais usem desta tribuna para falar em herança maldita, já que o PTB agora está sendo escorraçado e também estava no passado, já que o PL está sendo escorraçado e também estava no passado, já que o PP está sendo escorraçado e também estava no passado. O PMDB – vou finalizar –, que ocupou os principais Ministérios no Governo Fernando Henrique Cardoso e concorreu como vice à Presidência da República numa chapa do PSDB, agora está sendo requerido, está sendo implorado que ajude o PT a governar. Não existe mais herança maldita, se a tal herança está sendo requisitada com carinho, com orgulho e com honra – parece-me – para ajudar a governar o País. Quem sabe o Governo começa a trabalhar, porque até agora só houve promessa, desculpa. Ficaram olhando pelo retrovisor e não conseguiram, infelizmente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ... mostrar à sociedade brasileira por que vieram, por que foi esse Governo instalado. Várias pessoas que assumiram esse Governo, que tinham uma conduta séria, equilibrada, com propostas sociais... Mudaram os Ministros, tiraram Ministros, tiraram pessoas que tinham qualidade, expulsaram pessoas que tinham qualidade para tomar um rumo que a sociedade brasileira não aprova. As trocas feitas até recentemente não deram certo.

Espero que o Governo, agora, buscando um pouco da herança...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ... de que eles falavam tanto, possa se firmar e começar a governar o País, porque a sociedade vai cobrar. Vai cobrar. Nas próximas eleições, com certeza, não haverá mais esse discurso demagógico de falar do passado, se o passado faz parte do presente do PT.

Um abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, eu vim falar de golpe, mas não do golpe que se discutiu aqui a semana passada, porque eu próprio me manifestei dizendo que não via nenhuma ameaça à democracia brasileira apenas porque a Oposição estava tomando posições firmes em relação a alguns fatos que podem incomodar o Governo.

Também não vim falar em hipótese de golpe.

Eu vim falar, Sr. Presidente, de um golpe que eu vi pela televisão, na semana passada, ao assistir a um ex-Oficial do Exército, na tribuna da Câmara dos Deputados, dizer que se arrependia de não haver torturado, com a debochada expressão “dar bolacha”, que ele se arrependia de não haver torturado um jovem que lutava na clandestinidade pela democracia no Brasil.

Sr. Presidente, poucas vezes fiquei tão chocado, em vinte anos de democracia no Brasil, quanto naquele momento, ao ver, na tribuna da Câmara, que nós lutamos tanto para abrir, um representante, profissional, das Forças Armadas, dizer que se arrependia de não ter torturado um militante de esquerda. E esse militante de esquerda no qual ele dizia se arrepender de não ter “dado bolacha” é o Presidente do meu Partido, José Genoíno.

Eu discordei aqui, na semana passada, de afirmações do próprio ex-Deputado José Genoíno, quando falava em ameaças golpistas às instituições brasileiras, mas eu quero dizer que, entre as pessoas de minha geração, se eu tiver de me identificar com aquele senhor que disse aquilo ou com o Presidente do meu Partido, José Genoíno, eu me identifico com José Genoíno, porque ele lutava pelo lado certo, de um modo que a gente tem de respeitar.

O que mais me incomoda é que lutamos muito para abrir esse Congresso, que alguns fecharam e outros tutelaram durante anos, e agora essa mesma Casa, por meio da Câmara dos Deputados, tenha escutado um discurso em que um agente da repressão nos anos 70 disse – Senador Mão Santa, não sei se V. Ex^a ouviu pela televisão – arrepender-se de não ter dado – e ele disse debochadamente – algumas “bolachas” no então jovem guerrilheiro José Genoíno.

Sr. Presidente, gestos como esses, sim, ameaçam a democracia, gestos como esses, sim, podem signi-

ficar o risco de golpismo, não discursos da Oposição, mas manifestações desse tipo, claramente antidemocráticas, pior ainda, que não respeitam a dignidade das pessoas que lutaram pela democracia.

O ex-Deputado Genoíno é um homem que dedicou a parte mais rica da sua juventude à luta pela democracia no Brasil. Escolheu um caminho que eu, da mesma idade, não escolhi, que foi a luta armada, mas o fato de ele ter escolhido aquele caminho não diminui em nada a sua luta e, talvez, até a engrandeça, tendo em vista a coragem pessoal.

Esse homem saiu da guerrilha preso, torturado, como todos sabem. Sofreu na prisão e, depois, teve uma carreira brilhante, a ponto de ser Presidente do Partido dos Trabalhadores, no momento em que o Partido chega ao poder.

Dizer aquilo é não apenas um gesto golpista, sim, como é também um golpe de falta de respeito a um cidadão brasileiro, falta de respeito a uma geração inteira, porque, como disse um poeta uma vez, certas pessoas representam toda a sua geração. Neste momento para mim, o ex-Deputado José Genoíno representa toda a minha geração. Aqueles que lutaram como ele na guerrilha, aqueles que lutaram nas ruas das grandes cidades, aqueles que lutaram nos sindicatos, aqueles que ficaram no exílio, cada um daqueles que tinham acesa a chama da democracia e conseguiram, eles juntos, nós todos, que a democracia voltasse a se implantar no Brasil. E foi graças a essa democracia que conseguimos reabrir, com plenitude, o funcionamento das duas Casas do Congresso.

E nós não podemos deixar passar em branco um discurso desse tipo. Deixar passar em branco um discurso desse tipo hoje é tolerar, amanhã; passar em branco discursos desse tipo, até o dia que, em vez de discursos, outra vez se usem as armas para ameaçar de fato a democracia.

Da mesma maneira que eu vim aqui dizer que a Oposição nada tem de golpista, eu venho aqui dizer que gestos isolados como esse, se deixarmos passar em branco, podem criar uma cultura golpista no Brasil. Sobretudo quando – e vamos reconhecer – nós, os civis que assumimos este País, às vezes passamos à juventude de hoje a sensação de que não estamos à altura do momento que atravessamos. E esta é a idéia que muitos jovens têm hoje: a de que os civis não estão tendo a capacidade, a firmeza e a ética de levar o Brasil no caminho certo, de desatar os nós que recebemos e atam o crescimento, a decência no Governo e a concentração de renda; esses diversos atos que nós não conseguimos desatar: da concentração da renda, do crescimento da violência, da pobreza.

Nós estamos passando, hoje, uma imagem má para essa juventude. Se se alia o caldeirão que nós estamos criando, por nossas omissões, com o caldeirão que alguns revanchistas como aquele senhor manifestam aqui dentro, aí, aquilo que na semana passada eu disse que não havia, na próxima semana poderá começar a existir.

É por isso, Sr. Presidente, que eu vim aqui para apresentar a V. Ex^a um requerimento, com base no art. 222, no sentido de que seja manifestado o nosso repúdio, com toda clareza, ao uso da tribuna da Câmara para que se digam aberrações políticas e éticas como aquela. Nós, diferentemente de outros, não devemos fechar o Congresso nem impedir que suba à tribuna quem quiser falar, mas não podemos silenciar diante dos discursos equivocados e antidemocráticos que sejam ditos aqui nesta Casa.

Por isso, eu deixo com V. Ex^a o requerimento no sentido de que seja, com clareza, manifestado o nosso repúdio e que se faça conhecer ao Presidente Severino Cavalcanti a nossa insatisfação com o fato de que, neste período, 20 anos de democracia, depois de tanto sacrifício, sejamos obrigados a ouvir aqui dentro, transmitido pela televisão ao Brasil inteiro, um senhor que exerceu o poder autoritário no passado dizer que se arrepende de não ter torturado – volto a insistir: com o debochado nome de “dar bolacha” – um companheiro da mesma geração dele, da mesma geração minha, chamado José Genoíno. Eu hoje me identifico como parte daquela geração muito mais com José Genoíno do que com aquele ex-Oficial do Exército.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, comungo com as idéias de V. Ex^a. Eu comentava aqui com os Senadores Leonel Pavan e Mão Santa o início do pronunciamento de V. Ex^a, quando cita que essa história de dizer que a Oposição, porque está a cobrar e fiscalizar, está dando um golpe, acho que é totalmente equivocada. Eu cheguei a usar o termo, é uma bobagem. Agora, por outro lado, V. Ex^a vai à tribuna e faz um pronunciamento, em nome do processo democrático, sobre aquele ato escandaloso e vergonhoso que ocorreu na Câmara dos Deputados, inclusive contra o Regimento Interno, pois, em sessão de homenagem na Câmara dos Deputados, só quem pode usar a tribuna são os Deputados. Falo como ex-membro da Mesa. O Deputado que solicitou a sessão, ao permitir que alguém que não é Parlamentar use a tribuna, agiu de forma indevida. Foi um ataque que nos envergonha perante o País da forma que foi feita. Um articulista do jornal **Folha de S.Paulo** escreveu um belo artigo, em que diz que ele discorda do PT, nunca votou no PT, critica o PT e faz uma defesa de ponta a

ponta do Presidente do Partido José Genoíno. E diz que duvida quem, torturado, em 99% dos casos, não acuse até Jesus uma, duas, três vezes. Com isso ele não está dizendo que Genoíno acusou ou não acusou, mas diz: “Agora se inverteiram os valores: o torturado é culpado e o torturador quer virar herói.” Por isso eu cumprimento V. Ex^a, que alerta, faz uma defesa do processo democrático. E aí eu daria mais um gancho que já fiz da tribuna: acho correto o movimento feito por entidades civis, que estão fazendo atos e vão fazer um em Porto Alegre, onde estarei presente, não dizendo que alguém é golpista, mas em defesa da democracia e em defesa do combate permanente à corrupção e em defesa da ética na política. Os movimentos sociais se movimentando em defesa do processo democrático e combatendo à corrupção está mais do que correto. E V. Ex^a, no meu entendimento, faz um alerta nesse sentido. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Agradeço, nobre Senador Paulo Paim, seu aparte.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que ficou clara essa inversão do perseguidor transformar-se em vítima do perseguido. Mas, para mim, mais do que essa, me preocupa a inversão mais profunda de que a tribuna que José Genoíno lutou para abrir dentro do Congresso seja usada por uma pessoa para dizer que se arrepende de não haver torturado ele. Essa inversão é que é a gravidade do momento, e esta Casa não pode ficar em silêncio diante disso, porque silêncio uma vez, silêncio outra vez... silêncio outra vez significa suicídio. Nós não temos o direito de suicidar a democracia brasileira. Temos de respeitar a Oposição, e não aceitar essa idéia de que a Oposição é golpista, mas temos de dizer com clareza que há golpes, sim, na cabeça de algumas pessoas que nada têm a ver com a Oposição; têm a ver, sim, é com um passado que, felizmente, nós já sepultamos, embora, de vez em quando, algumas pessoas querem pôr o dedinho de fora. Nós não podemos deixar que isso aconteça. Democraticamente, temos que lutar para que essas pessoas sintam, pelo menos, o nosso repúdio.

Senador Mão Santa, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, como sempre V. Ex^a, com toda a arte da prudência, usa da palavra. Mas eu aprendi do latim **pars in pabula facimile congregatur**, pancada traz pancada. Isso tudo ocorreu pelo mal comportamento do José Dirceu. Padre Antônio Vieira disse que um bem sempre traz outro bem, mas o mal traz outro mal. A maneira como ele se comportou na sua volta ao Congresso foi uma maneira vil, uma maneira que traduz o caráter do José Dirceu. Congresso é para isto: reflexão, meditação, pronunciamentos prudentes. E ele

trouxe um exército de baderneiros, pensando que, com a sua história, desconhecida até para seus próprios familiares, amedrontasse os que estiveram e que lutaram pela democracia. Eu, por exemplo, estava lá no momento, cantando. Estava no Rio de Janeiro e vi Geraldo Vandré: "Vem vamos embora que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora/Não espera acontecer". E saímos cantando Brasil afora. E eu, lá na minha cidade de Parnaíba, eu fiz o PMDB, o MDB derrotar o Partido do Governo, numa primeira grande vitória popular e democrática. Então que seja advertido também o mal comportamento de José Dirceu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador Mão Santa, estou falando de dois momentos completamente diferentes. Um momento foi o pronunciamento na Câmara do Deputado José Dirceu, em que aconteceram as coisas que o senhor está citando. A outra foi num momento posterior, independente, sem nada que ver com aquilo que foi o pronunciamento de um ex-oficial do Exército, que, eu tenho certeza, nada tem a ver com as atuais gerações de oficiais e soldados do nosso Exército...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pediria ... apenas para justificar quando busquei o latim **Pars in pabula facimile congregatur**, pancada atraí pancada. Então o Zé Dirceu pensou que iria amedrontar. Não amedronta nada, é um Zé Moleirão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, então eu quero deixar aqui o meu requerimento de que esta Casa não fique em silêncio diante do que aconteceu. E que o Senador Mão Santa, com todo direito, faça um requerimento relacionado com o outro evento, que nada tem a ver com aquele que estou trazendo aqui à sua presença.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, cumprindo com a minha consciência, para que amanhã ninguém diga que eu fiquei em silêncio diante de uma aberração que foi aquela fala daquele senhor.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda o requerimento do nobre Senador Cristovam Buarque, para as devidas providências no processo legislativo.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Wirlande da Luz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A seguir, Senadora Heloísa Helena.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ninguém ama quem não conhece.

Se perguntarmos:

Você ama uma pessoa que você não conhece?
Não, não sei quem é.

À medida que conhecemos, ou amamos ou nos desinteressamos, podendo detestar ou odiar. Os Parlamentares buscam ser conhecidos para obter, a partir do apoio popular, os votos necessários às suas eleições. Espera-se que aqui os Parlamentares defendam os interesses das suas comunidades e do Brasil e que se comportem dentro de parâmetros da ética, da correção etc.

A semana passada foi triste para as duas Casas. Estamos tendo alguns exageros na nossa, mas, no conjunto, foi muito ruim para todos os Parlamentares, porque alguns itens se generalizam. Falam "os Parlamentares". Fala-se "o Congresso". Evidentemente, sei que, quando chegar a hora da eleição no próximo ano, tudo será peneirado, e o joio ficará separado do trigo. Porém, com toda a certeza, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, devemos ter mais prudência, mais firmeza e realizar um trabalho forte para mudar essa imagem com a qual estamos terminando este período antes do recesso.

No recesso que ocorrerá em julho, três CPIs estarão em funcionamento na Casa. A CPI da Imigração é necessária, pois existe hoje uma quantidade incrível de brasileiros presos nos Estados Unidos, por volta de 20 mil – dizem que há um pouco mais. Por incrível que pareça, essa situação foi resultado da propaganda da novela América. Esse número subiu de 8 mil para 12 mil, e agora há mais de 20 mil pessoas presas. A CPI da Terra vem-se arrastando, mas já chegou a algumas conclusões e está cumprindo o seu dever. Na CPI dos Correios, esta semana será muito quente. Até quarta-feira, deverá sair a CPI do Mensalão na Câmara dos Deputados, onde a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar também está funcionando.

Em todas essas frentes, espero baixar a poeira do comportamento do Congresso, para que se façam todas as investigações, sim. Ninguém quer esconder os fatos, mas sem as agressões, a violência e gritaria.

Por que estou dizendo isso hoje da tribuna? Circulei, neste fim de semana, em vários ambientes. Em todos eles, a crítica é uma só: "Vocês enlouqueceram? O que aconteceu com o Congresso? Não é possível!" As pessoas pensam, no primeiro instante, que a situação se generalizou. Não é verdade. Prestem bem atenção

– e esse é o alerta que faço não para nós, mas para o público em geral. A situação, às vezes, parece caótica, mas, até no caos, há uma certa ordem.

Foi uma semana de catarse, sim. Essas duas últimas semanas foram muito difíceis. Como eu apóio o Governo, critico a Oposição? Não. A Oposição está no papel dela – embora, talvez, um pouco açodada. Ela tem o direito de fazer, de pensar, de encontrar e de buscar... Essa é a função da Oposição.

Nós do Governo, nós como força auxiliar do Governo, grupo que procura dar governabilidade – Heiloísa, não fique rindo; você esperava que eu dissesse que estamos no Governo. Nós não estamos. Nós somos força auxiliar do Governo. Estamos dando a governabilidade.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Ney Suassuna, nós da Oposição temos sido os mais ponderados possíveis. Ninguém mais do que nós. Todo Governo gostaria de ter uma Oposição racional e responsável como a desse. Aliás, agora mesmo, o Presidente Lula pediu o apoio do PMDB, oferecendo ao Partido quatro Ministérios para que ele participe do Governo. Todos nós da Oposição estamos torcendo para que o PMDB apóie o Governo, até para melhorar a governabilidade. Queremos o PMDB no Governo, a fim de que possamos fazer o nosso trabalho de Oposição, porque se o Governo não tem apoio fica até difícil para nós fazermos oposição. Então, apelo a V. Ex.^a para que use seu prestígio no PMDB para conseguir que o PMDB efetivamente apóie o Governo e deixe o papel de oposição para nós porque o povo nos colocou nessa posição.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador José Jorge, eu faço a diferença entre a Oposição do Senado e a Oposição na outra Casa, quando digo que o perigo é o da generalização.

Agora já acalmou a própria CPI, mas no começo qualquer palavra dada era uma gritaria tão grande que a gente não se entendia, não conseguia se entender na CPI. Foi muito açodado o começo. E eu estou vendo que os próprios Líderes do PFL chamaram a atenção dizendo que aquilo não era bom daquele jeito, daquela forma. E as coisas estão sendo ponderadas.

Eu sei que a Oposição no papel dela, inclusive as Lideranças da Oposição, estão tentando colocar as coisas em parâmetros de normalidade. Disso eu sou testemunha porque vi fazendo. Agora, o que quero dizer para o público em geral que nos vê através da TV Senado é que nesta Casa, às vezes, parece que a

balbúrdia está imperando, mas tudo isso não é assim, tem regras e tudo isso tem normas e que nós somos humanos como qualquer pessoa e há horas que a adrenalina está muito elevada.

Nesta semana, quando a partir de amanhã o tempo vai estar muito quente, vamos ter várias coisas para resolver – e amanhã vamos ter um dia muito difícil – e eu espero que nós saibamos controlar a nossa adrenalina, até porque estamos sendo vistos por todo o Brasil. As TVs da Câmara e do Senado passaram a ter um Ibope incrivelmente alto. Então, é muito importante que façamos tudo o que tem que ser feito, mas dentro de parâmetros que não levem o público a achar que ao conhecer, não amar, porque isso vai significar uma grande taxa de renovação, como no ano passado. Todos sabemos que isso vai ocorrer. Mas é preciso que o público entenda, que os eleitores entendam, que os brasileiros entendam que, seja oposição, seja governo, nós estamos buscando cumprir o nosso dever, de forma que não haja luz vazando de um lado para o outro. Desejamos tudo bem iluminado e muito bem resolvido.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Ney Suassuna, todos sabemos que V. Ex^a tem sido bastante claro em seus pronunciamentos, no seu trabalho, e sempre tem atuado para que as coisas realmente ocorram na maior tranquilidade. V. Ex^a cumpre o papel de Líder do PMDB com muita honra e orgulho para a sua legenda, e todos reconhecemos o belo trabalho que exerce. Porém, temos que deixar registrada uma questão: não é possível jogar todos os homens públicos na mesma vala. Recentemente, foi preso o Juiz Lalau, nem por isso podemos culpar todo o Judiciário. Recentemente, foram presos, e estão para ser julgados, representantes do Ministério Público, nem por isso podemos julgar essa instituição como um todo, até porque o Ministério Público é a base da democracia e da ordem. Recentemente, foram presos diversos funcionários públicos, nem por isso podemos julgar todos os funcionários públicos pelos desmandos e corrupções que cometem aqueles. Recentemente, foram presos alguns policiais federais, nem por isso podemos julgar essa instituição, que é a que está realmente fiscalizando, que é o órgão principal para manter a ordem no País. Então, digo que a classe política também não pode ser toda ela julgada. Porém, a Câmara dos Deputados precisa jogar um óleo de rincão e limpar aqueles que estão sendo, hoje, colocados

na imprensa como homens públicos que cometem atos ilícitos. É preciso varrê-los dali, limpar, tirá-los da vida pública, para que possamos continuar fazendo o melhor para o nosso País. Muitos se elegeram, nobre Senador Ney Suassuna, prometendo atender aos anseios populares na ética, na lisura no trabalho público. Prometeram honrar os seus cargos em defesa da nossa Pátria. No entanto, após assumir o mandato, cometem atos ilícitos e precisam receber penas. Precisamos puni-los, colocá-los fora do processo da vida pública; se não o fizermos, toda a classe vai pagar por isso. Entendi perfeitamente o pronunciamento de V. Ex^a e é esse o chamamento que faço. Está em nossas mãos esta responsabilidade: fazer que a CPMI levante todos os culpados e que todos eles sejam punidos, independentemente de cores partidárias, se são do Governo ou se são da Oposição. Não interessa. Todos devem ser punidos. Devemos varrê-los da vida pública para que a instituição democrática, para que a Câmara dos Deputados, para que o Senado Federal, para que o Governo Federal não sejam julgados como se todos fossem iguais. Parabenizo o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, que vem ao socorro da minha tese. É exatamente o que acabei de dizer: tem que se separar o joio do trigo. Mas eu falava mais sobre o processo. Nos primeiros dias de CPI, V. Ex^a deve ter visto, ninguém conseguia falar. Quando um pedia a palavra, todos gritavam ao mesmo tempo; era uma balbúrdia só. E todos que encontrei nesse final de semana criticavam isto: fala-se excelência para lá, excelência para cá, mas se agrediam, se provocavam. A semana passada foi uma semana difícil para a imagem do Congresso, seja pelo excesso de adrenalina e de agressão, seja porque tivemos, além disso, provocações que não eram necessárias. Não estou entrando no mérito de quem provocou quem, mas não havia necessidade daquilo; somos adultos, não somos colegiais. Tudo isso vai ser analisado; será punido quem merecer, mas com ponderação e com prudência.

Era essa minha ponderação, lembrando que esta semana não será fácil, mas que a nós cabe prudência e firmeza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra somente para dizer que nós, da Liderança da Minoria, estamos solidários com o requerimento do Senador Cristovam Buarque em relação àquela sessão que houve na Câmara dos Deputados. Achei aquela ses-

são absurda, até surrealista. A meu ver, não deveria ter havido aquela sessão e muito menos aquilo que foi dito ali, que foi, sem sombra de dúvida, exagerado.

Portanto, eu gostaria de dar o apoio da Minoria em relação do requerimento do Senador Cristovam Buarque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa acolhe a manifestação de V. Ex^a. E, pessoalmente, Senador José Jorge, não manifesto uma opinião a respeito por estar neste momento na Presidência da Casa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Senhores Senadores, a exemplo de vários parlamentares, militantes, movimentos sociais, reconheço que toda generalização é perversa e cruel. A partir do momento em que se apresentam todos os políticos como bandidos, membros de quadrilhas e outras coisas más, mesmo sabendo que toda generalização é perversa, digo sinceramente, Senador Tião Viana, que eu não me incomodo, porque não ponho a carapuça. Sei que a generalização perversa é ruim para o aprimoramento da já combalida democracia representativa, mas a população brasileira tem muita razão de se mostrar indignada, nauseada, em estado de vômito permanente, porque não sai do noticiário a lama da corrupção.

Então, quando o atual Governo e parte importante da sua base de bajulação reproduz a mesma metodologia do Governo passado, de entregar o aparelho de Estado brasileiro a conhecidos, delinqüentes de luxo, saqueadores dos cofres públicos, realmente fica muito difícil que a população brasileira não reaja com profunda indignação.

Certamente que, se Jesus por aqui estivesse, com certeza, Ele entraria em algumas instituições, em alguns órgãos públicos do Brasil, ou do Executivo ou do Legislativo, com o chicote na mão a denunciar que alguém fez disso aqui um covil de ladrões.

É evidente que as denúncias são muito graves em relação à Câmara, mas tenho a obrigação de dizer que não boto a mão no fogo pelo Senado porque não quero torrar a minha pobre mãozinha, fazer dela um churrasco. As denúncias do “mensalão” estão na Câmara, mas é evidente que sabemos todos nós que há outras formas sofisticadas de montar o balcão de negócios sujos, de se distribuírem cargos, prestígio, liberação de emenda e poder para que outros também sejam partes de formas mais sofisticadas do “mensa-

lão". Então, quero deixar muito claro que minha mãozinha delicada não ponho no fogo para proteger as patas de quem quer que seja: ou Deputado, ou Senador. Por isso é importante a CPI; por isso é essencial uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que, através de um procedimento investigatório que traz para si poder de investigação próprio das autoridades judiciais, possamos dar conta das investigações pela quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos que são parte do bando de partidos, ou empresários, ou outros mais que estão ajudando nos saques aos cofres públicos. Isso é muito importante!

Quem viu todas as revistas e jornais, por um lado, aquela foto, uma foto bem chique e que mostrava claramente que há pessoas que não estão nem um pouco preocupadas. Essa foto é aquela da aliança PT/PMDB. Isso não é novidade, porque todos sabem que o PMDB é assim: "És governo, estou dentro". O povo brasileiro está absolutamente indignado, está entre a tristeza profunda e a indignação. Na foto estava o Presidente do PMDB, Michel Temer, o Presidente do Senado, Renan Calheiros, o Presidente Lula e o Líder do Governo, Aloizio Mercadante. Eles podiam, ao menos, diante da crise gravíssima em que o Brasil se encontra, se comportarem de maneira mais sisuda. Mas não: estavam lá gargalhando. Pareciam-se com alguém que está em cima de uma fossa estourada, fingindo que sente o perfume das rosas, quando o mais simples cidadão, que perto dali está, sente a podridão avassalando suas narinas e seu coração.

À medida que eu via as revistas de toda a semana, ficava impressionada. Isso porque o luxuoso hotel de Brasília que foi utilizado para promover a nossa expulsão é o mesmo onde empresários, dirigentes partidários e Parlamentares alugavam salas e suítes para viabilizar o esquema da podridão, da corrupção que entristece e indigna a maioria da população brasileira.

Quero só deixar aqui claro, mais uma vez, que não sou movida por moralismo pequeno-burguês. Mas é evidente que a condenação da hipocrisia dos escribas, dos fariseus e dos sicofantas tem que efetivamente ser mostrada e apresentada ao povo brasileiro.

Mais uma vez, sai publicado no jornal tudo o que já estávamos vendo nesse período: dirigentes partidários entregam o aparelho do Estado para delinqüentes de luxo; esses senhores fraudam a necessidade e a demanda, fraudam o processo de instrução de uma licitação para que determinado empresário ganhe essa licitação fraudulenta; e o empresário que ganha a licitação fraudulenta recompensa os dirigentes partidários e os seus serviciais da política com o "mensalão" e outras estruturas igualmente apodrecidas, certamente mais sofisticadas para viabilizar os negócios sujos.

Então é duro, realmente é muito difícil. Começa com a fraude no processo de instrução, com as estratégias jurídicas que são montadas para o empresário ganhar a licitação. Depois, quando ele ganha a licitação com um processo fraudulento, porque a diretoria tal cria uma necessidade de compra de um produto de que não há necessidade, combinam com o empresário que lá coloque uma especificação técnica no seu produto para que ele ganhe. Articulam-se de forma bandida, tal e qual o banditismo de covil de ladrões, colocando o preço lá embaixo para que depois se promova uma estratégia jurídica e, por meio de aditivos, o preço seja recompensado. E, depois que o preço é recompensado, o empresário que ganha a operação fraudulenta recompensa os dirigentes partidários e os seus malandros parlamentares com o dinheiro sujo da corrupção.

Então, realmente fica muito difícil que alguém consiga ter paciência e serenidade quando se estão saqueando os cofres públicos. Alguém até pode responder com serenidade, porque o dinheiro que está sendo utilizado, ninguém está vendendo suas mansões do Lago, ninguém está vendendo seus iates, seus aviões particulares, ninguém está tirando dinheiro das suas contas do paraíso fiscal, ninguém está fazendo isso. Está-se tirando dinheiro do povo, dinheiro público. Cada vez que se saqueiam os cofres públicos, é uma menininha pobre que vai para a rua vender o corpo por um prato de comida e um jovem pobre que vai para a marginalidade como último refúgio.

Portanto, nós nos sentimos na obrigação de, mais uma vez simplesmente protestar, o que realmente adianta pouco. Mas, pelo menos, deixamos aqui registrado o nosso protesto em relação ao banditismo dos delinqüentes de luxo. Estejam eles onde estiverem, trazendo na lapela do terno o broche que for, que eles possam, realmente, cumprir o destino que a ordem jurídica vigente do País, que a legislação em vigor do País possibilita, que é cadeia para os corruptos, para os que patrocinam crimes contra a Administração Pública!

Nós não podemos aceitar que o destino do pobre, quando rouba um pão para alimentar o seu filho faminho, seja apanhar no presídio, enquanto o destino dos delinqüentes de luxo que saqueiam os cofres públicos seja transitar nos tapetes azuis do Senado ou verdes da Câmara, ou ser recebidos nos salões da *high society*, como se homens honrados fossem, quando, na verdade, delinqüentes de luxo, parasitas sem pátria, saqueadores dos cofres públicos efetivamente são!

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

(Bravo! Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

A Mesa informa, a título de orientação, que a galeria não pode se manifestar quando houver orador na tribuna.

A seguir, concederei a palavra à Senadora Ideli Salvatti e depois ao Senador Augusto Botelho.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado hoje, com este País como está aí. Em cada uma das revistas, há uma notícia mais complicadora. Por todo lado, o que se ouve é que o País está parado e que não andará enquanto não se apurar tudo o que está aí nessas CPIs. Já por duas vezes em que ocupei esta tribuna, fiz um apelo ao Presidente no sentido de que Sua Excelência assumisse o comando e não deixasse o País parar, independentemente da apuração que está havendo. Quem for culpado será punido, e o próprio Presidente disse que cortaria na carne. Então, se o Presidente da República diz que é para ser apurado, eu não tenho razão alguma para não crer que isso vai acontecer. Mesmo porque as CPIs estão andando e estamos assistindo aos resultados.

Eu agora falo aqui em nome do meu Partido. Os jornais estão cheios de notícias de que o Presidente está pedindo o apoio do PMDB para que possa, de alguma forma, tocar o Governo. Posso e estou nesta tribuna agora para levantar uma questão, e creio que o País todo que está me ouvindo vai concordar com a proposta que pretendo fazer aqui e agora.

O PMDB está-se reunindo e, seguramente, vai tomar uma decisão, porque, se nós somos políticos, se temos um partido forte, duas coisas nós podemos fazer: ir para a Oposição e deixar o Governo, ou aceitar o convite do Presidente e discutir com Sua Excelência em que condições vamos apoiar o governo que está aí. Alguns dizem: “É o fisiologismo do PMDB, vai querer cargos e Ministérios”. E os jornais falam que o PMDB vai ter quatro, cinco ou seis Ministérios. Conversando com meus companheiros, eu disse assim: “Ministério não resolve o problema deste País de jeito nenhum. Na emergência em que estamos, é preciso coisa muito maior do que Ministério”. Alguém diz: “Mas o que é isso? O senhor quer subverter a ordem democrática? O Governo é democrático, tem um Presidente, tem os Ministros, e é isso que funciona”. Tudo bem, mas, quando se tem uma calamidade, o que fazemos? Ape- lamos para leis específicas de calamidade. Quando se decreta calamidade, uma porção de leis deixa de vigorar. Não é querer passar por cima da lei; é que o interesse público e a desgraça pública estão acima de

qualquer lei isso é verdade, sem subverter a ordem pública. Isso é verdade.

Então, a minha proposta é a seguinte: o PMDB vai, mas com uma condição. Qual é o problema imediato deste País? Há vários, mas o desemprego é o primeiro deles. Podemos resolver o problema do desemprego dentro de uma emergência? Seguramente, não. Temos de ter um programa. O Presidente tinha um programa e pensou que podia resolver os problemas com o Fome Zero, o Bolsa Família e outros.

Isso, a longo prazo, pode ocorrer, mas estamos diante de uma calamidade. E V. Ex^{as}s querem saber qual é a calamidade número um do País? Às vezes comentamos sobre as medidas tomadas pelo atual Governo, e a Senadora Heloísa Helena diz que é a mesma coisa do Governo passado, que é a mesma política. Ela diz, com certa firmeza, que o dinheiro do sacrifício dos brasileiros é para encher a pança dos banqueiros do FMI. Ficamos ouvindo e, na verdade, lá no fundo... No dia em que tomei posse no cargo, com muita honra, de Conselheiro da República, no pequeno pronunciamento que proferi, disse ao Presidente que Sua Excelência já havia mostrado ao mundo que o País existe, que o Brasil é grande, que não pode ficar parado diante das desgraças dos outros países e quer aparecer como líder das Américas e como líder mundial – dizem que Sua Excelência ficou até emocionado. Todos reconhecemos isso. No entanto, afirmei que o Presidente teria de chegar para os ricos e dizer que já dobraram a casa dos cem bilhões de superávit primário – ou seja lá que nome queiram dar – e que nós brasileiros precisamos de uns dez bilhões, desses cento e tantos que vamos pagar. O Ministro Palocci disse que não sobra nada porque temos que pagar primeiramente os juros internos ou externos. Não sobra nada. Aí o Brasil fica parado. Eu disse ao Presidente que assumisse o comando, pois o País não pode parar! Que as CPIs continuariam, mas que Sua Excelência teria de assumir o comando.

Agora, o Presidente está nos chamando. Estou falando aqui em nome do meu Partido, sem delegação alguma. Sou o mais antigo desta Casa – e, seguramente, não apenas na idade. Então, se sou antigo, tenho pelo menos o direito de dar uma sugestão. De quê o Brasil vive? De onde vêm esses cem bilhões? Cerca de 70% desse valor vêm da agricultura, do campo, ou seja, da soja, do café, do algodão, do milho, que são exportados. E como se exporta neste País? Desde a época de Juscelino Kubitschek e do advento das fábricas de automóveis e caminhões no Brasil, esquecemos da ferrovia. Não temos esse sistema de transporte. Atualmente, fala-se em construir ferrovias, mas isso não se faz em um dia. A construção da Nor-

te-Sul e da outra ferrovia durará cerca de seis anos. E estamos em uma emergência.

O Governo Lula tem seis meses até o final do ano e depois mais um ano. Qual é a emergência número um? Abri, outro dia, o jornal e fiquei assombrado. Os transportadores e os donos dos grãos apresentaram um número alarmante: dois milhões de carretas transportam a riqueza do Brasil para os portos por estradas esburacadas, liquidadas. Estou acabando de fazer uma atualização desses dados, e está perto de 40 mil quilômetros a extensão de estradas que precisam de conserto. Como consertar 40 mil quilômetros de estradas? Com o Ministério do Transportes, com aquela organizaçãozinha que leva seis meses – a lei diz isso e vamos cumpri-la – para fazer uma licitação para resolver um problema do projeto e, depois, mais outros três, quatro, seis meses ou sei lá quantos para um trecho de estrada? Dizem os transportadores que, somando-se a quantidade de grãos que caem das carretas até a chegada no porto, o prejuízo ultrapassa a casa dos quatro bilhões. Esse número é fantástico! Nossa companheiro, o Senador Mão Santa, fala em 76 impostos e cita números. Pois eu cito um número perigoso para nós: quatro bilhões de prejuízo.

E por que o prejuízo? Por causa dos buracos. Então, vamos consertar os buracos. Assim, teremos quatro bilhões recuperados.

Já disse aqui muitas vezes que não quero ser repetitivo, mas não tenho escolha. Diante da calamidade, tenho que ressaltar aquele ditado bem nordestino: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. É um chavão, e não gosto de chavão. Mas, se eu não repetir, quem vai saber disso? Atualmente a Petrobras importa óleo *diesel*, porque as nossas refinarias não garantem o volume que o País consome e troca por gasolina. Não sei se o resultado é favorável ou não, mas a realidade é essa. Dizem que estamos perto da auto-suficiência em petróleo, mas que o nosso petróleo é ruim. Parte dele é do chamado petróleo pesado, que não produz o óleo *diesel* que precisamos. Então, importamos.

Temos muita gasolina e vendemos, mas as pessoas estão fugindo da gasolina; estão querendo álcool. E o Brasil pode entrar nessa agora. Mas, antes de entrarmos, vamos consertar as estradas? De que jeito? Vai aqui a primeira proposta, que já falei várias vezes: para se consertarem 40 mil quilômetros de estradas, rebentadas como estão, é preciso haver um comando. O Ministério dos Transportes, mesmo que se nomeie o Ministro mais aureolado deste País e que se coloquem ao lado dele as pessoas mais competentes, possui uma estrutura interna tão pequena, tão impotente para um

problema dessa natureza, que não conserta. Então, qual é a proposta?

No Governo passado – tenho que citar, porque eu estava presente –, montou-se uma Câmara de Gestão. O Ministro das Minas e Energia era o Senador José Jorge, que topou na hora. Tiraram de seu Ministério a função de resolver o problema do “apagão”, porque o Ministério não tinha capacidade estrutural para resolver o problema.

Assim, foi feito um negócio engenhoso, inteligente, que se chamou Câmara de Gestão. Quem era o comandante? Era Pedro Parente, um excelente cérebro deste País, descendente de um grande amigo nosso lá do Piauí. Assisti a tudo. Ele era o comandante e criou um grupo de trabalho com pessoas altamente competentes para decidir o que fazer diante da calamidade, diante da certeza de que haveria um “apagão”. Não chovia, os mananciais eram insuficientes, o rio São Francisco não tinha mais os lagos – o rio estava no caixão –, havia um risco. Feita essa constatação, organizaram um racionamento criativo, competente, oportunamente, e, por meio disso, eles retiveram um pouco o consumo de energia para dar tempo ao São Francisco, com sua vazão normal, de encher os reservatórios aos poucos, e apelando a Deus que fizesse chover. Mas, no período crítico, foi a Câmara de Gestão que resolveu o problema.

A calamidade das estradas só terá solução se houver um grupo de trabalho, como a Câmara de Gestão, de que os Ministros farão parte, evidentemente, mas haverá uma gerência do projeto. Essa gerência será exercida por pessoas altamente competentes, que já fizeram estradas, que sabem o que é estrada, sabem como se faz. Temos cem empresas de engenharia neste País, prontas, prontas para entrar em uma guerra como esta.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um brevíssimo aparte, Senador Alberto Silva?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Por favor, como o Sr. Presidente me concedeu quinze minutos, eu queria completar.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) Com revisão do orador.) – Serei muito breve. Quero apenas fazer uma observação. Já que V. Ex^a se referiu à Câmara de Gestão, de fato uma excelente iniciativa do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu gostaria de lembrar que, quando a crise energética se instalou – e não houve “apagão”, houve racionamento, é bom que se diga – quando a crise energética se instalou, o Governo Federal, na figura do Presidente Fernando Henrique Cardoso, entendeu que a questão não poderia ser gerida apenas pelo Ministério de Minas e Energia, então conduzido competentemente pelo hoje Senador José

Jorge. Como o racionamento envolvia toda a sociedade brasileira, o Presidente houve por bem fazer um conselho, uma câmara de gestão composta por grande parte dos integrantes da Administração Federal.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Mas havia um comando único.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Havia um Secretário-Executivo, Pedro Parente, que se incumbiu muito bem da missão. Com isso, quero dizer que não menos importante foi o papel do Senador José Jorge, que conduziu a gestão que lhe cabia, na parte energética, e prova disso é que praticamente encerramos o processo de racionamento sem maiores danos. Aproveito a ocasião para repetir que não houve “apagão”, houve racionamento, e isso é importante ser frisado porque há uma distinção muito grande entre uma coisa e outra. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso que profere nesta tarde, como o faz habitualmente, com talento e inteligência.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Completando o meu raciocínio, eu gostaria de dizer que o problema das estradas é de calamidade mesmo. E digo que com a estrutura do Ministério – e é a estrutura, não o Ministro – não dá para se montar um esquema executivo capaz de, na calamidade, resolver esse problema.

Então, tive o cuidado, como um experiente... Afinal de contas, como V. Ex^a também foi um dos grandes Governadores de Pernambuco, grande Senador e Vice-Presidente da República – V. Ex^a tem um grande serviço prestado ao País, inexcedível –, o que eu queria dizer é que aproveitei a experiência que tive como Governador para propor o que estou propondo em escala maior...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Se me permite, se me der um tempinho, quero somente terminar, porque isso é para o País, meu caro Presidente. Agradeço.

Eu queria encerrar assim: uma câmara de gestão, no momento atual, mobilizaria 100 empresas de engenharia pelo processo que fizemos lá. Tenho o preço, tenho o padrão. Já fizemos esse estudo e o atualizamos. Uma estrada em que o asfalto está destruído, se eu tiver de tirar a capa de asfalto dos milhares de quilômetros, eu pago 150 mil por quilômetro pelo asfalto; se a base estiver comprometida, isso vai para 200 mil. Hoje, já existem várias estradas que estão sendo feitas. Se eu tiver 30 mil na sobra, 30 mil vezes 200 mil dá R\$6 bilhões. Ora, se eu estabelecer um prazo de 18 meses, que é o que falta para o Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Concluo, Sr. Presidente.

Faltam dezoito meses. Em seis meses, fazemos dez mil; em seis meses, mais dez mil; em seis meses, mais dez mil. No Governo dele, faríamos 30 mil quilômetros de estradas. Agora, com o Ministério só, não, com a câmara de gestão.

Essa é a sugestão que deixo. Vou me inscrever para continuar da próxima vez.

Obrigado, Sr. Presidente.

Brasileiros que estão me ouvindo, entendam o que estou falando. A economia é muito grande, porque economizaremos seis bilhões de óleo diesel jogados fora pelas carretas nas freadas, nas acelerações e na mudança de rumo. Os engenheiros rodoviários que estão me ouvindo sabem do que estou falando. Quando se desacelera uma carreta de 50 toneladas, o motor joga óleo fora; quando se acelera, ele joga mais, porque consome mais. Somando tudo, chega-se a 30% a mais de consumo de óleo. Isso representa seis bilhões.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Para encerrar, nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É todo o dinheiro que precisamos para a reforma das estradas.

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Seguindo a ordem dos oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima, pelo prazo de 15 minutos e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti, nobre Senadora representante do Estado de Santa Catarina.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ao longo de toda a nossa história política os partidos políticos, com exceção dos chamados partidos revolucionários, foram criados por conveniência de um ou outro grupo, com o objetivo único de satisfazer os interesses de poder em uma determinada conjuntura.

A partir de 1989, com a volta plena da democracia, consagrada pela eleição direta do Presidente da República, depois de 21 anos de regime militar e de um curto período de transição, iniciado com a escolha de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, começou

a ser escrito um novo capítulo do processo político brasileiro.

Um grande debate motivou amplos setores da sociedade e o Congresso Nacional na direção da necessidade urgente de modernização do Estado Nacional, com o objetivo de prepará-lo para ser o suporte fundamental da democracia, do desenvolvimento e das mudanças que começaram a ocorrer a partir daquele momento histórico. É importante destacar que esse novo cenário negava totalmente o arcabouço político e institucional gestado nos primeiros momentos da proclamação da República e que foi vigoroso na vida política brasileira até a eleição do ex-Presidente Collor de Mello.

Sr. Presidente César Borges, hoje, esse debate já atingiu a maturidade. Neste momento, um dos temas mais importantes dessa agenda é, sem dúvida alguma, a Reforma Política, que vem sendo discutida desde 1995, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, e que precisa ser votada até o próximo dia 30 de setembro para poder vigorar nas eleições do ano que vem. Portanto, o Congresso Nacional dispõe de pouco tempo para concluir os retoques finais dessa importante reforma, que tem tudo para certo após o incansável debate que se arrasta por mais de uma década. Nos acertos finais, espero que seja definida uma legislação moderna, consistente e duradoura, livre do clientelismo, do oportunismo, dos interesses cartoriais e da vergonhosa infidelidade partidária, que sempre castigaram a vida política nacional e deformaram o desenvolvimento dos partidos políticos.

Sou da opinião de que os Parlamentares precisam urgentemente disciplinar com cuidado a pauta dessas discussões, justamente para evitar atropelos durante a troca de opiniões. Defendo, por exemplo, que a questão da fidelidade partidária, uma das mais importantes da pauta, e que já encontra um certo consenso em relação a sua aprovação, seja apreciada com grande relevo porque está diretamente relacionada com a democracia e com o aperfeiçoamento da vida dos partidos. Como bem acompanhamos no noticiário nacional, nos últimos dois anos e cinco meses, mais de 150 Deputados Federais mudaram de partido cerca de 200 vezes. Essa estranha mobilidade deve ser vista como uma desmoralização para as agremiações partidárias e uma aberração para todo o sistema político.

No momento atual, sempre que analisamos as características dos partidos políticos, o assunto fidelidade partidária é um dos mais complexos. Se por um lado ela se equilibra precariamente no processo político, como temos observado em várias situações, por outro lado, a própria Constituição Federal admite

que cada partido deve ter autonomia suficiente para cuidar do assunto.

Diante dessa fragilidade estrutural e da inexistência de freios partidários capazes de impedir a migração intensa dos Parlamentares de uma sigla para outra, de uma maneira geral, os políticos menos engajados ideologicamente ou doutrinariamente são os que mais praticam o fisiologismo, o oportunismo e aceitam determinados favores em troca da assinatura de uma ficha de filiação em outro partido. É indiscutível que a Reforma Política precisa aprofundar mais essa discussão e não pode perder de vista a necessidade urgente de estabelecer mecanismos eficientes para impedir a continuidade dessa prática que denigre a atividade política.

Ao contrário de instituições como as nossas, nas democracias bem estruturadas, os partidos são fortes, funcionam de maneira orgânica e representam uma verdadeira escola de formação de quadros e de militantes. Na vida democrática organizada, os partidos políticos estão acima dos interesses pessoais, porque o poder de sua organização não permite que outros grupos sejam capazes de manipulá-los para satisfazer os seus interesses específicos. Penso que o fortalecimento da democracia, do equilíbrio social e do desenvolvimento depende estreitamente do funcionamento correto das instituições políticas.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Augusto Botelho, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com todo prazer, concedo o aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Estou ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a e desejo dizer da minha satisfação em vê-lo defender a necessidade da reforma política, que, em última análise, é a busca para melhorar o desempenho das instituições no nosso País. Digo sempre que já temos hoje no País consolidada uma democracia, mas, se essa é fundamental, todavia não é suficiente para fazer com que as instituições sejam capazes de responder às demandas da sociedade. O caminho é a reforma política, que poderíamos chamar mesmo de reforma institucional. Aliás, deveria ter sido a primeira a ser feita. Afirmei isso com tranquilidade interior, porque a defendi desde 1977, quando fui Presidente da Câmara, coisa do século passado, portanto. Se a tivéssemos realizado há mais tempo, outro seria o estágio em que estaria o nosso País, porque ela não afeta só o segmento, como V. Ex^a salienta, eleitoral-partidário, mas se prolonga na questão da Federação, do sistema de governo, das instituições republicanas, de um modo geral. Certamente, sem essas mudanças, essas

transformações, não vamos ter a nação com a qual sonhamos, nem vamos melhorar a percepção externa que se tem do nosso País. Daí por que a palavra de V. Ex^a ser muito importante neste instante. Ela ajuda a fazer com que se gere na consciência coletiva a necessidade de enfrentar esse problema. Não podemos perder mais uma oportunidade. É lógico que, no passado, obtivemos alguns avanços. Mas ainda há muito a fazer. Talvez o maior desafio desta legislatura seja a reforma política. Se for adequadamente respondido, teremos prestado um grande serviço ao País e às suas instituições. Certamente ajudaria a melhorar também a imagem do Congresso Nacional, de modo particular, e das instituições representativas, de modo geral. Portanto, sem tomar o tempo de V. Ex^a, quero cumprimentá-lo e dizer que aprecio muito o desempenho de V. Ex^a nesta Casa, pois dá com seus pronunciamentos uma contribuição muito grande para a solução de nossos problemas.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço a V. Ex^a. As suas palavras lapidam o meu discurso. Conheço a biografia de V. Ex^a, a sua luta pela reforma política. Pode contar com um soldado ao seu lado para conseguir fazer a reforma necessária para este País melhorar, para não ficarmos passando pela vergonha que estamos passando agora, pela segunda vez, em pouco menos de 10 anos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan, de Balneário Camboriú.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Augusto Botelho, eu estava falando há pouco com o Senador Marco Maciel, e S. Ex^a me falava que foi Deputado Federal junto com seu pai, já lutando pela democracia do nosso País. Hoje V. Ex^a dá continuidade no Senado ao trabalho iniciado pelo seu pai há muito tempo. Com toda certeza, Roraima tem nesta Casa um dos grandes homens públicos, que significa e honra seu Estado. V. Ex^a levanta um tema de extrema importância: a questão da reforma política, que estava parada, na gaveta, muito falada pela mídia. Trata-se de um assunto que gerava muitas discussões nos gabinetes, nas comissões, em alguns pronunciamentos, mas ninguém tinha coragem de realmente trazê-lo para apreciação dos Parlamentares. Agora, com essa onda ruim de corrupção que assombra nosso País, com esse mar de lama que envergonha grande parte da vida pública nacional, começa a se levantar como a salvadora de tudo a reforma política. Realmente ela vai ajudar muito. Mas não adianta apenas a reforma política. É preciso que o homem público, aquele que exerce a função públi-

ca, a exerça com dignidade. Não basta apenas haver reforma para resgatar a credibilidade e acabar com a corrupção. Precisamos, na verdade, eliminar isso, com reforma ou sem reforma. Essa reforma proposta está sendo trabalhada para beneficiar alguns desses que já estão no poder há muitos anos e que vão certamente continuar no poder se houver o voto em lista. Tenho uma preocupação muito grande. Por exemplo: eu, na qualidade de um dos Líderes do PSDB em Santa Catarina e Senador do PSDB, seria beneficiado, estaria sempre como primeiro, segundo da lista. Isso é ruim, porque vai acabar com a renovação política. Poucos vão se inscrever, poucos vão ter coragem de colocar o seu nome em apreciação. Aqueles que estão sendo condenados hoje não perderão o mandato, porque certamente não haverá provas para tirá-los da vida pública, vão estar na lista. Tenho uma preocupação muito grande. As candidaturas serão desmotivadas. Certamente V. Ex^a será um dos primeiros da lista, será beneficiado. Não podemos pensar no nosso benefício, no nosso nome. Temos que pensar na renovação política, porque muitos e muitos homens e mulheres que querem contribuir com a democracia e com a sociedade do nosso País se sentirão desmotivados quando, aprovada a lista, não estiverem em primeiro, segundo, terceiro ou quarto lugar. É preciso que tenhamos uma reforma política para motivar a sociedade, para motivar o trabalhador, o pobre, a classe média também, aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de colocar o seu nome para ser apreciado nas próximas eleições. Se aprovarmos o voto em lista, teremos problemas para achar novos nomes, novos candidatos para renovar o pensamento, ou pessoas que realmente defendam a ética com dignidade – essa é a verdadeira reforma política, a meu ver. Tenho a preocupação de, na reforma política, se aprovar o voto em lista.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Serei rápida, Senador Augusto Botelho, já que o Presidente, Senador César Borges, já está olhando com ar de preocupação. É um tema muito interessante. Sei que V. Ex^a já tratou deste tema outras vezes, mas eu também já tratei.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E sempre ficamos querendo homenagear a pessoa que traz o tema à Casa, porque, infelizmente, a reforma política, que é algo extremamente importante, entra no debate nacional como uma manobra inteligente para dizer à opinião pública que toda a corrupção está

ocorrendo por não haver reforma política. Na verdade – V. Ex^a e eu sabemos; V. Ex^a compartilha comigo a opinião –, o que está ocorrendo no Brasil não tem relação exatamente com isso. O Código Penal, que manda colocar delinquente de luxo na cadeia, realmente não o faz. Mas o debate que V. Ex^a traz é muito interessante, e penso que há três temas muito importantes. Quanto à fidelidade partidária, é importante que a tratemos como se fosse fidelidade ao programa do partido. O que pode ocorrer? Pode ser que o chicote do Líder vendido e a cúpula partidária igualmente vendida queiram estabelecer uma lista de mercadorias de Parlamentares para eleições da Mesa, para eleições de Bancada, para o que quer que seja.

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É essencial que possamos tratar da fidelidade partidária como fidelidade ao programa do partido e não ao chicote do Líder vendido e às cúpulas partidárias. Considero importante também garantir a permeabilidade do aparelho de Estado a fim de que, cada vez mais, as forças vivas da sociedade possam participar da definição das normas estabelecidas na vida em sociedade, e isso não ser uma exclusividade das relações Palácio do Planalto e Congresso Nacional. Abrir essa permeabilidade, criar instrumentos para que a população participe mais, é essencial. Tenho a mesma preocupação com relação às listas fechadas. É claro que no caso do P-SOL não haverá problema, porque ninguém vai brigar internamente. Mas, em alguns partidos, isso pode acontecer. Como disse o Senador Leonel Pavan, isso impede a renovação porque, no acordo feito com relação às listas partidárias, quem vai estar em primeiro lugar nas listas partidárias é quem já tem mandato. Assim, é muito difícil. Podemos suprir isso, que teoricamente é bom, mas, infelizmente, a vivência das relações partidárias mostra o contrário, com a inclusão das chamadas listas da sociedade, adotadas por alguns países. O Deputado Fernando Gabeira defende isso na Câmara dos Deputados; eu defendo no Senado Federal. Temos um projeto a esse respeito. Ou seja, para que aquelas pessoas não filiadas a partidos também tenham o direito de ter suas representações no Congresso Nacional. Refiro-me às listas da sociedade. Há as listas dos partidos e as listas da sociedade. Portanto, pode ser eleito quem não é filiado a um partido, mas que representa uma determinada posição social, uma determinada convicção ideológica ou um movimento social. Que essa pessoa também possa ser eleita, como existem algumas experiências extremamente importantes, para ajudar a democratizar o

Parlamento e as decisões. Talvez esse seja um mecanismo...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço desculpas, Sr. Presidente. Já estava concluindo. Deixe-me concluir, para não atrapalhar o Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (César Borges – PFL – BA) – Nobre Senador Augusto Botelho, V. Ex^a, lamentavelmente, teve os quinze minutos, e mais dois. V. Ex^a dispõe de mais um minuto para encerrar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Obrigada, e parabéns a V. Ex^a, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^as, Senador Leonel Pavan e Senadora Heloísa Helena. Também entendo que essa lista pode servir para as pessoas se esconderem. Pessoas que talvez não serão atingidas ou podem ser cassadas se lançam novamente e se escondem em uma lista. O povo brasileiro não está acostumado a votar em lista, mas em pessoas. As pessoas têm que ter compromisso com seu ideal, com o programa de seu partido. Aí é que temos que trabalhar.

A idéia da Senadora Heloísa Helena é muito boa. Eu desconhecia, e vou conversar com o Deputado Fernando Gabeira a esse respeito, pois temos que melhorar a representatividade popular. Existe o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal, lei que veio de baixo para cima, é muito boa e provocou uma transformação no País.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que considere como lido o meu discurso.

(Interrupção do som.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Acredito no Parlamento, acredito na Democracia, e sonho com um país justo e humano, em que todos tenham oportunidade de estudar, de trabalhar, de ter moradia digna e segurança, principalmente o povo de Roraima, que não possui nem sua terra ainda, porque nem a terra da União foi repassada para o meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo de toda a nossa história política, os partidos políticos, com exceção dos chamados partidos revolucionários, foram criados por conveniência de um ou outro grupo, com o objetivo único de satisfazer interesses de poder em uma determinada conjuntura.

A partir de 1989, com a volta plena da democracia, consagrada pela eleição direta do Presidente da República depois de 21 anos de regime militar e de um curto período de transição iniciado com a escolha de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, começou a ser escrito um novo capítulo do processo político brasileiro.

Um grande debate motivou amplos setores da sociedade e o Congresso Nacional na direção da necessidade urgente de modernização do Estado Nacional, com o objetivo de prepará-lo para ser o suporte fundamental da democracia, do desenvolvimento e das mudanças que começaram a ocorrer a partir daquele momento histórico. É importante destacar que esse novo cenário negava totalmente o arcabouço político e institucional gestado nos primeiros momentos da proclamação da República e que foi vigoroso na vida política brasileira até a eleição do ex-Presidente Collor de Mello.

Sr. Presidente, hoje, esse debate já atingiu a maturidade. Neste momento, um dos temas mais importantes dessa agenda é, sem dúvida alguma, a reforma política, que vem sendo discutida desde 1995, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, e que precisa ser votada até o próximo dia 30 de setembro para poder vigorar nas eleições do ano que vem. Portanto, o Congresso Nacional dispõe de pouco tempo para concluir os retoques finais dessa importante reforma que tem tudo para dar certo, após o incansável debate que se arrasta por mais de uma década. Nos acertos finais, espero que seja definida uma legislação moderna, consistente e duradoura, livre do clientelismo, do oportunismo, dos interesses cartoriais e da vergonhosa infidelidade partidária que sempre castigaram a vida política nacional e deformaram o desenvolvimento dos partidos políticos.

Sou da opinião de que os Parlamentares precisam urgentemente disciplinar com cuidado a pauta dessas discussões, justamente para evitar atropelos durante a troca de opiniões. Defendo, por exemplo, que a questão da fidelidade partidária, uma das mais importantes da pauta e que já encontra um certo consenso em relação à sua aprovação, seja apreciada com grande relevo porque está diretamente relacionada com a democracia e com o aperfeiçoamento da vida dos partidos. Como bem acompanhamos no noticiário nacional, nos últimos dois anos e cinco meses, mais de 150 Deputados Federais mudaram de partido cerca de 200 vezes. Essa estranha mobilidade deve ser vista como uma verdadeira desmoralização para as agremiações partidárias e uma aberração para todo o sistema político.

No momento atual, sempre que analisamos as características dos partidos políticos, o assunto fidelidade partidária é um dos mais complexos. Se por um lado ela se equilibra precariamente no processo político, como temos observado em várias situações, por outro lado a própria Constituição Federal admite que cada partido deve ter autonomia suficiente para cuidar do assunto.

Diante dessa fragilidade estrutural e da inexistência de freios partidários capazes de impedir a migração intensa de Parlamentares de uma sigla para outra, de uma maneira geral, os políticos menos engajados ideologicamente ou doutrinariamente são os que mais praticam o fisiologismo, o oportunismo, e aceitam determinados favores em troca da assinatura de uma ficha de filiação em outro partido. É indiscutível que a reforma política precisa aprofundar mais essa discussão e não pode perder de vista a necessidade urgente de estabelecer mecanismos eficientes para impedir a continuidade dessa prática, que denigre a atividade política.

Ao contrário de instituições como as nossas, nas democracias bem estruturadas, os partidos são fortes, funcionam de maneira orgânica e representam uma verdadeira escola de formação de quadros e de militantes. Na vida democrática organizada, os partidos políticos estão acima dos interesses pessoais, porque o poder de sua organização não permite que outros grupos sejam capazes de manipulá-los para satisfazer os seus interesses específicos. Penso que o fortalecimento da democracia, do equilíbrio social e do desenvolvimento dependem estreitamente do funcionamento correto das instituições políticas. Se a vida democrática no Brasil sempre foi interrompida por golpes de Estado, por contragolpes e por outras manifestações semelhantes, devemos isso à fragilidade das instituições políticas, que, como bem sabemos, sempre foram imperfeitas e incapazes de garantir a estabilidade, o crescimento e a continuidade da democracia.

Face a essa realidade histórica, entendo que a reforma política mais importante para o momento em que vivemos precisa ultrapassar em muito a fronteira do fortalecimento dos partidos, do cumprimento da fidelidade partidária, das mudanças no sistema eleitoral, dos critérios para definir melhor a representação política, das melhores formas de financiamento das campanhas eleitorais, do estabelecimento de limites mais rígidos à imunidade parlamentar, e provocar um grande choque, uma verdadeira reviravolta estrutural em todo o sistema político.

Além dessas mudanças que não podem mais tardar, uma verdadeira reforma política precisa acompanhar a fundo as grandes transformações que estão acontecendo nas relações internacionais de poder, no

campo econômico e no tecido social, que estão em constante ebulação. Assim, é preciso chegar aos alicerces do Estado, construir novos pilares de sustentação de suas estruturas para que ele possa realmente, com uma nova proposta, garantir a moralização das instituições políticas em todas as unidades da Federação e promover a ampliação dos canais de participação, que devem ser abertos a novos atores que sempre estiveram privados do exercício da militância política.

Sr. Presidente, a consolidação da democracia brasileira depende fundamentalmente de importantes mudanças institucionais que precisam ser realizadas daqui para a frente e de ajustes constantes que devem ser feitos nos mecanismos do sistema político, todas as vezes que sejam identificadas contradições capazes de ameaçar o seu bom funcionamento.

Aliás, é importante ressaltar que esse sempre foi um recurso utilizado pelas democracias mais maduras do mundo ocidental em seus momentos de grandes turbulências. Sem dúvida alguma, acho que essas experiências, ocorridas sobretudo nos países mais representativos da Europa Ocidental em diversos momentos, são extremamente válidas para nos orientar como lidar melhor com a nossa problemática e com os reclamos da sociedade.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, neste início de século, em que aprendemos rápido a administrar diariamente os grandes desafios da globalização, extremamente complexos, temos diante de nós um desafio semelhante e igualmente gigantesco que ainda não decidimos encarar com a mesma determinação. É justamente o encontro do econômico e do social com o político que está faltando ao Brasil. Sem dúvida alguma, é essa integração fundamental que irá determinar a nossa verdadeira presença na chamada sociedade avançada do conhecimento e a nossa inclusão entre os países democráticos mais dinâmicos e modernos do mundo.

Para conquistar esse lugar e permanecer nele de maneira sustentável, precisamos fazer um grande esforço para ganhar a confiança do povo brasileiro. Hoje, em relação a esse quesito, infelizmente somos reprovados com as piores notas. Por exemplo, para a maioria dos brasileiros, Parlamento e democracia pouco significam em suas vidas. Além do mais, para a quase totalidade, pouco importaria se todas as Casas Legislativas fossem fechadas e os seus representantes mandados para casa ou mesmo para a cadeia no caso dos políticos corruptos.

Apesar de toda a crise a que assistimos estarrecidos e de todas as denúncias de corrupção que estão sendo desnudadas, estamos diante de uma imensa oportunidade para mudar de vez a imagem dos po-

líticos e da política em nosso País. Em síntese, tudo vai depender basicamente da disposição e da consciência dos homens públicos e dos parlamentares em reconhecer a gravidade do momento, o significado e os impactos positivos que as profundas transformações que precisam ser feitas agora causarão na vida política brasileira.

Em minha opinião, partidos sem história, sem vínculos ideológicos, sem expressão política e eleitoral não contribuem em nada para a grandeza da democracia e muito menos para a respeitabilidade da atividade política. Os partidos de invenção mancham a cena política e eleitoral. Não têm história, não têm rumo, não têm representatividade e são os maiores responsáveis pela prática desprezível do clientelismo e da infidelidade partidária, que, como já disse, precisam desaparecer para sempre do novo cenário da política brasileira.

Sr. Presidente, antes de finalizar, eu gostaria de insistir em um ponto que julgo dos mais importantes. A reforma política que deverá ser votada nos próximos dias não pode esquecer de considerar que deverá existir sempre, na prática política, uma perfeita integração entre a vontade popular e a vontade manifesta do Parlamento. Sem dúvida alguma, se esse aspecto for levado em consideração, em curto espaço de tempo conseguiremos eliminar uma das maiores causas dos descaminhos da representação política.

Ao terminar este pronunciamento, eu gostaria de lembrar um eminent Professor de Ciências Políticas, o francês Maurice Duverger, que define muito bem como deve ser um partido político em uma sociedade organizada, participativa, moderna e perfeitamente consciente de que deve preservar a democracia para torná-la cada vez mais presente na vida cotidiana dos cidadãos.

“Os partidos políticos, como os conhecemos modernamente, são as organizações que visam ao enquadramento das massas e à seleção de quadros e correspondem às estruturas das sociedades contemporâneas...”

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Obrigado, nobre Senador Augusto Botelho. V. Ex^a será atendido. O discurso de V. Ex^a será transscrito na íntegra.

Antes de conceder a palavra à próxima oradora, a Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria de saudar a delegação do meu Estado da Bahia, presente neste plenário. A Deputada Estadual Jusmari Oliveira, o Prefeito de Luís Eduardo Magalhães, Oziel Oliveira, vereadores, lideranças ruralistas e sindicalistas que aqui se encontram para amanhã levar suas reivindicações

às autoridades maiores do País em um momento tão angustiante para a agricultura brasileira, em particular do oeste da Bahia. Os brasileiros estarão muito bem representados pelos líderes da área, que comparecerão, em massa, a Brasília.

Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti, pelo Estado de Santa Catarina, por quinze minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sras. e os Srs. Senadores que se fazem presentes nesta sessão e a todos os que ocupam as galerias.

Antes de tratar do assunto que me trouxe à tribuna, comentei brincando com a Senadora Heloísa Helena que rationamento não é apagão. Houve apagão sim. E houve rationamento. Tanto houve apagão, que depois houve o “seguro apagão”. E até hoje estamos apagando e pagando.

O que me traz à tribuna é que, na semana passada, tive a oportunidade de acompanhar apenas uma parte dos depoimentos da CPMI dos Correios, mas, da parte que tive a oportunidade e a condição, inclusive emocional, de participar, começa a se desenhar algo extremamente interessante e importante para todos aqueles que querem levar a investigação até as últimas consequências, o que significa chegar não apenas aos corruptos, mas também aos corruptores. Infelizmente, no País, existe a tendência de pegar apenas uma parte da corrupção. E os corruptores, principalmente os envolvidos com os grandes interesses, especialmente os econômicos, acabam ficando de fora.

Nos depoimentos da semana passada, houve alguns dados importantes que faço questão de trazer aqui. O primeiro diz respeito à gravação que surgiu e que, algumas vezes, foi repetida e utilizada, a do Sr. Maurício Marinho enfiando no bolso a propina de R\$3 mil. Para começar, aquele equipamento não é qualquer um, não está à venda em qualquer barraquinha de camelódromo. Trata-se de um equipamento extremamente sofisticado. No depoimento, além de isso ter ficado claro, ficou também transparente que o esquema para achacar, montado pelos empresários que prestaram o depoimento – e também dá a impressão, no depoimento, de que eles não são a ponta, que existem fatos, e não poucos, por trás de quem montou aquele sofisticado esquema de gravação e achaque –, é algo antigo. Não é algo feito, como tem sido dito pela imprensa, única e exclusivamente para derrubar o Sr. Maurício Marinho, que estava criando dificuldades, mas um esquema muito mais antigo e mais complexo.

Houve até um Deputado do PSDB que colocou que aquilo parecia briga de gangue de quarteirão. Não

é briga de gangue de quarteirão. Devemos nos dar conta de que, pelo andar da carruagem, as investigações poderão nos levar a questões bastante graves e sérias, de disputas volumosas e de interesses econômicos não tão pequenos.

E, nesse andar da carruagem, se nós nos concentrarmos no foco e levarmos a fundo a investigação, sem buscar pipocar de forma tão rápida e sem que as coisas sejam profundamente investigadas, penso que surgirão revelações e comprovações importantes e interessantes.

Aliás, temos sido acusados. Não é a primeira nem a segunda vez que Parlamentares da Oposição acusam o Presidente Lula de dizer: “No meu governo...”. Até já disseram, algumas, vezes, que parece que nós, em determinadas situações, estamos reinventando a roda. Inclusive, tive a oportunidade de ler o artigo do Presidente do PFL no jornal **Folha de S.Paulo**. Parece que nós é que inventamos a corrupção! Parece que nunca houve corrupção no País, que corrupção é algo novo, chegou agora, está colocado aí. Quando todos nós sabemos que a corrupção é endêmica neste País, está incrustada, encruada na máquina pública, funciona onde há poder, onde há dinheiro. Está instalada, e é uma briga muito grande para desinstalar a corrupção. Portanto, o artigo do Presidente do PFL é bastante estranho, porque segue a lógica de que parece que surgiu agora, como se nunca houvesse existido um enfrentamento ou problemas com a corrupção ao longo de toda a sua vida e de sua administração, em todos os espaços de poder.

Algumas das questões demonstram, de forma muito clara, que, se vamos investigar as denúncias que estão aparecendo agora, elas têm que se reportar a episódios anteriores. Não é possível não se reportar. Por exemplo, na lista dos contratos que o Sr. Maurício Marinho leu na CPI, a maior parte é de contratos não realizados por este Governo, mas pelo Governo anterior. No que diz respeito a transporte aéreo, temos que avaliar, analisar questões de modificações, aditivos ao contrato. Mas não dá para não voltar à briga ocorrida na tramitação da Lei Postal, geradora de modificações em vários contratos feitos àquela época. E é importante lembrar que a briga da Lei Postal derrubou o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em confronto com o Ministro da época.

Então, a respeito de tudo que investigaremos, terá que se levantar toda a retrospectiva, porque é impossível, em casos como esse de transporte aéreo, que envolve alguns bilhões de interesses, que esse assunto não venha a público.

Outras questões: teremos depoimentos de outros diretores dos Correios sobre a questão da informáti-

ca. É voz corrente; todos comentam que, por traz de muitas questões de informática, há a famosa briga da Microsoft com o **software** livre e a posição do Governo Lula, de bancar determinadas situações, como, por exemplo, em relação ao posicionamento da China. Isso vai estreitando a potencialidade da Microsoft no mercado internacional. Essa não é uma briga de cachorro pequeno, mas de cachorro grande. Ela está por traz e permeia uma série de situações, de confrontos, de conflitos e de interesses econômicos graudíssimos.

De acordo com a lógica de que as investigações têm de caminhar para os corruptores, para, obrigatoriamente, se detectarem os graúdos interesses econômicos envolvidos em disputas de parcela, de atuação e de estruturação da máquina do Estado, leio trechos da reportagem da revista **CartaCapital** desta semana, sob o seguinte título: "O Orelhudo tá nessa".

Essa revista apresenta alguns dados e correlações bastante interessantes que vêm subsidiar o que citei anteriormente, para que possamos ter a magnitude, a dimensão de onde nos levará as investigações da CPI dos Correios ao estabelecermos todas essas correlações. E mais: o quanto estão correlacionadas determinadas ações da Polícia Federal, que não está apartada do Governo, mas que age sob a orientação do Ministro da Justiça, que, por sua vez, atua sob a orientação do Presidente da República. Portanto, eu não quero mais ouvir essa história de que a Polícia Federal é a mesma sempre. Não. A Polícia Federal age sob ordens e orientação.

Indiscutivelmente, a Polícia Federal, no atual Governo, tem, comparativamente com ações da mesma Polícia Federal sob a ordem de outros Governos, um comportamento absolutamente diferenciado nas operações, desmonte de quadrilhas e de prisões. E a própria manchete da **CartaCapital** "O orelhudo tá nessa" mostra que há conexões com outras operações de desmonte da Polícia Federal, tais como Operação Chacal e Operação Cevada, que acabam imbricando determinados interesses econômicos e empresariais prejudicados por esse desmonte das quadrilhas, sob as ordens do Ministro Márcio Thomaz Bastos, do Governo Lula.

Mas eu queria ler aqui alguns trechos que eu acho que são bastante interessantes:

CartaCapital colheu novos detalhes da versão que Marcos Valério contou a amigos e colaboradores, em parte publicada na edição da revista **Veja** de 22 de junho. O publicitário disse a amigos ter provas de que o depoimento de Fernanda Somaggio foi forjado no sítio do executivo Carlos Rodenburg, no interior do Rio de Janeiro, por volta de agosto do ano

passado. Rodenburg é ex-cunhado e sócio de Dantas. Segundo Valério, o Opportunity teria tentado cooptar outros funcionários da agência SMP&B, até encontrar a secretária, demitida alguns meses antes.

Em 2004, Valério foi procurado por Dantas. O banqueiro tentava uma aproximação com o governo federal e uma forma de neutralizar a resistência do secretário de Comunicação, Luiz Gushiken, aliado dos fundos de pensão na briga pelo controle de empresas de telefonia avaliadas em cerca de R\$15 bilhões. Em troca, o dono do Opportunity entregou à DNA, uma das agências do publicitário, as contas da Telemig Celular e da Amazônia Celular.

Passo a ler outros trechos:

Valério confidenciou a amigos que brigou com Dantas ainda em 2004, mas não deu detalhes dos motivos. "É muita sujeira", teria dito. Para o publicitário, está nessa briga a origem dos depoimentos de Fernanda Somaggio.

A revista **IstoÉ Dinheiro** afirma ter entrevistado a secretária em dois momentos. A primeira vez, em 2 de setembro de 2004. As declarações de Fernanda Somaggio não teriam sido publicadas à época, diz a revista, pois "era necessário avançar nas investigações". Uma nova conversa teria ocorrido depois que o Deputado Roberto Jefferson apontou Marcos Valério como um dos operadores do mensalão.

Mais à frente:

Adriana Fantini, funcionária da SMP&B, afirmou que Fernanda Somaggio teria dito que um jornalista lhe havia oferecido dinheiro em troca de informações sobre o publicitário e suas empresas.

Posteriormente, a reportagem cita a Operação Cevada que pegou os donos da Schincariol e fez também correlações com os episódios envolvendo o Dantas, a Fernanda Somaggio.

Em outro trecho da revista:

Em outubro de 2004, a PF desencadeou a Operação Chacal e apreendeu documentos no Banco Opportunity, na sede da BrT e nas residências de Dantas e Cico. De lá para cá, a vida do banqueiro se complicou. Até então tratado como um empresário astuto e polêmico, Dantas passou a carregar a imagem de criminoso. Em maio deste ano, a Justiça Federal o indiciou por formação de quadrilha. Sabe-se que os delegados federais responsáveis pela apuração sofreram pressão, mas tiveram carta-

branca do diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, para continuar o inquérito.

Mais adiante:

CartaCapital apurou que Valério foi informado da entrevista por Domingo Alzugaray. O publicitário e o editor encontraram-se na sede da Três, em São Paulo. Presente o jornalista Gilberto Mansur, amigo do publicitário. O sócio da SMP&B, que ainda não havia emergido dos bastidores do mundo político, quis saber o motivo do interesse da revista no relato da secretaria. "Você é um homem poderoso", teria afirmado Alzugaray.

A versão do publicitário vai mais longe. A entrevista não foi publicada, mas o conteúdo chegou ao ouvido do ex-governador Anthony Garotinho e, por extensão, ao conhecimento do Deputado Roberto Jefferson. Pela tese de Valério, Roberto Jefferson sabia da tese da existência de Fernanda Somaggio e lançou a história para desviar o foco das investigações dos Correios. O interesse de Garotinho seria enfraquecer Lula. À *Veja*, o ex-governador respondeu: "Esse Marcos Valério está delirando".

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Em outro trecho, diz-se o seguinte:

Uma série de conexões parece dar algum sentido à versão de Valério, sem que, repita-se, isso o inocente ou torne as declarações de Fernanda Somaggio sem validade.

(...)

Fernanda Somaggio decidiu procurar a revista **IstoÉ Dinheiro** e, especificamente, o jornalista Leonardo Attuch, para revelar o esquema de desvio de dinheiro. Attuch está no centro de uma discussão a envolver a Polícia Federal, Daniel Dantas, a Kroll, e a revista **Veja**.

Entra, de novo, aquela história da Krol, do grampo de personalidades do Governo e tal.

Mais adiante:

No relatório final da Operação Chacal, a PF dedica cerca de cinco páginas à **Dinheiro** e a Attuch. Para os federais, a publicação e o repórter foram utilizados "para lançar matérias convergentes com o interesse do grupo criminoso (*leia-se Daniel Dantas...*

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo mais um minuto a V. Ex^a para encerrar, por favor, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) –

...Carla Cico e funcionários da Kroll". Os delegados que cuidam do caso chegaram a pedir a quebra do sigilo telefônico do jornalista. O pedido foi negado pela Justiça (...)

Então, fiz questão de trazer esses trechos, porque, como eu já disse, nós estamos iniciando a CPI dos Correios. Em outras CPIs, chegou a se cassar Parlamentares, a prender pessoas e uma série de elementos bastante claros da corrupção dentro da máquina pública, seja do Executivo, do Legislativo e, em alguns casos, até do Judiciário. Mas, infelizmente, nós não conseguimos chegar aos grupos econômicos que se beneficiam da corrupção. Espero que, desta vez, nós tenhamos essa capacidade política. Esse é o nosso papel primordial em todas as investigações que estamos fazendo, neste momento, no nosso País. É chegar aos corruptores, aos grandes interesses da corrupção que, como, neste caso, a reportagem traz insinuações, ilações, e como já tivemos oportunidade, inclusive, de detectar nas oitivas feitas na semana passada, que caminham para a lógica de buscarmos os corruptores, que são os grandes interessados em que a corrupção persista no nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Eu é quem agradeço, nobre Senadora Ideli Salvatti.

Seguindo a lista dos inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, do Piauí; em seguida, ao nobre Líder do Partido da Frente Liberal, Senador José Agripino, que pediu a palavra pela Liderança do PFL.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira, eu disse aqui nesta tribuna que a chaleira estava apenas se destampando e que muita sujeira acompanhada de verdades, é claro, surgiriam aos poucos.

Quero elogiar a postura da Senadora Ideli Salvatti, a sua coragem de vir aqui defender um amigo, defender um correligionário. Pela primeira vez, Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a está de parabéns: defende o Sr. Marcos Valério. V. Ex^a está de parabéns pela coragem. Não se deve deixar amigos no meio da rua. Já que foi seu parceiro, já que foi companheiro durante tanto tempo, merece a defesa sincera. V. Ex^a já demonstra que não é daquelas que, quando o navio começa a naufragar, abandona-o sem nenhum pudor.

Sr. Presidente, a única coisa estranha nisso tudo é que a Senadora Ideli, de posse da mídia publicada pela Radiobrás e que no domingo se dedica às revistas semanais, traz matéria de primeira página da menor circulação, nem por isso mais acreditada e menos valorosa. Se olhar a capa das revistas **Veja**, **IstoÉ** e **Época**, ela vai ver como é que os fatos são tratados pelo Governo.

Pensei que ela viesse aqui dizer que os documentos que o Coaf mandou, mostrando a movimentação de cheques do seu defendido, fossem mentira; pensei que ela viesse aqui apresentar fatos que esclarecessem a Nação, que mostrassem a indignação com tudo o que está acontecendo, como tenho visto, com vários dos seus companheiros. Mas não. Faz a defesa de um companheiro. Ela disse que é verdade. Essa é uma guerra que envolve o poder econômico. E tenta, mais uma vez, naquela sua psicopatia de combater o Senador Jorge Bornhausen, criticar um artigo que ele escreveu como cidadão e que tem todo o direito de fazê-lo. A Senadora Ideli Salvatti não tomou como lição aquela sua tentativa frustrada de criar a CPMI do Banestado para acusar o Presidente Nacional do PFL. Deveria, isto sim, explicar por que a CPMI do Banestado não foi concluída, por que não foram apurados os culpados e dizer quem foi que travou a CPMI do Banestado. Prestaria mais serviços à Nação do que vir aqui sofismar um fato que não tem nada com a verdadeira vontade que a Nação tem de investigar.

Ora, Srªs e Srs. Senadores, quem prometeu banir a corrupção no Brasil foi o PT. Quem prometeu dar um fim aos atos que condenava, dizendo que eram praticados pelos governos passados, foi o PT!

Acusar o Governo passado com relação ao caso específico da Skymaster é, no mínimo, falta de memória. O Ministro Miro Teixeira, ao assumir o Ministério, reduziu os custos do contrato dessa empresa. Tiraram o Ministro Miro Teixeira de maneira misteriosa. Criaram uma crise, e o Ministro se afastou. Talvez agora se saiba dos fatos reais. Dois meses depois, elevaram o preço do contrato da Skymaster a um valor acima do previsto inicialmente. Foi tudo do Governo anterior. Quem criou a Vice-Presidência de Tecnologia dos Correios foi o Governo anterior, para acomodar mais um do esquema. Quem fez uma diretoria colegiada, distribuindo, entre os Partidos políticos, o quinhão que cada um merecia foi o Governo anterior. Acabem com essa história de ficar olhando pelo espelho retrovisor os erros do passado! Afinal de contas, foi o Partido da Senadora Ideli Salvatti que prometeu acabar com tudo isso. Não fomos nós!

O Brasil, quando acreditou e votou no Presidente Lula, não sabia que ele colocaria no Banco Central

um banqueiro comprometido com o capitalismo internacional que eles tanto combateram, o Sr. Henrique Meirelles. Se eles têm tanto ódio do PSDB, por que foram buscar um tucano recém-eleito Deputado Federal para ser Presidente do Banco Central? O que a Nação não aceita são essas contradições.

A semelhança do atual Governo, Senador José Agripino, com o Governo Collor cada dia assusta mais. Um dos fatos que mais desgastou o Governo Collor foi o esquema de fundo de pensão ser entregue ao Diretor da Abin na época, Sr. Pedro Paulo. Agora, fundo de pensão é entregue ao Sr. Luiz Gushiken – e ela está aqui como seu porta-voz, tentando envolver empresários numa questão que não é essa.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ouço V. Exª com o maior prazer.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª toca numa questão muito interessante, e atrevo-me a apartear-lhe apenas para lembrar que há um traço de união muito forte entre o **affair** Collor e o **affair** Mensalão, José Dirceu, Sílvio Pereira, Delúbio Soares, Marcelo Sereno e Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos os escândalos foram gerados por tesoureiros – sempre dinheiro. Num caso, foi PC Farias; no outro, Delúbio Soares, que – supõe-se – está mergulhado nesse assunto até os gorgomilos. É necessário haver total esclarecimento. Não adianta tergiversar, nem mudar o foco, nem olhar para trás, por uma razão muito simples, Senador Heráclito Fortes: aqueles que fazem o Governo não perceberam ainda o sentimento da opinião pública, que não vai perdoar nem a eles nem a nós se não passarmos a limpo essa história de corrupção brava, gravada em fita de vídeo e denunciada por não apenas uma pessoa, mas muitas pessoas – daqui a pouco vou falar sobre isso –, por uma corrente de pessoas. E, se não comprovam nada, ninguém até hoje desmentiu nada do que eles falaram. Repito: ninguém desmentiu nada do que eles falaram. De modo que quero cumprimentar V. Exª, dando esta informação adicional: a conexão entre o caso Collor e esse grupo do PT tem um traço de união na sua origem, no âmago, no centro nevrálgico; é que os operadores dos escândalos, de um caso e de outro, foram iguaizinhos: os tesoureiros, que são os homens que cuidam de dinheiro, Delúbio Soares e PC Farias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Agripino, o que me causa estorrecimento maior nisso é o Governo agora querer fazer da ação da Polícia Federal e do Ministério Público obra de seu Governo. É um desrespeito e um atentado à liberdade e à independência da Polícia Federal, porque quem diz

que manda apurar tem também o direito de mandar parar a apuração.

Será que a Polícia e o Ministério Público estão a serviço do Governo? Se estão, estão recebendo ordem de quem? Do Presidente da República? Era até ontem do Sr. José Dirceu? Quem é que está dando essa ordem? Cadê a polícia republicana, cantada em prosa e verso pelo Ministro da Justiça? Será que foi o Presidente da República quem mandou prender esse senhor do Ibama de Mato Grosso, que ficou preso injustamente durante cinco dias? Ele assume a responsabilidade dessa falha, ou o erro é da Polícia? Governo que não faz, que não tem obra, que não tem realização quer se justificar com uma ação da polícia, que, a meu ver, age de acordo com o Ministério Público, atendendo a determinações da Justiça. A polícia é do Estado e está a serviço do Estado e do cidadão, não a serviço de governo. Isso está muito mal explicado. Acho que a Senadora Ideli Salvatti, ao pinçar essa matéria, deveria ter entendido melhor o seu conteúdo!

Senadora Ideli, vou mandar às mãos de V. Ex^a a cópia do último depoimento dA SRA. Karina à Policia Federal, que tenta de todas as maneiras arrancar confissões dela a respeito de fatos... Estão aqui para que V. Ex^a veja. Sei como é a sofreguidão do militante do PT, quando recebe ordem de cima. Tem de cumprir, custe o que custar! Mas, depois, paga o preço.

V. Ex^a devia ter aprendido muito com a CPI do Banestado. Jogou um cesto de pedras para cima, e caíram todas na cabeça do PT. É preciso que se respeite a opinião pública, que não é burra; é atenta, lê e não vai acreditar nessas histórias mal contadas com que tentam desviar, de fato, o que realmente está acontecendo e o que o País estarrecido percebe.

A corrupção foi vista, até agora, em uma parte dos Correios, em uma diretoria. A CPMI vai ter oportunidade de ver o resto. O Sr. Roberto Jefferson pode ter todos os pecados do mundo, mas, Sr. Presidente, prestou um grande serviço ao Brasil. Foi a oportunidade de destampar essa chaleira que estava aí na garganta de todos, de que todos sabiam, porque viram, pela mudança de comportamento, pela mudança de vestimenta, de modos, de hábitos dos petistas, e que ninguém sabia de onde estava vindo.

Enfrentamos uma campanha municipal em 2004, Senador Mão Santa. Enquanto nós, que éramos tidos como burgueses, oriundos de partidos ricos, contratávamos cantores e pequenos conjuntos locais, o Partido dos Trabalhadores ostentava as bandas e os conjuntos mais caros do Brasil. De onde vinha tudo isso?

Os fatos estão aparecendo. O Eclesiastes é muito sábio quando diz que, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfará. Acho que o PT, em vez de ficar jo-

gando lama e agredindo as pessoas, para desviar os fatos, devia, humildemente, antecipar-se e evitar que o escândalo chegue – como chegou esse dos Correios – à opinião pública, tomando providências sérias e graves, cortando, como disse o Presidente Lula, na própria carne.

O Delúbio é osso, não é carne; o Sílvio Pereira é osso, não é carne. Para cortar osso é preciso serrote, é preciso coragem. Cada um desses é uma bomba atômica ambulante, porque sabe exatamente o que se passou.

Elogio a Senadora Ideli Salvatti pela coragem de vir aqui defender seus colegas, seus companheiros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas lamento que S. Ex^a não traga nenhum argumento novo, nenhum fato que justifique para a opinião pública e a Nação brasileira este mar de lama em que o PT se embrenhou.

Peço a Deus que o Presidente Lula ainda esteja preservado nisso, pela sua história, pela sua biografia. Prefiro acreditar que ele é o amigo enganado e traído pelas más companhias a pensar que é conivente com tudo isso. Sou um homem otimista e, acima de tudo, de boa-fé. O PT, num momento como este, em vez de procurar redirecionar seus caminhos, está anunciando novas alianças, novas distribuições de cargos, novo fisiologismo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um novo aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, com o maior prazer.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Só para acrescentar alguma coisa ao que já foi dito por V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a fala na história do Presidente Lula, história que o País inteiro aplaude: um operário que chegou à Presidência. Só que o Presidente precisa entender que uma história só tem fim quando a pessoa falece – ele está vivo, e quero que vá muito longe – e o que legitima um mandato não é o desempenho eleitoral, não é a vitória nas urnas, é o desempenho administrativo e político do mandato que o povo lhe conferiu. A biografia do Presidente Lula está sendo construída, e neste momento está sendo desdito um passado de muitos anos pelos atos que estão sendo denunciados e não estão sendo, por parte do Governo, esclarecidos com a boa vontade que a população esperaria do operário que chegou à Presidência e que diz: “Não vai ficar pedra sobre pedra. Irei às últimas consequências.”

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – “Não pouparei ninguém, nem que tenha que cortar na própria carne”. Que corte e que escancare as portas do Governo para que, em vez de impedir as comissões parlamentares de inquérito, facilite as investigações.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Senador José Agripino, o velho Ulysses Guimarães, meu querido amigo, para mim foi um verdadeiro mestre nos meus anos de Casa. Aqui, quando cheguei, tive ele e o Paulo Affonso Martins de Oliveira como “anda já”. Eles me ensinaram os primeiros passos. E foram muito úteis. Aprendi muito. Ele dizia que o mal do Brasil era o homem público confundir crédito de confiança com popularidade. Ao ser consagrado nas urnas, achava que era popular e dono de tudo e não tinha a humildade de compreender que aquilo era um crédito de confiança que a Nação lhe dava.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Nobre Senador Heráclito Fortes, mais um minuto para V. Ex^a concluir o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço. E citava o exemplo do Juscelino, dizendo que Juscelino foi salvo por Aragarças. Nos primeiros meses do seu governo, viveu aquele episódio de Aragarças e teve que sair do pedestal, descer, conversar com a farda, com os militares, com a Nação. E equacionou o seu problema. Talvez o Aragarças do Presidente Lula – e ele não teve a noção de ver isso – tenha sido o episódio Waldomiro. Em vez de se apurar a fundo o que aconteceu, tentou-se colocar tudo debaixo do tapete – e colocou. Onde está o processo de apuração da apreensão daquele dinheiro no aeroporto de Brasília, filmado e fotografado, transportado por Waldomiro Diniz? Onde estão as denúncias? Quem apurou? Ninguém apurou nada; botou debaixo do tapete – repito. A impunidade faz com que se imite o exemplo, e o PT montou uma verdadeira escola de “waldomirinhos”, que estão por aí usando...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... exatamente daquela mesma estratégia, porque sabiam que aquilo não ia dar em nada. Sabiam. Previam. Felizmente, aparece sempre um Fiat Elba, uma secretária ou alguém para denunciar.

Senadora Ideli Salvatti, eu me despeço. Sei que V. Ex^a vai invocar o art. 14, e eu irei responder-lhe com muita alegria. A maior imagem que guardo de V. Ex^a foi a da véspera da cassação da Senadora Heloísa Helena, no Hotel Blue Tree, tomando uísque selo azul, ao lado do Delúbio, do Sílvio Pereira e de outros mais. Senadora Ideli, o que dá para rir dá para chorar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PFL...

O SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, tenho direito ao art. 14.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Se V. Ex^a estiver querendo o art. 14, efetivamente V. Ex^a terá direito a cinco minutos para explicação pessoal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, eu só quero lamentar, porque fiz um pronunciamento extremamente sereno. Trouxe elementos para o andamento das investigações que interessam ao País, elementos que dizem respeito à gravidade dos fatos que acontecem atualmente em nosso País. Volto a afirmar, os graves fatos a que hoje temos acesso, através do andar das investigações e das reportagens, não são de hoje. São fatos que, na sua maioria, na sua totalidade, eu diria, remontam a situações que têm história, têm históricos, têm agentes, têm modalidades, têm **modus operandi** e que existem no aparelho público brasileiro, infelizmente, e existem porque interesses econômicos se utilizam disso. Temos, em todos os processos de corrupção, em maior ou menor escala, interesses econômicos em jogo. Não há lógica da corrupção da máquina pública, a não ser para que interesses econômicos se viabilizem em maior ou menor escala. Os interesses econômicos de que estamos falando, neste caso, no que estamos investigando na CPMI dos Correios, já têm prenúncios, já têm indícios de não serem interesses econômicos pequenos. Como pude afirmar em meu depoimento, de forma muito clara, transparente – não entendeu quem não quis, distorceu quem tem a intenção de distorcer –, são interesses econômicos gravíssimos, graúdos, que envolvem não apenas interesses econômicos brasileiros, internacionais, como é o caso, na área da informática, a questão da *Microsoft*.

A reportagem que fiz questão de trazer aqui não é uma reportagem, obviamente, de defesa de ninguém, até porque em nenhum momento fiz defesa de ninguém. Inclusive li trechos da reportagem em que a própria reportagem que comungo apresenta a figura do Sr. Marcos Valério como alguém que tem, sim, culpa no cartório, vai ter que se explicar – e se explicar muito bem – a respeito desses vinte milhões que apareceram como saque.

Agora, o que pode estar por trás do Sr. Marcos Valério, que é o que traz a reportagem da **Carta Capital**, é que entendi oportuno trazer a esta tribuna. Agora, o ensejo da reportagem da **Carta Capital** também pode desencadear oportunidades de defesa do Opportunity. Então, é isso que temos que fazer. Que venham todos, que as investigações avancem, que tenhamos capacidade de investigar. Volto a dizer, o

mais importante é chegar aos corruptores, aos interesses econômicos que levam vantagens pequenas, médias, grandes, astronômicas na corrupção existente no aparelho brasileiro.

Então, foi isso que disse. Lamento, lamento, entende...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Agradeço-lhe, Senadora.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu quero invocar o art. 14, muito embora não tenha sido citado nominalmente. Esse pronunciamento é exatamente na linha do que falei.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, já tivemos dois usos do art. 14 hoje e fiz questão absoluta, mesmo que direito houvesse, de não ter feito nenhuma citação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu imagino o desespero da Senadora de não querer me ouvir. Mas, Sr. Presidente, apelo para o seu espírito acima de tudo democrático. A resposta foi feita a um pronunciamento feito por mim. De forma que, baseado nisso, gostaria de V. Ex^a o direito de poder responder.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Senador Heráclito Fortes, sabe V. Ex^a como eu lamento não poder lhe dar a palavra pelo art. 14 porque, pela Mesa, já foi concedida a palavra duas vezes pelo art. 14 e o Regimento implica apenas dois usos do mesmo. Em segundo lugar, também por conta de que a Senadora Ideli Salvatti não citou V. Ex^a. A não ser que V. Ex^a solicite a palavra pela ordem e faça um breve comunicado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, então peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Tem V. Ex^a a palavra por três minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A Senadora Ideli está querendo trazer para a CPMI dos Correios, e não tem nada a ver, uma briga travada pelo Sr. Gushiken contra o banco que tem ligações históricas, não o banco, mas os seus diretores, com o PFL. Essa história é antiga, é preciso que se assuma. A Senadora Ideli, ao trazer essa questão aqui, que não tem nada a ver com a CPMI – se ela quiser convocar algum diretor, que o faça –, quando fala em tráfico de influência, deve estar se referindo, no caso dos Correios, ao Bradesco, que é o ganhador das maiores concorrências e que tem uma relação estreitíssima com o PT, embora seja uma relação nova. Ela deve estar se referindo às empresas que ganhavam concorrência e que devem estar fazendo a

manipulação dessas apurações. Mas ela está puxando um outro fato que corre em outra área da Justiça, que não tem nada a ver com o “mensalão”, tampouco com a CPMI dos Correios. É o desespero. Mas eu acho também que se devia aproveitar a oportunidade para esclarecer isso de uma vez por todas.

Aliás, o Presidente da Previ, Sérgio Ricardo Silva Rosa, está sendo convocado para ir à Comissão de Assuntos Econômicos. Seria bom que a Senadora Ideli Salvatti fosse lá ouvir o que se vai falar. Eu sempre tive dito aqui, Senadora Heloísa Helena, que o grande escândalo deste Governo ainda vai envolver fundo de pensão. O que está acontecendo agora é bagreinho, é coisa pequena. Por que o PT não se antecipa e não propõe isso? O mesmo crime cometido no Governo Collor se repete agora, formalmente. A área de fundo de pensão pertence ao Ministério da Previdência, mas quem administra essa área é um ex-sócio do Sr. Gushiken, no escritório que, primeiro, tinha o nome de Gushiken Associados e, de repente, passou para Global e funciona no interior de São Paulo. Que venha aqui esclarecer por que a Secretaria de Previdência Complementar é nomeada pelo Ministro do Palácio do Planalto encarregado de comunicação. Vamos esclarecer esses fatos – é preciso que se esclareça – e não ficar aqui com simbologia. Não! Eu acho que o PT tem obrigação moral de esclarecer esses fatos. Imagine se, em outro governo, pega um sócio de escritório de Ministro e manda tomar conta de uma área dessas! Manda examinar esse escritório, quanto ele fatura por mês, quais são as suas atividades. Vamos acabar com isso! Basta essa história de estar dando uma de bonzinho e, pelas costas, praticando crimes.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Serei breve, até porque o Senador José Agripino está inscrito como Líder e me sinto na obrigação de respeitar. Quero apenas fazer uma brevíssima consideração. Tanto o Senador Heráclito, como a Imprensa e várias pessoas militantes do PT que estavam lá no tal do Blue Tree no dia da nossa exposição disseram exatamente estas coisas: que encheram a cara, comeram caviar, tomaram uísque e vinho no dia da nossa expulsão. Mas eu, a cada dia, chego mais à conclusão de que sou uma filha muito amada pelo Pai celestial e que todas as dores que Ele me deu foram até para que eu aprendesse a

ser mais forte, mais corajosa, sem perder o amor no coração e a vergonha na cara.

Eu não sei quem comeu caviar, bebeu uísque importado, encheu a cara, certamente com o dinheiro público do “mensalão” ou da trambicagem, mas de uma coisa eu sei: cada um deles está, aos poucos, desmoralizando-se e vendo a sua estrutura de poder desmoronando a cada dia. Não guardo raiva, não guardo rancor, mas, às vezes, quando uns são penalizados aqui na Terra, é extremamente importante, porque a penalização daqueles que conspiraram contra os justos não pode se dar apenas no reino dos céus.

Então, é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agradeço, Senadora Heloísa Helena.

Concedo a palavra ao nobre Líder, Senador José Agripino, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, seguido do Senador inscrito, Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, eu gostaria inicialmente de dizer que concordo com a Senadora Ideli Salvatti quando S. Ex^a diz que o importante é encontrar o agente corruptor.

Não tenho nenhuma dúvida. É importantíssimo! E, nesse processo que se está verificando, todos os indícios remetem ao agente corruptor encastelado no Poder Executivo. E eu vou circunstanciar essa minha suposição.

Sr. Presidente, já está em curso a CPMI dos Correios, vai se instalar na quarta-feira a CPMI do Mensalão e a CPI do Waldomiro, a dos Bingos, está para ser instalada.

Eu gostaria, Senador Geraldo Mesquita, de fazer aqui umas elucubrações de um sentimento pessoal para conhecimento de V. Ex^{as}s e, quem sabe, Senador Heráclito, para a contestação ou não de meu pensamento. Posso até estar errado.

Tudo começou, Sr Presidente, com uma fita gravada do Sr. Maurício Marinho, nos Correios. Aquela que já repetida à exaustão do cidadão de óculos pegan do com a ponta do dedinho aquele maço de dinheiro e colocando-o sorrateiramente no bolso. E contando coisas. Ele dizia na fita que estava lá a serviço de um Partido Político e citava Roberto Jefferson.

Citado Roberto Jefferson, ele veio a público para dizer algumas coisas, que não foram comprovadas até agora – mas não foram desmentidas. E ele declarou, Senador Alberto Silva, que recebeu R\$4 milhões numa mala, em dinheiro vivo, com a cintazinha do Banco Rural. Quem declarou foi ele. Ele é a própria testemunha do dinheiro que recebeu. E ele disse que existia o mensalão. Sobre o mensalão ele fez ilação com o

Chefe da Casa Civil, Deputado José Dirceu; com o Sr. Delúbio Soares, Tesoureiro do PT; com o Sr. Sílvio Pereira, Secretário do Partido dos Trabalhadores. Fez ilações que até agora não foram comprovadas, mas foram feitas ilações.

Ato contínuo, o Sr. Maurício Marinho veio à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito. Prestou um longo depoimento contraditório. Até um certo ponto ele disse coisas, parou, reconheceu que tudo o que havia dito era mentira e daí para frente iria contar a verdade. Eu suponho que um homem que faz o que ele fez, reconhece que estava mentindo e daí para frente iria falar a verdade, o tenha feito de fato: falado a verdade.

Ele disse o seguinte: que os contratos de publicidade dos Correios eram “triados” pela Secretaria de Comunicação Social, dentro do Palácio do Planalto, e que os diretores dos Correios tinham padrinhos. Os principais diretores dos Correios, seja da Diretoria de Operações ou da Diretoria de Tecnologia, tinham como padrinho o Sr. Sílvio Pereira, Secretário do PT.

Depoimentos do Sr. Roberto Jefferson. Depoimento do Sr. Maurício Marinho. De repente, não mais do que de repente, aparece uma figura chamada Karina, uma moça, secretária, ex-secretária do Sr. Marcos Valério, dono da DNA e da SMP&B, duas agências de publicidade.

Curiosamente, o Sr. Marcos Valério foi o homem que, segundo o Deputado Roberto Jefferson, lhe havia dado os quatro milhões em uma mala, com a cintazinha do Banco Rural.

A ex-secretária Karina disse algumas coisas interessantes. Disse muita coisa, mas umas coisas interessantes. Falou que tinha visto malas de dinheiro, malas de dinheiro, circulando pela empresa. Disse que testemunhou vários telefonemas do Sr. Marcos Valério com o Delúbio Soares, que usava até um avião do Banco Real, com o Sílvio Pereira e com o então Ministro José Dirceu. Conversas telefônicas informadas por Karina, a ex-secretária. E disse mais: que tinha visto uma festa de comemoração de uma vitória que se celebrava por antecipação de uma concorrência ganha. Nunca vi isso! De véspera, só quem morre é o peru. A ex-secretária disse que, de véspera, com champanhe Moët & Chandon, havia visto a comemoração da vitória de uma concorrência nos Correios por parte da DNA.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Peço tolerância, Sr. Presidente, porque é importante este assunto. Solicito mais um minuto.

Disse a ex-secretária Karina que a festa de comemoração de um contrato gordo tinha ocorrido e, para mim – aí entram as minhas elucubrações e as minhas

considerações –, demonstra claramente que, quando o Maurício Marinho disse que havia uma triagem das concorrências pela Secom, do Ministro Gushiken, isso seria um indício de verdade muito grande, porque as ligações telefônicas de Marcos Valério, ditas pela ex-secretária Karina, com o Palácio do Planalto, eram muito fortes. Então, é de se supor que ele sabia que ia ganhar porque tinha sido operado um esquema para que ele ganhasse aquela concorrência, para que, ganhando a concorrência – que eu suponho superfaturada – pudesse gerar malas de dinheiro!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O que é que estou deduzindo, Sr. Presidente? E queria a sua paciência, porque o assunto que estou falando é seriíssimo e interessa ao povo brasileiro. O que eu posso concluir? Que há uma ilação fortíssima entre o mensalão e os Correios. Em quê? O contrato ganho foi nos Correios. A CPMI dos Correios está ligada ao Sr. Marcos Valério. Tem uma correlação direta. Foi ele quem entregou a mala de dinheiro ao Roberto Jefferson. Então, ele está no centro das atrações da CPMI dos Correios.

Há um fato novo, que é consagrador. A descoberta do extrato bancário da DNA, que mostra saques em dinheiro de R\$20,9 milhões. Roberto Jefferson recebeu R\$4 milhões. Vinte ponto nove menos quatro, sobram dezesseis ponto nove milhões. É muita mala de dinheiro. Aí é onde eu acho que está o móvel do mensalão. É onde estão as conversas de Delúbio, de Sílvio, do Deputado José Dirceu com o Marcos Valério. Estão interligadas a CPMI dos Correios com o mensalão dentro da DNA da SMP&B.

Para mim, não há nenhuma dúvida.

Sr. Presidente, há um outro fato. A CPI dos Bingos, pela posição do PFL, será instalada, na minha opinião, até o dia 1º de agosto. Mas vou reunir a Bancada amanhã e tenho a impressão, pelo que já ouvi, de que a minha Bancada, diante dos fatos novos, vai querer que ela se instale logo em julho, por uma razão muito simples: a interligação entre a CPI dos Bingos, que tem como figura central o Sr. Waldomiro, a CPMI do Mensalão e a CPMI dos Correios é claríssima. Quem são os operadores da CPMI dos Correios e do Mensalão? Sílvio Pereira, Delúbio Soares, Marcelo Serrano. Funcionários de onde? Da Casa Civil. Ocupavam o quê? Uma salinha na Casa Civil. O Sr. Waldomiro é funcionário de quem? Da Casa Civil. Ocupava o quê? Uma salinha na Casa Civil. Qual é o pecado dos dois? Propina. Dos dois! Propina dos dois! Não há nenhuma mudança. E um traço de união forte: ambos da Casa Civil da Presidência da República, vizinho ao Presidente Lula, que, se não sabia, não sabe o que está ocorren-

do no seu Governo. Tenha paciência, mas Presidente assim não dá! Ou, se sabia, prevaricou. Se sabia, prevaricou. Em qualquer das circunstâncias, condenável. Biografia manchada.

O que é que eu desejo com essas ilações que faço? Exigir a instalação da CPI dos Bingos. Urge, pois ela está conectada. Para mim, Senador Arthur Virgílio, estou convencido, o Sr. Waldomiro é o precursor do escândalo do mensalão. V. Exª já deve ter ouvido que ele era chamado de “ministro”, andando pela Câmara dos Deputados. Quando ele atuava, o Governo não perdia; ganhava todas. Ele era um operador que foi denunciado por acaso, em uma fita também gravada, pedindo propina a um bicheiro. É a mesma coisa, é a mesma conexão. É imperativo que aquilo que o PFL, o PSDB, o PDT pugnaram junto ao Supremo Tribunal Federal e a tese com a qual concorda o Presidente Renan Calheiros aconteça logo.

Vamos exigir que a CPI dos Bingos se instale com a maior brevidade possível, para que tenhamos informações conectadas, para que a sociedade tenha a sua curiosidade atendida e para que os corruptos possam ir para a cadeia, como disse a Senadora Ideli, os corruptores – que, na minha opinião, estão encastelados no Poder Executivo – e aqueles que foram os operadores onde o dinheiro foi apanhado, quem apanhou e quem recebeu o dinheiro. Quem recebeu o dinheiro, se for parlamentar, deve ser cassado e depois punido pela justiça comum para ir para a cadeia.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. César Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias como orador inscrito, por 15 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, desta tribuna afirmei que as tardes das quintas-feiras se tornam de apreensão, eu diria até mesmo que são tardes verdadeiramente ameaçadoras para muitos dos que vivem na Esplanada dos Ministérios diante da expectativa do que virá nas revistas no final da semana.

Sem dúvida, muitos devem estar preocupados depois do que, no final de semana, as revistas divulgaram para todo o País. Faço aqui uma síntese. As revistas de circulação nacional ratificaram aquela apreensão da tarde de quinta-feira.

Na Revista **Veja**, reportagem sobre os saques milionários em dinheiro, feitos por Marcos Valério, acu-

sado de ser o pagador do “mensalão”. Os saques foram detectados pelo Banco Central. Segundo: “Assalto ao Estado. O ‘mensalão’ destrói a imagem ética do PT, mas o problema do País está na ocupação predatória do Governo por petistas e aliados”. Matéria assinada por Otávio Cabral.

Revista Época: “A história secreta de uma guerra suja. Disputa por contrato milionário envolve Ministros, líderes petistas e lobistas amigos”. É matéria de capa da revista. A reportagem intitulada “O submundo dos Correios” demonstra o que já estava em parte delineado no depoimento do Maurício Marinho à CPMI dos Correios: apurar a Skymaster é um dos fios da meada.

Revista IstoÉ: “A rota do ‘mensalão’”, detalhada reportagem sobre os saques milionários em dinheiro, feitos no Banco Rural, e o documento em poder do Ministério Público, após as denúncias do Roberto Jefferson e do testemunho da secretária Karina Somaggio.”

Revista IstoÉ Dinheiro: entrevista com a Secretária Karina denunciando ameaça de morte.

Revista Carta Capital: “Haja lama”. Matéria de capa. Reportagem menciona as conexões entre Daniel Dantas, o “orelhudo”, Marcos Valério, integrantes do PT e o depoimento da Secretaria.

Há um novo itinerário na rota da corrupção, reportagem da revista **Carta Capital**. A matéria estabelece novos elos entre os Correios e o “mensalão”. *

Portanto, Sr. Presidente, Srãs e Srs. Senadores, se havia uma preocupação da Bancada do Governo de que a Oposição na CPMI procuraria ampliar as investigações, alcançando o “mensalão”, por meio de conexões, não há mais necessidade de se preocupar, porque a imprensa, de forma farta, robusta, estabelece os *links* existentes entre o escândalo dos Correios e o chamado “mensalão”.

É forçoso reconhecer a dificuldade de nos afastarmos dessa “agenda negativa” produzida pelo próprio Partido do Presidente da República. É com perplexidade que tomamos conhecimento, no jornal **Folha de S. Paulo** do dia 26 de junho, do depoimento do economista Paulo de Tarso Venceslau. Ele é fundador do Partido dos Trabalhadores e foi expulso em 1997 do PT, bem antes de a Senadora Heloísa Helena. Ele foi expulso em 1997 por ter denunciado um esquema de corrupção operado por um compadre e benfeitor de Lula, o Sr. Roberto Teixeira, na Prefeitura de São José dos Campos. O economista conhecido pelas iniciais de seu nome e de seu Partido – PT – avisou pessoalmente Lula do esquema na Prefeitura. E foi Lula quem pediu a cabeça do denunciante.

Esse fato é sintomático. O Presidente Lula pediu a cabeça de quem denunciou corrupção. Em vez de investigar o fato e realmente apurar para valer, exigindo

exemplar punição, foi mais confortável para o Presidente, na época, pedir a cabeça do denunciante.

Sobre as denúncias que pesam agora sobre o Governo Lula, o PT – o Sr. Paulo de Tarso, e não o Partido dos Trabalhadores – afirma: “Não adianta negar. O Lula sabe de tudo. Ele sempre manteve um controle rigoroso do Partido”. *

O que estamos afirmado, há tanto tempo, dessa tribuna do Senado Federal esse ex-petista afirma com a maior autoridade do que nós. Ele diz que Lula sabe de tudo, porque sempre manteve um controle rigoroso do Partido dos Trabalhadores, o que confirma a impressão que todos temos: aqueles que são citados constantemente desde o episódio Valdomiro Diniz até agora, no caso dos Correios, do IRB e do Mensalão são os mesmos. Não é mera coincidência. Não é mera coincidência. É a constatação do fato. São os artífices do modelo adotado de relação espúria Governo/Congresso Nacional. São os coadjuvantes principais do Presidente Lula agora na articulação política como antes quando Lula não era Presidente da República, mas era o presidente do Partido dos Trabalhadores em tempo integral e remunerado.

São os mesmos aqueles coadjuvantes de antes, são coadjuvantes de agora. Se antes conviviam com o Presidente, dividiam com ele todas as preocupações partidárias e compartilhavam de todas as articulações no seio do partido, certamente fazem agora na mesma proporção e intensidade.

Eclosiu ainda denúncia sobre suposto esquema de propina envolvendo a cúpula do PT em São Paulo, para financiar campanhas eleitorais. A denúncia foi relatada ao Ministério Público pelo Secretário da Habitação de Mauá, o ex-petista Altivo Ovando Júnior.

Como se vê, há uma presença marcante dos ex-petistas nesse cenário de denúncias intermináveis que naturalmente está a exigir uma assepsia geral e irrestrita sem perda de tempo e de oportunidades.

Imaginamos ser oportuno agora um reforço da equipe técnica da CPMI dos Correios porque as denúncias espantam. Há, na verdade, um esquema de corrupção sem precedentes. E, certamente, se, no período Collor de Mello, estávamos mais restritos a algumas pessoas envolvidas em corrupção, a partir de PC Farias, alguns oriundos especialmente da chamada “República das Alagoas”, hoje, o esquema de corrupção instalado na Esplanada dos Ministérios alcança outros agentes, outros artífices. Esse esquema já alcançou partidos políticos que foram denunciados, citados, partidos da base aliada do governo, como políticos, parlamentares ou executivos ocupantes de cargos comissionados do atual governo, ou mesmo ocupantes de cargos na estrutura do Partido dos Tra-

balhadores. Portanto, o modelo de corrupção praticado hoje, ou instalado hoje, na Esplanada dos Ministérios, evidentemente com sucursais em alguns Estados, é muito mais amplo e tem um alcance superior àquele deflagrado no período do Presidente Collor, que culminou com o *impeachment* do Presidente.

Vou conceder, com prazer, um aparte à Senadora Heloísa Helena, esperando que não seja um protesto pela referência feita, porque, na verdade, a referência não é feita à Alagoas da qual todos nós nos orgulhamos, inclusive a Senadora Heloísa Helena, mas àquela republiquetá caricata que foi instituída e constituída em determinado pedaço de Brasília, e não no território das Alagoas.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Pronto, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a já fez a ressalva absolutamente necessária. V. Ex^a viu nos meus olhos o que eu ia fazer, até porque muitos “ilustres” da chamada “República das Alagoas” hoje são ilustres queridos do Presidente Lula. Tendo V. Ex^a feito essa ressalva aos alagoanos maravilhosos, honestos, corajosos, agradeço o aparte.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sem dúvida, Senadora Heloísa Helena. Aliás, Alagoas é uma terra fantástica. Deus foi generoso, oferecendo belezas naturais imbatíveis àquela terra. Mas, lamentavelmente,...

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Foi por isso que Ele colocou ali uma elite bem canalhinha, para compensar e não ser injusto com os outros Estados.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E das Alagoas temos tido tanta coisa boa na política, como a Senadora Heloísa Helena, como Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas, que nos legou, como herança bendita, o seu filho Teotonio, que nos honra e nos orgulha nesta Casa e no nosso Partido, o PSDB.

Portanto, a referência feita, eu tenho absoluta convicção, os alagoanos entenderam muito bem, mas é sempre bom enfatizar, para que dúvida não persista em relação à verdadeira intenção ao fazer referência àquele fato histórico.

Eu estava dizendo da necessidade de se reforçar a equipe técnica dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Porque as provas testemunhais são robustas, são incontestavelmente inúmeras. Temos à farta provas testemunhais e precisamos buscar provas documentais que possam dar consistência à eventual denúncia e responsabilização civil e criminal dos envolvidos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É evidente que não nos alimenta o ódio. Ao contrário. Pode nos alimentar a ira santa, que é absolutamente imprescindível para que, em nome de uma sociedade sedenta de modernização e de progresso, possa se conter o processo de corrupção, que é deletério, que corrompe as estruturas do Poder Público nacional em favor da construção de um novo tempo de progresso, de avanço, de distribuição de renda, de modernidade e de justiça social.

Portanto, queremos, sim, Sr. Presidente, uma assessoria com competência e, por isso, a necessidade de requisição de técnicos do Tribunal de Contas da União, da Polícia Federal, do Ministério Público, do Banco Central, da Receita Federal, desse órgão instalado no Ministério da Fazenda.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já estou concluindo, Sr. Presidente. Já completei os quinze minutos? Sr. Presidente, o tema realmente é de tal proporção, que o tempo voa e não nos apercebemos. Mas vou concluir.

Apenas para finalizar, eu citava esse órgão do Ministério da Fazenda, o Coaf, que revelou os números dos recursos repassados pelo Banco Rural ao publicitário de Minas Gerais, que deve ser ouvido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Até para que esses depoimentos possam alcançar resultados práticos, necessitamos uma assessoria técnica competente para nos orientar nos momentos de questionarmos, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito possa significar o caminho...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...para a rigorosa punição que o Brasil exige.

Não podemos compactuar e conviver com esse esquema de corrupção que, lamentavelmente, debilita as instituições públicas do nosso País e semeia a desesperança no povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, se alguém tem ainda alguma dúvida do tamanho significativo e assustador dessa crise, esse alguém deve imediatamente procurar um psicólogo, ajuda psicanalítica, ajuda psiquiátrica, porque o seu deslocamento da realidade está acima do que pode ser tolerado pelos padrões da normalidade.

Já ouvi aqui no Senado, hoje, expressões do tipo: destampou tudo. Já ouvi coisas – e concordo – do tipo: tudo que o Deputado Roberto Jefferson (que, por sua vez, é acusado de coisas gravíssimas) denunciou está sendo confirmado. O Senador Alvaro Dias me dizia ain-

da há pouco: "R\$20 milhões para comprar gado, haja terra e haja boi". E haja churrasco e haja pasto.

O Deputado Paulo Delgado, do PT de Minas Gerais, que é uma figura admirável pela sua cordialidade, pela sua seriedade, concedeu a um grande jornal brasileiro, neste fim de semana, uma entrevista marcante. Diz ele que só uma coisa pode salvar o PT e, por extensão, o Governo Lula: a verdade. Há as desculpas, os álibis: não foi bem assim, foi para comprar gado, poderia ter sido assado, quem sabe, ela está mentindo, afinal de contas, o Sr. Roberto Jefferson não conhecia a sra. Karina – não a conhecia que eu saiba –, e a sra. Karina diz coisas que batem com o que diz o Sr. Roberto Jefferson.

A CPI está no seu começo e já se torna um fato de enorme alcance, de enorme repercussão. Repito: no seu começo, no começo do seu começo.

Há apatia do Governo. Há incapacidade do Governo de gerar fatos efetivamente positivos, e não esses: "Vamos fazer uma agenda positiva." Então, fingimos que não há nada de mais. Vamos brincar de agenda positiva durante dois ou três meses, fazendo de conta que não há nada de podre no reino da Dinamarca. Isso não é aceitável. A incompetência alia-se a toda essa leniência com a corrupção. E se quiserem um retrato da incompetência, direi que o retrato é precisamente aquele da visita do alto comando do PMDB ao Presidente Lula, que dá como fato consumado um acordo que não tinha sido combinado com o PMDB. Sabemos, hoje, que os Governadores não querem o acordo. Sabemos, hoje, que uma parte do PMDB não quer o acordo. Sabemos, hoje, que o PMDB não está uno no projeto de apoiar o Governo Lula. Além disso, o método foi errado. O método foi chegar oferecendo mais cargos. O Presidente deveria saber que o problema todo se deu por causa da distribuição atabalhoadas e sem critérios de cargos no seu Governo.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concederei o aparte em um segundo, Senador José Jorge, com muito prazer.

Quando vejo, pouco depois da efeméride, braços levantados, sorrisos, vejo que não houve acordo algum e penso: Meu Deus! Falta ao Presidente Lula a sabedoria do velho PSD, que combinava as coisas para que, na reunião, tudo se desse conforme o combinado. Falta ao Presidente Lula maturidade para tocar o País. Isso está mais do que visível. Estamos, hoje, todos na dependência de um fato gravíssimo: todos torcemos para que o Presidente Lula – e esta é a melhor das hipóteses – seja um néscio, seja um tolo; não sabendo de nada, não tinha responsabilidade qualquer, até

porque néscio, até porque tolo, até porque desavisado, até porque despreparado, até porque alienado.

Não dá para desconfiarmos mais do tamanho dessa crise.

Concedo um aparte ao Senador José Jorge, nobre Líder da Minoria nesta Casa.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de concordar com V. Ex^a e de dizer que, infelizmente, fica muito difícil acreditar que o Presidente Lula não soubesse de toda essa corrupção que estava existindo à sua volta. É muito difícil acreditarmos que uma pessoa que foi candidato a Presidente por três vezes e se elegeu Presidente seja um inepto. Na realidade, penso que o Presidente Lula sabia de tudo e não tomou as providências que deveria ter tomado. Agora mesmo, nesse fim de semana, vimos que esse Sr. Valério retirou R\$20,6 milhões em dinheiro, e agora está dizendo que comprou gado, sendo que não tem fazenda. Se comprou gado, eram 40 mil cabeças de gado. É muito boi! Ele deixou de ser uma espécie de rei da publicidade oficial para ser, agora, o "rei do gado". Esse Sr. Valério, com essa quantidade de gado que comprou em um prazo tão curto, é o novo "rei do gado" do Brasil. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele pode também, Senador José Jorge, ter comprado, por esse dinheiro todo, aquele touro Bandido, da novela "América". Pode ser que só um animal valha tudo. Assim, está justificado contabilmente.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Senador Arthur, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Eu perguntaria ao Senador José Jorge se seria "rei do gado", "rei do gato" ou "rei do rato"?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Penso que seria mais "rei do rato". (Risos.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Queria aproveitar o ensejo. V. Ex^a afirmou e traduziu aqui o sentimento de todos nós. Todos torcemos realmente para que a situação volte ao normal e para que o Presidente Lula acerte. Hoje, aqui neste plenário, li um texto escrito por um dos fundadores do PT lá na minha terra, uma pessoa por quem todo o Acre tem o maior respeito, o jornalista Antonio Alves. Ele escreveu há poucos dias, em seu **blog**, sobre o seu sentimento em face de tudo isso que está acontecendo. Hoje ele volta à carga, já sem qualquer esperança, e diz: "Para mim, já deu. Não vou mais ficar triste com o destino do Lula ou do PT. Torço para que se recuperem, sigam adiante e façam boas coisas, mas não dá para se identificar com eles, sua linguagem, seus valores." Neste ponto,

Senador Arthur Virgílio, entra aquela parte que V. Ex^a estava traduzindo por todos nós: "O Governo do Lula é como a seleção do Parreira. A gente torce a favor porque, afinal de contas, está jogando contra argentinos metidos ou ingleses arrogantes, mas não dá para ficar triste se levar uma goleada da Nigéria ou de Camarões." É o espírito que V. Ex^a acabou de traduzir e que creio estar no coração de todo brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Concluo, Sr. Presidente, dizendo algo bem simples...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Primeiro, não está na vez e não está na hora de desculpas do tipo: não se provou, não está suficientemente provado, não há documento, não há gravação, essas conversas. Não resolveram até agora e o destampatório foi muito forte para que, daqui para frente, possam ainda tergiversar pelo caminho delas. Segundo – e isso me impressiona muito negativamente –, não há uma só declaração indignada de ninguém deste Governo contra tantas acusações.

Certa vez, acompanhei o Líder Freitas Nobre, figura inesquecível, para ouvir um personagem da política brasileira que se defendia. Defendeu-se corretamente: acusação nº 1, defesa nº 1; acusação nº 37, defesa nº 37; acusação nº 64, defesa nº 64. Na volta, perguntei ao Freitas: "Líder, que lhe pareceu? Foi bem? Foi mal?" Ele disse: "Tecnicamente ele foi bem" – e nem é o caso de um Governo que vai muito mal tecnicamente ao responder, até porque não responde às acusações que sofre. E acrescentou: "O que falta ao personagem em tela" – cujo nome não preciso citar agora – "é a indignação de inocentes." Eles ouvem tudo, cobras e lagartos, e não há uma só declaração indignada de ninguém deste Governo, o que corresponde quase a uma confissão de culpa.

Estamos passando para a fase do alerta vermelho. O Governo deve providenciar aquilo que lhe é exigido pelo Deputado Paulo Delgado, do PT de Minas, na entrevista que concedeu a um jornal deste País, nesse fim de semana – entrevista lúcida, correta, própria de S. Ex^a –, dizendo: "Só a verdade salva o PT." Portanto, acrescento: só a verdade poderá salvar este Governo.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De meia verdade em meia verdade, de mentira em mentira, de tergiversação em tergiversação, este Governo poderá estar cavando para si e para o País momentos obscuros, de trevas, de muita inquietação, de muita infelicidade.

Por enquanto, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

V. Ex^a disporia de quinze minutos, Senador, mas faço um apelo para que contenha o seu pronunciamento em dez minutos, para dar oportunidade aos outros oradores.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tentarei atendê-lo, mas considero essa quase uma missão impossível, até porque iniciarei meu pronunciamento tratando de um assunto que foge um pouco à pauta que domina o cenário nacional, que é exatamente a sucessão de escândalos, de denúncias, de conexões que se vão fazendo, hora a hora, sobre esse assunto que começou com uma mera gravação. O Presidente da República chegou a dizer que a crise se resumia a um funcionário de quarto ou de quinto escalão que recebeu R\$3 mil. E V. Ex^{as}s estão assistindo para onde vai essa crise. Voltarei a esse assunto.

Sr. Presidente, falarei, em primeiro lugar, sobre algo que suscita também muitas preocupações no cenário político e administrativo brasileiro, que é a manifestação, à qual Brasília assistirá amanhã, dos produtores rurais de todo o País, que estão aqui para fazer um alerta do campo. Esse movimento está sendo chamado de "tratoraço". Eles explicam, por meio de um documento, a crise por que passa a agricultura brasileira.

Defendem eles que, no ano de 2003, a agricultura era o suporte básico da nossa economia; cresceu a quase 9% ao ano, quando o País não cresceu; sustentou a economia brasileira; mas, nem por isso, merece hoje a devida atenção do Governo Federal, porque, se a safra de 2004 foi plantada com o dólar valendo de R\$3,40 a R\$3,50, hoje essa mesma safra está sendo vendida com o dólar a R\$2,40. Com os juros como estão, é impossível a qualquer agricultor arcar com seus compromissos perante os bancos oficiais e perante instituições privadas, que financiam a safra por falta até de financiamento oficial para o plantio.

Portanto, a crise é grave, é gravíssima. É preciso que o Governo Federal deixe de ser meramente ouvido de mercador, que não ouve sequer seu Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, um dos Ministros competentes deste Governo, e ouça apenas o setor da economia, o setor financeiro, que se locupleta cada vez mais com lucros maiores. Todos os bancos estão ganhando, porque basta comprar título do Governo que tem assegurado um ganho de 19,75%, que são os

juros da taxa Selic. Que o Governo saia desta posição imobilista. Que ele esteja atento porque este setor é importantíssimo para a Nação brasileira. Ele representa 33% de tudo o que se produz no País e 37% da geração dos empregos em nível nacional. Se entrar em crise o campo, quem vai pagar são as cidades, que terão os trabalhadores vivendo de subemprego, aumentando o inchaço das metrópoles e trazendo todos os problemas sociais que conhecemos muito bem.

Estão aqui os produtores rurais, que vieram a Brasília para explicar à sociedade as razões que causaram a atual crise no campo. Entre elas o aumento do custo da produção, a queda dos preços agrícolas, a perda da produção por problemas climáticos, a ausência de seguro rural, a defasagem cambial, que reduz o preço recebido, a dificuldade de prorrogação dos financiamentos junto aos bancos na negociação caso a caso, a falta de instrumento que possibilite um alongamento nos prazos de pagamento na aquisição de defensivos, fertilizantes, máquinas e outros insumos agropecuários junto aos fornecedores privados; além da deficiência de logística e infra-estrutura para o armazenamento e escoamento da safra, que é um problema crônico, e o Governo Federal nada providencia para melhorar a situação lastimável das nossas estradas, portos e ferrovias. Cabe citar ainda a importação de produtos agrícolas do Mercosul e a proibição de os produtores brasileiros comprarem defensivos mais baratos de outros países, inclusive de países do Mercosul. Nós podemos importar o milho e depreciar o preço do nosso produto, mas não podemos importar defensivos mais baratos.

É bom que o Governo fique alerta, uma vez que acusa a todos de tentar desestabilizar, de tirar a governabilidade, quando é ele o centro da crise. Se o Presidente Lula hoje pegar o "Aero-Lula" e viajar, viajou a crise, porque a crise está dentro do próprio Governo.

Feita essa observação e esse alerta para que o Governo tenha sensibilidade com os agricultores e os produtores brasileiros, entro, Sr. Presidente, na questão...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador César Borges, antes de V. Ex^a mudar de assunto?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Eu queria manifestar também o meu apoio à tese de V. Ex^a. Realmente o Governo é devedor da agricultura do País e dos agricultores. É um Governo que apenas assiste à competência e ao trabalho. O produtor agrícola do nosso País é bravo e competente; tem produzido extraordinariamente, em que pese a ausência de uma

política agrícola definida e do apoio governamental. Ele compete de forma desigual com os seus concorrentes internacionais no momento da exportação, porque enfrenta a política protecionista dos Estados Unidos, do Japão, dos países avançados da Europa, as barreiras alfandegárias e não-alfandegárias, enfim, disputa o mercado internacional em terrível desvantagem. Apesar disso, promove o progresso tecnológico, moderniza o campo, avança extraordinariamente e, quando há uma crise como esta que estamos vivendo, é justo exigir do Governo que devolva um pouco daquilo que toma em excesso do produtor rural brasileiro. V. Ex^a, por essa razão, merece os nossos aplausos, pois está defendendo uma causa justa, uma causa do País, porque a agricultura é a alavancagem formidável no processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a conhece bem a situação, visto que é de um Estado produtor, o Paraná, e tem sensibilidade para esse setor. Mas, infelizmente, o setor que comanda a economia brasileira não tem essa sensibilidade. Só se preocupa com superávit primário e já trabalha no sentido de ter o déficit nominal zerado também. Onde vamos parar, Senador Alvaro Dias? Até a Ministra da Casa Civil já se considera assustada com essa proposta.

Eu queria convidar todas as Senadoras e todos os Senadores para participarem amanhã, às 15 horas, na Câmara dos Deputados, de uma reunião conjunta da Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado para debater esses problemas.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, estamos aqui sob o impacto das denúncias das revistas semanais desse final de semana, principalmente da **IstoÉ**, intitulada "A Rota do Mensalão", sobre a qual vários Senadores se referiram. As conexões estão feitas. Chamo a atenção para o fato de que nós, que temos como uma das nossas funções constitucionais a fiscalização do Executivo – e essa fiscalização se dá inclusive através da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito existente –, estamos indo a reboque da mídia.

Quero parabenizar a imprensa brasileira, que está conseguindo, pouco a pouco, mostrar a verdade à Nação. Não são poucas manchetes, mas enxurradas delas que estão acontecendo em todos os jornais, em todas as revistas semanais.

Na semana passada, fiz um requerimento, como membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – e entreguei o requerimento na terça-feira, Senadora Heloísa Helena –, para que tivéssemos, para o conhecimento da Comissão, a relação de todos os saques acima de R\$100 mil feitos pela empresa de

publicidade SMPB, de Minas Gerais, e a DNA, também de Minas Gerais, no Banco Rural.

Pois bem! Meu requerimento não foi apreciado, meu requerimento não foi votado. E hoje, o que acontece? A revista **IstoÉ** traz aqui essa relação, fornecida pela Coaf, que é o Conselho de Controle de Atividades Financeiras. E só houve essa fiscalização a partir das denúncias, a partir da divulgação da fita dos Correios, antes até da instalação da CPMI dos Correios.

Então, se não fosse a denúncia e tudo o que a imprensa e a mídia fizeram no Brasil, estaríamos também com esse caso abafado.

Portanto, estamos realmente a reboque do que está saindo na mídia. A CPMI não está trabalhando como deveria trabalhar, com a agilidade devida, aprovando os requerimentos, apresentando às Sras e aos Srs. Senadores esses documentos que mostram o saque de R\$20 milhões em dinheiro vivo! Vinte milhões em dinheiro vivo!

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a gostaria de um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só para compartilhar com a preocupação de V. Ex^a. É claro que não vamos querer disputar com o jornalismo investigativo. V. Ex^a saudou o jornalismo investigativo também. Mas quero aproveitar o aparte para solicitar que todo o processo de instrução das licitações possa ser disponibilizado, porque, nesta semana, vêm diretores, os ex-diretores das áreas que estão sendo denunciados pelos indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública. Não adianta para nenhum parlamentar, como para nenhum técnico, analisar simplesmente o contrato, porque a fraude da especificação técnica ou da criação fraudulenta de uma demanda para que o empresário ganhe o processo de licitação vai desde o processo de instrução para o edital de licitação. Então, faço um apelo – aproveitando o aparte a V. Ex^a – para que todos os requerimentos possam ser analisados o mais rapidamente possível, senão vamos estar diante dos diretores sem os instrumentos necessários para identificar onde houve a fraude, desde o processo de instrução, no contrato, e, depois, no processo de execução de contrato e nos termos aditivos também. Então, este aparte é para compartilhar da preocupação de V. Ex^a e solicitar que a Comissão agilize, porque há muitos requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de muitas pessoas que estão sendo denunciadas também, além desse que é essencial. Todo o processo de instrução, antes do contrato, depois da execução e dos termos aditivos, é essencial para os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador César Borges, antes que V. Ex^a res-

ponda à Senadora Heloísa Helena, vou prorrogar a sessão por mais 15 minutos, sendo cinco minutos para que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento e 10 minutos para outros dois oradores que ainda ocuparão a tribuna.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem inteira e absoluta razão, porque, até no caso do contrato das empresas de publicidade, estamos cientes de que houve interferência do Palácio do Planalto, por intermédio do Ministro Gushiken, para modificar a maneira como eram selecionadas as empresas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O departamento jurídico dos Correios solicitou que a Seicom assumisse efetivamente a responsabilidade pela modificação, diminuindo a exigência do patrimônio líquido de R\$3 milhões para R\$2 milhões, para que a empresa SMP&B pudesse participar e ser vencedora da licitação. O departamento jurídico dos Correios foi contrário, e temos que verificar, de forma antecipada, como é que a licitação, a preparação do edital e as normas foram modificadas para permitir a inclusão dessas empresas.

Sr. Presidente, por incrível que pareça, essa empresa detém conta hoje com o Banco do Brasil, com os Correios, com a Eletronorte, com o Ministério do Trabalho.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Trata-se de valores que chegam a R\$700 milhões, Sr. Presidente.

O próprio Deputado Paulo Delgado chegou à conclusão de que o Governo se entregou à publicidade. Se fosse para fazer publicidade do Governo, seria até – eu não diria – justificável, mas poderia se dizer que haveria licitude, porque se fez concorrência. Mas, não, Sr. Presidente. O Banco Popular, que gastou R\$24 milhões em publicidade, emprestou apenas R\$20 milhões. Agora, foram gastos R\$24 milhões em publicidade? Não, Sr. Presidente. Aí é que está. O Governo está batendo recorde de gastos em publicidade, chegando a quase R\$1 bilhão. Agora, são gastos com publicidade? Não, Senador Augusto Botelho. Nesse valor está embutido um valor a ser subtraído e incluído na mala para compra de consciências, por meio do famoso “mensalão”, no Congresso Nacional, de forma mais especial na Câmara dos Deputados.

É isso que a Nação brasileira está vendo. A conexão está feita. A partir de uma fita simples de um funcionário que, segundo o Presidente Lula, é de ter-

ceiro escalão, vem a declaração do Deputado Roberto Jefferson. Não há como se desqualificarem suas declarações, porque tudo está sendo comprovado. A partir das denúncias do Deputado Roberto Jefferson – não faço nenhum julgamento sobre o Deputado Roberto Jefferson, mas, sim, sobre suas denúncias que estão sendo comprovadas, dia-a-dia, pela mídia –, chegou-se a essas empresas de Belo Horizonte do Sr. Marcos Valério, que negou inicialmente o fato. Veio, então, a denúncia da própria secretária Karina Somaggio. Posteriormente, o Banco Central comprovou que existem saques em dinheiro de valores absolutamente inadmissíveis, o que só pode significar lavagem de dinheiro ou efetivamente o que disse Roberto Jefferson: dinheiro para comprar a consciência de Deputados e subverter o processo político brasileiro, aprovando reformas e medidas provisórias que o Governo deseja.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concederei, em seguida, um aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Ex^as devem lembrar como eram aprovadas, rapidamente e sem modificação, as medidas provisórias na Câmara dos Deputados. Quando chegavam ao Senado, tínhamos o trabalho de revê-las, de reanalisá-las e ficávamos sem entender como a Câmara dos Deputados havia aprovado com tanta rapidez aquelas medidas provisórias e os projetos encaminhados pelo Governo Federal, muitas vezes sem alteração alguma.

Concedo o aparte ao nobre Senador por Sergipe Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador César Borges, quero apenas registrar, como adendo ao seu pronunciamento, a conduta retílinea que reflete bem o caráter e a personalidade do Presidente da CPMI, Senador Delcídio Amaral. Ainda não estive pessoalmente com S. Ex^a para confirmar o que li na imprensa, mas acredito que seja verdadeira a sua pretensão de entregar a Liderança do PT a outro companheiro seu para que possa dedicar-se de corpo e alma a desvendar todos os fatos relacionados às denúncias feitas diariamente por meio da imprensa, que tem, efetivamente, realizado um grande trabalho de investigação e proporcionado, como V. Ex^a disse, a oportunidade de os Senadores se dedicarem, mais ainda, à elucidação dos fatos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Destaco também a atuação de V. Ex^a na CPMI – tenho visto pela televisão e pessoalmente, quando

compareço –, procurando cumprir o seu papel e a sua obrigação como Senador, membro de uma comissão das mais importantes. Fui um dos primeiros a assinar o requerimento para instalação dessa CPMI e o fiz com o pensamento no País e também na intenção de ajudar a desvendar a verdade, como falou o Deputado do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, Paulo Delgado. Quem for o culpado que pague. Mas não estamos no Senado Federal, seja da Oposição, seja do Governo, para amparar quem quer que seja, mas, sim, para exercer plenamente a democracia – que passa pela investigação realizada pelos Poderes Legislativo e Executivo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Notadamente agora, com essas denúncias feitas nesta semana, uma nova linha de investigação pode ser adotada a fim de descobrir, o mais rápido possível, os verdadeiros culpados para que sejam punidos exemplarmente. Obrigado a V. Ex^a pela atenção.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e espero que o Governo possa ouvir as suas palavras, porque até agora ele não tem colaborado efetivamente.

Por que a Polícia Federal ainda não ouviu o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Sílvio Pereira, que estão envolvidos? Por que a CPMI ainda não convocou o Ministro Luiz Gushiken, que está diretamente envolvido? Disseram que ele tem influência na licitação dos Correios para contratação de uma empresa de publicidade.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, para não abusar e encerrar no meu tempo, eu havia dito ao Senador Delcídio Amaral que era impossível imaginar uma comissão parlamentar mista de inquérito investigando o Governo, investigando basicamente o PT, pois PT e Governo não se desassociam mais, porque o aparelhamento do Estado foi tão grande que o PT achou que o Governo era dele. O PT está em todas as áreas do Governo. O aparelhamento do Governo foi realmente total e completo. Sabemos disso pelo PT em detrimento até de outros partidos, que eles achavam que poderiam comprar pelo “mensalão”.

Sr. Presidente, como é que o Líder do PT nesta Casa, o Senador Delcídio Amaral, teria isenção para presidir essa CPMI? Ele faz muito bem em renunciar à liderança do PT ou renunciar à Presidência da CPMI, que deveria ser dada à Oposição, como de praxe.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estaria o Governo isento de qualquer tipo de suspeição e também o próprio Senador Delcídio Amaral? Respeito-o e o considero uma figura lhana, correta – não tenho reparos a fazer sobre a figura do Senador Delcídio Amaral. Houve insistência do Presidente Lula para que ele disputasse a Presidência, e ele devia ter resistido, como fez na véspera. Mas, no dia seguinte, cedeu – infelizmente, cedeu. Hoje recai sempre essa suspeição de que há uma chapa branca para amortecer as investigações, para colocar em marcha lenta e fazer, inclusive, com que sejamos desmoralizados, porque vamos correr atrás do que a imprensa vai trazer a cada semana, a cada dia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, por ordem de inscrição. S. Ex^a dispõe de cinco minutos. Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy, também por ordem de inscrição, por cinco minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, estamos aqui em uma sessão cuja metade do tempo foi dedicada às denúncias trazidas pelas revistas semanais, principalmente a **Época** e a **IstoÉ**. São denúncias que, é claro, merecem ser imediatamente apuradas. E há um clamor de toda a Nação brasileira no sentido de que isso seja feito como está sendo feito, sem açodamento, sem radicalismos, mas com critério, com seriedade, como o momento exige. O momento é da maior gravidade, e exige que cada um se componetere do seu dever, principalmente aqueles que estão tomando assento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura todo esse vendaval de denúncias que invadiu o País.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, relembro que o debate deve ser também voltado para a chamada reforma política. Hoje, os jornais – aliás, não apenas hoje, mas durante todo o fim de semana – advertiram para alguns equívocos que estão sendo cometidos com o processo de reforma política, que se encontra na Câmara dos Deputados, depois de ter sido aprovado no Senado Federal. O equívoco diz respeito à lista de parlamentares. Seria adotada no País uma lista que daria oportunidade ao eleitor de, pela primeira vez, em vez de votar no candidato, votar no partido. Sabe-se

hoje que, no Brasil, a grande maioria do eleitorado se volta mais para o candidato do que para o partido.

Então, o que se diz a respeito do que foi mostrado pela imprensa – vou procurar me aprofundar, é claro, nessa matéria – é que os Parlamentares atuais figurariam inicialmente na lista. Isso poderia se transformar no famoso “chapão”, aquele “chapão” tão condenado ao longo dos anos.

Por outro lado, o financiamento público de campanha – que é a providência mais acertada, tendo em vista os escândalos que aí estão – também teria que ser adotado com maior rigor e com maior cuidado.

Não tenho condições, com o tempo que me foi cedido, de fazer uma análise mais aprofundada, como a que foi feita pela jornalista Helena Chagas no matutino **O Globo**, edição de hoje. Mas prometo, Sr. Presidente, perseverar nesse caminho, nessa preocupação com o que poderá acontecer depois. Mesmo punidos todos aqueles, como serão punidos, tenho certeza, que forem culpados agora, é preciso cuidar do futuro, lançar um olhar para o futuro, e votar a reforma política da forma mais correta possível.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Agradeço a V. Ex^a por ter cumprido o horário dentro do prazo estabelecido, como sempre.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por ocasião do último Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, tive a oportunidade de dialogar com a Sr^a Danielle Mitterrand, viúva do Presidente da França, por 14 anos, François Mitterrand, que tanto significou a vida política nacional francesa e que se constituiu, na verdade, em um exemplo de estadista.

François Mitterrand, em 1988, quando iniciou seu segundo mandato, colocou em prática um de seus principais compromissos: a instituição da *revenue minimum d'insertion*, que é uma renda mínima de inserção para todos os franceses, o que pode ser considerado um passo na direção de uma renda básica de cidadania.

A Sr^a Danielle Mitterrand falou-me da importância de se instituir o direito humano universal à água. Ela é uma das principais proponentes dessa batalha, ela que esteve presente na Jornada Especial de Roma, em Campidoglio, em 10 de dezembro de 2003, quando foi proclamada a Declaração da Água como Direito Humano Universal: “Declaremos o Direito Humano à Água”.

É tão importante o documento, que passarei a lê-lo. Certamente, aqueles Parlamentares que aqui tanto

têm dialogado sobre a água – a água do rio Amazonas, a água do rio São Francisco, a água do Nordeste brasileiro, e assim por diante – têm essa preocupação.

Declaração de Roma, de 10 de dezembro de 2003

1 – Há no mundo, ainda hoje, mais de 1,4 bilhão de pessoas sem acesso à água potável e 2,4 bilhões sem acesso a redes de distribuição de água e saneamento básico, em decorrência do que morrem, por dia, 30 mil seres humanos, vitimados por doenças decorrentes da falta de água saudável ou de meios de higiene adequados. Entretanto, em 1980, as Nações Unidas tinham promovido “O decênio da Água e do Saneamento” (1981-1991), com o objetivo de garantir o acesso de todos à água até o ano 2000!

2 – A comunidade internacional (institucional) continua recusando-se a reconhecer o acesso à água como um direito humano, isto é, universal, indivisível e imprescritível. Em particular, desde a Conferência Internacional da Água (Dublin, 1992), ela prefere tratar o acesso à água como necessidade essencial, e a água, como matéria-prima, bem econômico, favorecendo com isso as políticas orientadas para o mercado, a privatização da gestão dos serviços hídricos, a mercantilização da água.

Em novembro de 2002, o Comitê das Nações Unidas para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais afirmou que o acesso ao fornecimento adequado de água de uso pessoal e doméstico constitui um direito humano básico de toda pessoa. Em seu “Comentário Geral” nº 15, relativo à implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, o Comitê resalta que “o direito humano à água é indispensável para viver a existência própria em condições de dignidade humana. Esse direito constitui pré-requisito para a realização dos outros direitos humanos. O “Comentário Geral”, infelizmente, não tem caráter impositivo para os 146 Estados signatários da Convenção. Por isso, os mesmos Estados reiteraram, em março de 2003...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Gostaria apenas de avançar um pouco mais, Senador Mão Santa. Com a maior honra, quero lhe conceder o aparte.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Se me permite o Senador Augusto Botelho, porque se trata de uma questão de grande relevância. Hoje aqui se tratou tanto da questão relativa aos episódios dos Correios. A água é algo que limpa a alma e o corpo dos seres humanos. Os brasileiros merecem essa água que poderá limpar todos nós.

Assim, pediria muito a V. Ex^a a gentileza de alguma tolerância.

Senador Mão Santa, quero avançar um pouquinho mais para, com toda a honra, conceder-lhe o aparte.

Por isso, os mesmos Estados reiteraram, em março de 2003, na declaração ministerial final do 3º Fórum Mundial da Água, que o acesso à água é uma necessidade vital (não um direito) e que a água deve ser considerada, principalmente, um bem econômico, ao qual cumpre atribuir valor econômico, em função de um preço de mercado suficiente para recuperar o preço total de produção (incluído o lucro).

Muito felizmente, nesse mesmo Fórum, várias organizações partícipes externaram opiniões divergentes. Em particular, a Igreja Católica apresentou um documento em que defendeu o princípio de que o acesso à água é um direito humano e fez importantes ressalvas no tocante à privatização da gestão dos serviços hídricos. O Sindicato Internacional dos Serviços Públicos também se manifestou nesse sentido.

O direito à água já foi mencionado em atos e decisões de caráter internacional. A Convenção sobre os Direitos da Infância, por exemplo, contém referência à água. A Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a água, em Mar Del Plata, em 1977, estabeleceu que toda pessoa tem direito ao acesso à água potável para satisfazer suas necessidades básicas. Mas, em realidade, os líderes políticos, econômicos e técnico-científicos dos países mais ricos e poderosos do mundo – bem como, amiúde, as classes dirigentes dos países ditos em desenvolvimento – têm praticado políticas institucionais, financeiras, agrícolas, industriais e comerciais com gravíssimos efeitos devastadores opostos às escassas declarações de princípio a favor do direito humano à água;

As perspectivas também não parecem muito auspiciosas. Parece haver uma tendência ao fortalecimento da mercantilização da água. Há mais ou menos 10 anos que as análises e “previsões” da ONU, da FAO, da OMS, da UNECO, do PNUD e do Banco Mundial só “anunciam”:

– um aprofundamento da “crise hídrica” no mundo. Vaticina-se que em 2032, decorridos 40 anos da Primeira Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, 60% da

população mundial “viverá” em regiões do mundo caracterizadas por acentuada escassez hídrica;

– graves problemas de abastecimento hídrico para a agricultura na China, Índia e nos Estados Unidos. Os lençóis freáticos nesses países baixaram consideravelmente devido às excessivas retiradas efetuadas nos últimos 50 anos pela agricultura e indústria, inclusive para a produção de energia;

– a multiplicação e intensificação dos conflitos entre Estados, gerados pela concorrência no uso da água. Desde já, a água só é referida como sendo “ouro azul” e se vaticina que o século XXI será o século das “guerras da água”.

Esses futuros são possíveis, porém inaceitáveis.

O ano de 2003 foi declarado pelas Nações Unidas Ano Internacional da Água. No momento em que acaba este ano, reunimo-nos, na qualidade de simples cidadãos provenientes de diversas regiões do mundo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)
–...no intuito de evitar que este ano seja um ano de celebrações altamente retóricas...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
Faz soar a campainha) – Senador Suplicy, permita-me prorrogar a sessão por mais dez minutos para V. Ex^a e o Senador Antonio Carlos, também, falar.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)
– Agradeço muito a sua atenção, Senador Augusto, ainda mais que V. Ex^a é de um dos Estados brasileiros que tem maior quantidade de água limpa. Então, agradeço muito a sua generosidade.

...altamente retóricas e se encerre com insignificantes compromissos políticos concretos, como ocorreu com o G8 em junho passado em Évian!

Tinham anunciado os líderes do G8 que esperavam assumir compromissos importantes em matéria de água. Ventilou-se a possibilidade de triplicar a ajuda internacional para a água, aumentando-a até US\$30 bilhões por ano. A decepção foi grande: o G8 encerrou-se sem assumir qualquer compromisso no sentido previsto. Cabe salientar que o G8 vai se reunir daqui a alguns dias, Sr. Presidente.

Confrontados com essa realidade, desejamos reagir...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)
– ...e exortamos todos os cidadãos a mobilizar-se em torno dos seguintes princípios, objetivos e iniciativas, afirmamos que:

– o reconhecimento formal do direito à água é um passo fundamental para a concretização do direito à vida para todos;

– a realização do direito à água para todos é um pré-requisito para a erradicação total da pobreza no mundo;

– é economicamente exequível garantir o acesso à água para todos (e não apenas para a metade das pessoas atualmente privadas desse excesso) até 2015. Já em 1997, demonstraram as Nações Unidas (em especial o PNUD) ser economicamente exequível o objetivo de acesso à água para todos no prazo de 15 anos.

Inclusive V. Ex^a e a Bahia, Senador Antonio Carlos Magalhães, devem ter esse acesso à água.

O principal obstáculo não reside na ausência ou inadequação de recursos financeiros, competências ou tecnologias. Tais elementos existem. O que falta é vontade política e opções políticas e econômicas condizentes.

Por isso, é nossa opinião que:

– a exclusão da água – há 55 anos – do rol dos direitos explicitamente mencionados na Declaração Universal dos Direitos Humanos tem impedido os cidadãos de exercer pressões eficazes sobre os governos, favorecendo a afirmação, nas legislações nacionais e práticas políticas, em contexto internacional marcado por crescente economismo neoliberal, de abordagens e modos de gestão baseados na água como “bem econômico”;

– é urgente e indispensável reconhecer o caráter de “bem comum público” da água e dos ecossistemas, bem como excluir a água da categoria “bens e serviços mercantis”, e não apenas no que diz respeito à utilização da água potável. Por ser também elemento essencial e insubstituível de outras atividades econômicas de fundamental importância para o direito à vida e à convivência, deve a água ser considerada bem comum público, inclusive nessas utilizações;

– a água e os serviços hídricos não devem ser objeto de negociações comerciais no âmbito da OMC, mas de regras mundiais que definam e promovam a valorização e a gestão da água como bem comum e direito humano universal.

Para tanto, reafirmamos os princípios fundamentais: a água é um bem comum que pertence à Humanidade e a todas as espécies vivas; o acesso à água é um direito humano e social, individual e coletivo; é responsabilidade da coletividade o financiamento dos custos necessários para garantir a todo ser humano acesso à água, em quantidade e qualidade suficientes para a vida;

Em consequência, propomos que: entre as inúmeras ações e soluções conhecidas e possíveis, a Jornada Especial de Roma priorize os seis objetivos a seguir, a serem realizados no decorrer dos cinco, dez próximos anos.

Primeiro, constitucionalizar o direito à água:

– mediante sua inclusão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, com outros detalhes. Transformar a água em instrumento de paz. Liberar as carregadoras de água...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, solicito um aparte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– ...pôr fim aos bombeamentos e supraconsumo devastadores. Inventar uma finança cooperativa para a água. Ampliar a democracia “local”.

Sr. Presidente, peço que seja transcrita, inclusive nos seus detalhes, essa declaração e todos os seus signatários presentes naquela reunião.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, eu e o País estamos atentamente ouvindo V. Ex^a. Segundo os estudiosos da natureza do Universo, os fundamentos de tudo são o ar, a terra, o fogo e a água. V. Ex^a vem em boa hora falar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... da água, H₂O, justamente quando seu Partido está pegando fogo, o senhor traz água.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– É necessário.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permita mostrar a crença que tenho e o entusiasmo com que estou. Senadora Heloísa Helena, eu sempre acreditei na vitória do bem sobre o mal. Eis o Senador benigno, os malignos estão se acabando. V. Ex^a traduz isso tudo. Quero falar da minha satisfação, porque vim agora de São Paulo e senti que, para o paulista, homem, mulher, criança e idosos, V. Ex^a é o símbolo da esperança daquela estrela com a qual sonhamos todos nós do Brasil. V. Ex^a lá é mais do que a estrela e do que o sol, porque

V. Ex^a é a verdade, é a palavra verdadeira. Como Cristo disse, que tudo passa, só não passarão minhas palavras e as palavras de Suplicy para guiar o povo paulista.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Agradeço a gentileza. Concederei o aparte, apenas quero agradecer a gentileza do Senador Mão Santa. Quero aqui dar uma boa nova para muitas pessoas que aqui têm manifestado respeito pelo meu mandato.

Sabe, Senador Mão Santa, ontem, realizou-se, no Teatro Oficina, uma plenária, na qual compareceram de 500 a 600 pessoas – não contei exatamente, mas lotou o teatro e vieram pessoas dos mais diversos segmentos, dos movimentos sociais...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– ... e Parlamentares do PT. Vieram o Presidente do PT, José Genoíno; os candidatos a Presidente Plínio de Arruda Sampaio, Valter Pomar, Markus Sokol, Ivan Valente, Gilmar Tatto e Valter Teixeira. Os candidatos ao Governo de São Paulo, Aloizio Mercadante, Marta Suplicy e João Paulo Cunha.

O que foi mais especial para mim. Compareceram Celso Antonio Bandeira de Melo; Dalmo de Abreu Dallari. Assim compareceram juristas, mas também o representante dos Correios, dos moradores de rua, dos movimentos sociais. Veio o pessoal do *rap* das favelas do Capão Redondo, como o escritor Ferréz, que veio com os Detentos do Rap.

Manifestaram todos a importância de eu poder continuar aqui..

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Outro dia, o Fernando Rodrigues, da **Folha de S.Paulo**, perguntou se não seria exagero que eu, já Senador por dois mandatos, somando 16 anos, me candidatasse a mais um mandato, somando 24 anos.

Eu disse que seria melhor perguntar ao povo, aos meus companheiros. Por isso eu fiz a pergunta: deve o PT lançar o Senador Suplicy por mais oito anos? E, felizmente...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Respondendo ao povo de São Paulo, em homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães: Rui Barbosa passou 31 anos aqui. V. Ex^a tem que chegar lá.

O SR EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu não sabia dos 31 anos de mandato de Rui Barbosa. Que maravilha!

Mas, felizmente, todos vieram dizer positivamente, que eu deveria continuar, inclusive o meus companheiros e o próprio Presidente José Genoíno, o Mercadante, a Marta e o João Paulo Cunha; todos disseram. Então, hoje estou me sentindo como se tivesse tomado um ótimo banho de água limpa. Por isso, estou relacionando isso ao direito humano à água.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes, com muita honra.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– ...água suja?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Água limpa, de Roraima, de toda a Amazônia.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Supilcy, o meu aparte é exatamente para parabenizá-lo pela consagração que V. Ex^a recebeu ontem do povo de São Paulo, principalmente dos militantes. Tenho as minhas dúvidas quanto à sinceridade de alguns da cúpula do Partido que ali o homenageavam. Tenho medo de que dêem a V. Ex^a água envenenada, porque alguns que o estavam homenageando eram exatamente os que queriam derrubá-lo há poucos dias, quando V. Ex^a, com a sua consciência, clarividência e, acima de tudo, espírito voltado para a liberdade e para o esclarecimento dos fatos, assinou e defendeu a CPI dos Correios. Talvez, se tivessem ouvido V. Ex^a desde o princípio, e a CPI fosse instalada imediatamente, o Partido não tivesse passado por aquele suplício e sufoco. Esses fatos estariam mais encaminhados, e a dor inicial seria algo do passado. V. Ex^a falou da presença de vários candidatos a Governador. Só faltou o Deputado José Dirceu, que lançou a sua candidatura da tribuna da Câmara, na sua reestréia, com a presença inclusive de V. Ex^a no plenário.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Eu estava lá.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois é. Faltou ele. Mas deve ter mandado a V. Ex^a um telegrama, um conforto ou um apoio. Espero que essa candidatura agora seja para valer, porque eu já vi alguns desses, em diversas ocasiões, ora dizerem que V. Ex^a é o candidato, ora que não é o candidato. A maré baixou, e o PT hoje precisa de um nome inatacável, um nome de respeitabilidade, de credibilidade, um nome que o povo respeite. Sem dúvida nenhuma, a maior estrela de São Paulo é V. Ex^a. Se bem que o que me chamou a atenção não foi isso. Mostraram-me uma fotografia em que aparecem alguns carteiros com suas roupas características no fundo do plenário. Foram lhe prestar uma homenagem, dizendo que somente por sua palavra poderiam reparar a honra da categoria a que

pertencem e que está sendo chamuscada exatamente pelo Governo de V. Ex^a. Parabenizo-o por isso. O povo de São Paulo, felizmente, sabe separar o joio do trigo. Parabéns!

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Estou concluindo, Sr. Presidente.

É fato que ali estiveram trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos, lembrando o Sr. Porfino, que era o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na ECT em 1985, e episódios daquela época, quando o Ministro das Comunicações era o Senador Antonio Carlos Magalhães. Eles estão até hoje reivindicando direitos daquela época.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Naquela época, eles foram atendidos. Inclusive, tive uma luta com o Ministro Maílson da Nóbrega, exigindo o aumento deles ao ponto de ficarem iguais aos funcionários da Telebrás e, por isso, recebi grandes homenagens dos carteiros.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Creio que alguns deles foram afastados por causa da greve e me enviaram um documento que, depois, poderei encaminhar a V. Ex^a para que conheça a aspiração deles.

Sr. Presidente, agradeço as palavras do Senador Heráclito Fortes e concluo apenas requerendo que também seja parte deste meu pronunciamento o artigo do Ministro Olívio Dutra, “Lei de Saneamento é uma conquista da cidadania”, em que fala do projeto de lei encaminhado pelo Presidente da República que estabelece diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e política nacional de saneamento básico, que trata do saneamento e do fornecimento de água como uma garantia à população brasileira. Então se relaciona ao tema, e eu peço que ambos os documentos sejam transcritos.

Muito obrigado pela sua tolerância, prezado Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima e das boas águas limpas no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

O Valor - 24/06/05

Lei de Saneamento é uma conquista da cidadania

Por Olívio Dutra

O presidente da República enviou à Câmara dos Deputados em 23 de maio passado, o projeto de lei (PL) que estabelece as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico.

Encaminhado ao Congresso Nacional em regime de urgência constitucional, o PL nº 5.296/2005 trata de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. O documento é resultado de um esforço de equipe interministerial, coordenada pelo Ministério das Cidades, que aperfeiçou a versão preliminar, submetida a amplo processo de debate, através de 11 audiências públicas e de consulta pública pela internet.

Todas as entidades do setor participaram das discussões. A maioria delas, como a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (Fnsa), a Assemae, a FNU/Cut, a Fase, o Idex (Instituto de Defesa do Consumidor), e outras como a Abcon e a Abrelpe, apóiam o PL 5296. O projeto foi também aprovado no Conselho das Cidades e no Conselho Nacional de Saúde.

O PL 5296/2005 apóia-se na definição de serviço público de saneamento básico como essencial, ao qual todo cidadão tem direito ao acesso e que deve ser prestado de forma planejada e com qualidade. O texto, que preconiza a manutenção dos subsídios cruzados de forma transparente, estabelece diretrizes para planejamento, regulação, fiscalização e delegação dos serviços.

Foram fixadas ainda diretrizes para a cobrança de taxas e tarifas, a prática do subsídio cruzado e as relações de complementaridade entre os serviços integrados (que atendem mais de um município) e os de interesse local como a distribuição de água, a coleta dos esgotos e de lixo, por exemplo. Assim, o projeto de lei contribui decisivamente para a solução de conflitos nas regiões metropolitanas que envolvem municípios prestadores dos próprios serviços de distribuição de água e de coleta de esgotos.

O texto enviado ao Congresso segue a lógica na qual a prestação de serviço não deve se guiar exclusivamente pela busca da rentabilidade econômica e financeira. Os investimentos devem estar atrelados às metas de universalização e de integralidade a fim de possibilitar o acesso de todas as camadas da população ao serviço.

Importante destacar que o PL 5296/2005 se coaduna com a nova lei nº 11.107/2005, dos consórcios públicos e gestão associada de serviços públicos. O projeto contempla todas as alternativas de gestão dos serviços públicos de saneamento básico previstas nesta lei, como a formação de consórcios intermunicipais ou de vários municípios com o Estado. Isso viabiliza novos arranjos para a prestação dos serviços pelas companhias estaduais, o que permite maior participação do município e transparência para a população.

Atualmente, as formas organizacionais da prestação dos serviços são distintas para os diferentes componentes do saneamento básico. E podem assim permanecer, mas serão reguladas. Operando sistemas em 3.921 cidades - 70% dos 5.561 municípios - as empresas estaduais de saneamento atendem a 75% da população urbana com abastecimento de água e 880 municípios (15%) com serviços de coleta de esgotos, abrangendo 51% da população com serviços de coleta de esgotos.

Já no caso de lixo, os serviços são prestados exclusivamente pelas prefeituras em 88% dos municípios. As empresas privadas, 45, são responsáveis pela coleta de 30% do lixo gerado no

O Valor - 24/06/05

país. Esse perfil operacional se modifica bastante no caso dos serviços de drenagem, prestados quase que exclusivamente pelos municípios.

Não se pretende que a lei resultante desse projeto seja a solução mágica para as mazelas que ainda assolam os serviços públicos de saneamento. Nossas cidades apresentam problemas que refletem a concentração de renda profundamente iníqua. Os déficits e as precariedades do saneamento só terão condições efetivas de serem equacionados no quadro de cidades socialmente mais justas. O saneamento rural não se resolve sem uma solução democrática para a questão agrária.

Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), do IBGE, indica que 45 milhões de pessoas não têm acesso às redes de abastecimento e tratamento de água; 93 milhões não são atendidos por sistema de esgoto e 15 milhões de pessoas não têm coleta de lixo.

Assim, não é difícil imaginar a magnitude do desafio de universalizar o saneamento básico, que torna imprescindível a intervenção ativa dos municípios, dos Estados e da União, com a participação privada, em um marco regulatório pactuado com a sociedade. Acertadamente, a Constituição Federal responsabiliza a União pelo estabelecimento de diretrizes gerais e confia precipuamente a gestão desses serviços aos 5.561 municípios brasileiros.

O projeto não discute a competência em relação ao provimento dos serviços de saneamento básico. Isso porque cabe à Constituição Federal e não a uma lei ordinária definir se é o município, o Estado ou a União que deve definir sobre a titularidade. Tal posição reflete também o respeito à estrutura regulatória já organizada pelo prestador. Mas, sabiamente, responsabiliza os três entes federados pelo desenvolvimento de programas com vistas à universalização do atendimento e à melhoria da qualidade de serviços de saneamento.

Um esforço que, num período não superior a duas décadas, é gigantesco para o país, mas não é impossível de ser alcançado com política que valorize o planejamento, o marco regulatório e o controle social. O PL 5296 busca esse objetivo sem se afastar do paradigma constitucional. Reafirma o papel reservado aos Estados de colaborar no financiamento da expansão do atendimento e, pela cooperação interfederativa, de atuar por meio da companhia estadual na prestação de serviços delegados pelo município. Assim, uma empresa estadual, por meio de um contrato, fornece água no atacado e uma autarquia municipal faz a distribuição de água.

Já se passaram 10 anos desde o voto, no governo passado, ao PLC 199 sobre o mesmo tema. A expectativa é que a passagem do novo texto pelo Congresso Nacional permita aperfeiçoar a proposta do Executivo, possibilitando ao país contar com uma lei já estabelecida como necessária pela Constituição de 1988.

*JORNADA ESPECIAL ROMA CAMPIDOGLIO
10 DE DEZEMBRO DE 2003*

DECLARAÇÃO DA ÁGUA COMO DIREITO HUMANO UNIVERSAL

DECLAREMOS O DIREITO HUMANO À ÁGUA

Declaração de Roma de 10 de dezembro de 2003

1 – Há no mundo, ainda hoje, mais de 1,4 bilhão de pessoas sem acesso a água potável e 2,4 bilhões sem acesso a redes de distribuição de água e saneamento básico, em decorrência do que morrem, por dia, 30.000 seres humanos, vitimados por doenças decorrentes da falta de água saudável ou de meios de higiene adequados. Entretanto, em 1980, as Nações Unidas tinham promovido "O decênio da Água e do Saneamento" (1981-1991), com o objetivo de garantir o acesso de todos à água até o ano 2000!

2 – A comunidade internacional (institucional) continua recusando-se a reconhecer o acesso à água como um direito humano, isto é, universal, indivisível e imprescritível. Em particular, desde a Conferência Internacional da Água (Dublin, 1992), ela prefere tratar o acesso à água como necessidade essencial, e a água, como matéria-prima, bem econômico, favorecendo com isso as políticas orientadas para o mercado, a privatização da gestão dos serviços hídricos, a mercantilização da água.

Em novembro de 2002, o Comitê das Nações Unidas para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais afirmou que o acesso ao fornecimento adequado de água de uso pessoal e doméstico constitui um direito humano básico de toda pessoa. Em seu "Comentário Geral" nº 15, relativo à implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, o Comitê ressalta que "o direito humano à água é indispensável para viver a existência própria em condições de dignidade humana. Esse direito constitui pré-requisito para a realização dos outros direitos humanos. O "Comentário Geral", infelizmente, não tem caráter impositivo para os 146 Estados signatários da Convenção. Por isso, os mesmos Estados reiteraram, em março de 2003, na declaração ministerial final do 3º Fórum Mundial da Água, que o acesso à água é uma necessidade vital (não um direito) e que a água deve ser considerada, principalmente, um bem econômico ao qual cumpre atribuir valor econômico, em função de um preço de mercado suficiente para recuperar o preço total de produção (incluído o lucro).

Muito felizmente, nesse mesmo Fórum, vários organizações participes externaram opiniões divergentes. Em particular, a Igreja Católica apresentou um documento em que defendeu o princípio de que o acesso à água é um direito humano e fez importantes ressalvas no tocante à privatização da gestão dos serviços hídricos. O Sindicato Internacional de Serviços Públicos também se manifestou nesse sentido.

3 – O direito à água já foi mencionado em atos e decisões de caráter internacional. A Convenção sobre os Direitos da Infância, por exemplo, contém referência à água. Outrossim, a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Água (Mar del Plata, 1977), estabeleceu que toda pessoa tem direito ao acesso à água potável para satisfazer suas necessidades básicas. Mas, em realidade, os líderes políticos, econômicos e técnico-científicos dos países mais ricos e poderosos do mundo – bem como, amiúde, as classes dirigentes dos países ditos em desenvolvimento – têm praticado políticas institucionais, financeiras, agrícolas, industriais e comerciais com gravíssimos efeitos devastadores, opostos às escassas declarações de princípio a favor do direito humano à água.

4 – As perspectivas também não parecem muito auspiciosas. Parece haver uma tendência ao fortalecimento da mercantilização da água. Há mais ou menos 10 anos que as análises e "previsões" da ONU, da FAO, da OMS, da UNECO, do PNUD e do Banco Mundial só "anunciam":

- um aprofundamento da "crise hídrica" no mundo. Vaticina-se que, em 2032, decorridos 40 anos da Primeira Cúpula da Terra de Rio de Janeiro, 60% da população mundial "viverá" em regiões do mundo caracterizadas por acentuada escassez hídrica;

- graves problemas de abastecimento hídrico para a agricultura na China, na Índia e nos Estados Unidos. Nesses países, os lençóis freáticos baixaram consideravelmente devido às excessivas retiradas efetuadas nos últimos 50 anos pela agricultura e a indústria (inclusive para a produção de energia);

- a multiplicação e intensificação dos conflitos entre Estados gerados pela concorrência no uso da água. Desde já, a água só é referida como sendo "ouro azul", e se vaticina que o século 21 será o século das "guerras da água".

Esses futuros são possíveis, porém inaceitáveis.

5 – O ano 2003 foi declarado pelas Nações Unidas Ano Internacional da Água. No momento em que acaba este ano, reunimo-nos, na qualidade de simples cidadãos provenientes de diversas regiões do mundo, no intuito de evitar que este ano seja um ano de celebrações altamente retóricas e se encerre com insignificantes compromissos políticos concretos, como ocorreu com o G8 de junho passado em Évian! Tinham anunciado os líderes do G8 que esperavam assumir compromissos importantes em matéria de água. Ventilou-se a possibilidade de triplicar a ajuda internacional para a água, aumentando-a até 30 bilhões de US\$ por ano. A decepção foi grande: o G8 encerrou-se sem assumir qualquer compromisso no sentido previsto.

6 -- Confrontados com essa realidade, desejamos reagir e exortamos todos os cidadãos a mobilizar-se em torno dos seguintes princípios, objetivos e iniciativas:

Afirmamos que:

- o reconhecimento formal do direito à água é um passo fundamental para a concretização do direito à vida para todos;
- a realização do direito à água para todos é pré-requisito para a erradicação total da pobreza no mundo;
- é economicamente exequível garantir o acesso à água para todos (e não apenas para a metade das pessoas atualmente privadas desse excesso) até 2015. Já em 1997, demonstraram as Nações Unidas (em especial, o PNUD) ser economicamente exequível o objetivo de acesso à água para todos no prazo de 15 anos.
- **o principal obstáculo não reside na ausência o inadequação de recursos financeiros, competências ou tecnologias. Tais elementos existem. O que falta é vontade política e opções políticas e econômicas condizentes.**

Por isso, é nossa opinião que:

- a exclusão da água – há 55 anos – do rol dos direitos explicitamente mencionados na Declaração Universal dos Direitos Humanos tem impedito os cidadãos de exercer pressões eficazes sobre os governos, favorecendo a afirmação, nas legislações nacionais e práticas políticas, em contexto internacional marcado por crescente economismo neoliberal, de abordagens e modos de gestão baseados na água como "bem econômico";
- é urgente e indispensável reconhecer o caráter de "bem comum público" da água e dos ecossistemas, bem como excluir a água da categoria "bens e serviços mercantis", e não apenas no que diz respeito à utilização da água potável. Por ser, também, elemento essencial e insubstituível de outras atividades econômicas (agrícolas, energéticas, industriais) de fundamental importância para o direito à vida e a convivência, deve a água ser considerada bem comum público, inclusive nessas utilizações;
- a água e os serviços hídricos não devem ser objeto de negociações comerciais no âmbito da OMC, mas de regras mundiais que definam e promovam a valorização e a gestão da água como bem comum e direito humano universal.

Para tanto, reafirmamos os princípios fundamentais a seguir:

- a água é um bem comum que pertence à Humanidade e a todas as espécies vivas;
- o acesso à água é um direito humano e social, individual e coletivo;
- é responsabilidade da coletividade o financiamento dos custos necessários para garantir a todo ser humano acesso à água, em quantidade e qualidade suficientes para a vida;

Em consequência, propomos que:

entre as inúmeras ações e soluções conhecidas e possíveis, a Jornada Especial de Roma priorize os seis objetivos a seguir, a serem realizados no decorrer dos 5-10 próximos anos:

Primeiro objetivo: constitucionalizar o direito à água.

- mediante sua inclusão na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- mediante sua introdução nas Constituições de todos os Estados. No que diz respeito aos europeus, devem eles mobilizar-se para que o direito à água seja inscrito na nova Constituição da União Européia;
- mediante sua incorporação nos estatutos das coletividades municipais, provinciais e regionais.

Segundo objetivo: transformar a água em instrumento de paz.

- mediante uma campanha de assinaturas, de parte de municípios, províncias, regiões e Estados, de texto em que os signatários se comprometam a rechaçar a utilização da água com objetivos políticos e militares ou como instrumento de opressão, exclusão e chantagem, particularmente no plano comercial;

- além disso, é sabido que os dispêndios com armamento somam, no planeta, cerca de 1.000 bilhões de dólares ao ano¹; é sabido, outrossim, que numerosos *experts*, entre os quais a UNESCO, estimam em 11 bilhões de dólares por ano a quantia necessária para resolver este drama, bastando portanto decidir retirar 1% dos referidos dispêndios para fazer com que seja respeitado esse direito à água.

Terceiro objetivo: liberar as carregadoras de água,

- garantindo, até 2010, o direito à educação dos 18 milhões de crianças (sobretudo meninas) que não podem freqüentar escolas por serem obrigadas a carregar água para suas famílias e aldeias, percorrendo vários quilômetros por dia.

Quarto objetivo: pôr fim aos bombeamentos e supraconsumo devastadores,

- reduzindo em 40%, até 2010, em âmbito mundial, as atuais retiradas e perdas da agricultura, da indústria e das redes de distribuição. Outrossim, é preciso reduzir os desperdícios domésticos de água, em que mais de 90% da água potável é empregada para fins não potáveis. As economias hídricas e financeiras assim realizadas serão utilizadas no financiamento de projetos destinados a garantir o acesso à água de todas as populações pobres, entre outros meios, pela participação das populações locais. Nesse particular, a volta ao domínio público da gestão das águas minerais deverá desempenhar um papel importante.

Quinto objetivo: inventar uma finança cooperativa para a água,

- pela criação de um sistema financeiro cooperativo mutualista mundial, destinado a promover a implementação de um serviço hídrico público mundial e a financiar ações tendentes a garantir a todos o acesso à água potável, em âmbito local, nacional e continental, especialmente nas regiões áridas e semi-áridas e nas grandes metrópoles marcadas pela pobreza, bem como promovendo as parcerias público-público.

Sexto objetivo: ampliar a democracia "local",

- promovendo, em todos os níveis, a constituição de Conselhos de Cidadãos, dotados de poderes efetivos, em apoio e reforço às instituições de democracia representativa e referendária (aldeias, municípios, cidades, províncias, regiões e bacias transnacionais) existentes ou similares, em função do contexto e cultura locais. Compete aos povos decidir em matéria de água.

A – Signatários presentes em Roma:

1. Mário Soares (Portugal)

Presidente do Comitê Internacional para o Contrato Mundial da Água

2. Walter Veltroni (Itália)

Prefeito de Roma

3. Enrico Gasbarra (Itália)

Presidente da Província de Roma

4. Riccardo Petrella (Itália)

Secretário do Comitê Internacional para o Contrato Mundial da Água, Presidente do Comitê Italiano

5. Danielle Mitterrand (França)

Presidente da Fundação França Liberdade, Presidente Honorária da Associação Francesa para o Contrato Mundial da Água

6. Alex Zanotelli (Itália)
Missionário Comboniano

7. Silvano Saverio da Costa (Brasil)

Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento-ASSEMAE, que reúne 1.800 cidades do Brasil. Representante da Rede Internacional VIDA, atuante em matéria de direito à água

8. Elio di Rupo (Bélgica)

Prefeito de Mons, Presidente do Partido Socialista Belga

9. Pietro Folena (Itália)

Parlamentar italiano. Porta-voz da Associação Italiana de Parlamentares e Eleitos Locais para o Contrato Mundial da Água

10. Tran Hoai (Vietnã)

Representante do Comitê de Cidadãos da Cidade de Hue

11. Asma Chaabi (Marrocos)

Prefeita de Essaouira (Rabat)

12. Jacques Perreux (França)

Vice-Presidente do Conselho Geral do Departamento do Val de Marne

13. Munther Haddadin (Jordânia)

Ex-Ministro de água e irrigação. Assessor do Príncipe de Jordânia El Hassan

14. Marc Bureau (Québec)

Vereador da cidade de Gatineau. Presidente da Comissão de Meio Ambiente (NB: A cidade de Gatineau aprovou uma resolução sobre o direito à água apresentada na Jornada Especial de 10 de dezembro)

15. Roberto Conti (Itália)

Vice-Presidente de ANCC Coop (Campanha "Água para a Paz")

16. Pedro Arrojo (Espanha)

Fundador e Presidente da Associação "Para uma nova cultura da água"

17. Alberto Velasco (Suíça)

Parlamentar da República por Genebra, Presidente de ATTAC Genebra

18. Bernard J. Wohlgend (Suíça)

Presidente da International Water Law Association

19. Selim Beslagic (Bósnia)

Parlamentar, Ex-Prefeito de Tuzla

20. Ahmed Sebai (Marrocos)

Parlamentar nacional

21. Mireille Volpato (França)

Membro do Conselho Regional da Aquitânia, Vice-Presidente da Associação de Eleitos Comunistas e Republicanos da França

22. Maj Fihl Flynn (Estados Unidos)

"Public Citizen" Water for All Campaign

23. Jorge Nascimento (Brasil)

Diretor-Geral do Fórum Internacional das Águas

24. Jean-Luc Touly (França)

Presidente da ACME França

25. Claire Pierson (Bélgica)

Coordenadora de Oxfam Bélgica para as iniciativas no domínio da água

26. Massimo Rossi (Itália)

Presidente da Câmara de Vereadores da Cidade de Girottamare

27. Rosario Lembo (Itália)

Presidente do CIPSI, Secretária do Comitê Italiano Água (ACME Itália)

28. Emilio Molinaci (Itália)

Vice-Presidente do Comitê Italiano Água (ACME Itália)

29. Patrizia Sentinelli (Itália)

Vereadora de Roma

B – Adesões ao documento comunicadas em 10 de dezembro, no decorrer da sessão,

por pessoas convidadas e/ou que tinham anunciado sua presença mas tiveram *impedimento* de última hora.

*- Sociedade civil:***Vandana Shiva (Índia)**

Diretora da Fundação pela Pesquisa Científica

Jean Ziegler (Suíça)

Relator especial da Comissão de Direitos do Homem das Nações Unidas

Rudolf Amenga-Etego (Gana)

Coordenador do Movimento contra a privatização da água

Walter Bonan (Itália)

Presidente do Parque Nacional Dolomiti Bellunesi

Federico Major (Espanha)

Presidente da Fundação pela Cultura da Paz

Eduardo Galeano (Uruguai)

Escritor

Carla Montemayor (Filipinas)

Coordenadora de Philippines for Water Vigilance Network

Roberto Funagalli (Itália)

Círculo ambiente di Merone

Francesco Ferrante (Itália)

Diretor-Geral de Legambiente

Stefano Lenzi (Itália)

Coordenador do Setor Instituições de WWF Itália

- Parlamentares:**Francis Wurtz (França)**

Parlamentar europeu. Líder da bancada GUE/NGL

Paul Lannoye (Bélgica)

Parlamentar europeu, membro da bancada Verdes/ALE. Autor do Relatório do Parlamento Europeu "Água e política para o desenvolvimento"

Fidèle Hien (Burkina Faso)

Deputado

Francesco Martone (Itália)

Senador, membro da Associação de Parlamentares e Eleitos para o Contrato Mundial da Água

Aloizio Mercadante (Brasil)

Senador, Líder da bancada do PT

Ernst Ulrich von Weizsäcker (Alemanha)

Parlamentar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente

- Unidades territoriais:**Gassan Sbakaa (Palestina)**

Prefeito de Bablus, Presidente da Associação de Municípios Palestinos

Sergio Golinelli (Itália)

Assessor para o Meio Ambiente da Província de Ferrara

Paolo Cacciari (Itália)

Assessor para o Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Veneza

Antonio Musconi (Itália)

Assessor do Município de Valmadrera

Pamela Pantano (Itália)

Assessora para as Políticas de Infância do Município de Roma

Leonardo Masella (Itália)

Líder da bancada PRC da Câmara de Vereadores de Bolonha

Rodolfo Schiavo (Itália)

Cidadania Ativa

C – Parlamentares europeus que comunicaram sua adesão à iniciativa:

Enrique Barón Crespo (E)	Líder da bancada PE
Michel Scarbonchi (I)	Secretário Nacional de MRC
Elena Ornella Paciotti (I)	Bancada PSE
Harlem Désir (F)	Bancada PSE
Danielle Darras (F)	Bancada PSE
Claudio Fava (I)	Bancada PSE
Antonio di Pietro (I)	Bancada ELDR
Alain Savary (F)	Bancada PSE
Massimo Carraro (I)	Bancada PSE
Fausto Bertinotti (I)	Bancada GUE/NGL
Luigi Vinci (I)	Bancada GUE/NGL
Luisa Morgantini (I)	Bancada GUE/NGL
Giuseppe di Lello Finuoli (I)	Bancada GUE/NGL
Pasqualina Napoletano (I)	Bancada PSE
Guido Saccò (I)	Bancada PSE
Marie-Thérèse Hermange (F)	Bancada PPE
Roger Helmer (GB)	Bancada PPE
Massimo Carraro (I)	Bancada PSE

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por cinco minutos, como último orador inscrito.

Prorrogo a sessão por mais cinco minutos para que o Senador Antonio Carlos Magalhães possa fazer uso da palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou grato a V. Ex^a.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, desejo aplaudir o Presidente Renan Calheiros pela sua declaração de que tem que ser instalada a CPI dos Bingos.

Não pode haver transigência em relação a esse assunto. Quando os Partidos políticos vão ao Supremo Tribunal reivindicar uma ação para que a CPI funcione, e o Supremo, por nove a um, dá esse direito ao Congresso Nacional, é impossível não seguir a vontade, não do Supremo, mas do Congresso, de fazer a CPI dos Bingos.

Presidente Augusto Botelho, peço a V. Ex^a que traduza para S. Ex^a este agradecimento e a minha certeza de que esta CPI será instalada na hora própria. A hora própria é agora! Nós não podemos transigir com esses assuntos. O meu Partido, pelo seu Líder, ou pelos seus Líderes, já marcou a sua posição. Eu não tenho dúvida de que quem não estiver acreditando na posição do PSDB está enganado. O PSDB jamais vai fugir de um compromisso como esse com a Nação brasileira.

Em segundo lugar, quero dizer que eu estava certo. Quantos aqui estão acanhados! Hoje a sessão está vazia. Quantos ficarão amanhã, quando eu estiver olhando e repetindo que Marcos Valério é um cínico dos maiores que eu já vi na minha vida, com aquela declaração na TV Globo? O cinegrafista até esperou que ele chorasse para comover a opinião pública brasileira, mas é ele o principal artífice da distribuição do mensalão, que infelizmente não é dinheiro dele; é dinheiro da Nação, que é posto na mão de inescrupulosos. E tanto são inescrupulosos os que recebem como os que promovem o recebimento.

Chegou o momento em que as provas estão cada vez mais evidentes. A CPI, o Governo, o Ministério Público já têm os elementos até para prender alguns desses artífices do furto do dinheiro público. Chegou o momento. Não vamos mais conversar.

Tenho certeza de que, a esta hora, o Presidente Lula está dizendo a alguns de seus companheiros que todos os fatos que ele leu são verdadeiros e que ele foi enganado. Não tenho dúvida disso. Se dúvida

houvesse, significaria não acreditar que o Presidente da República tivesse o bom senso de reconhecer a evidência.

Os filósofos antigos diziam...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Terminarei já, Sr. Presidente.

Os filósofos antigos diziam que a evidência não se prova; se sente e se vê. Aí estamos vendo a evidência dos fatos delituosos de um Governo que não preza a moralidade pública, porque colocou nos postos de comando os derrotados, que, por terem sido derrotados, não têm nenhum compromisso com o povo brasileiro.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que manifestações existem em toda parte. Eu vim de São Paulo hoje e vi como fui tratado em virtude da posição que exercei nesta Casa. Em todos os lugares a que fui – não tanto quanto o Senador Eduardo Suplicy, um pouquinho menos, o povo de São Paulo, de todas as classes, manifestava a sua satisfação de uma atuação corajosa neste plenário...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT RR)

– O toque da campainha é automático, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, não vou abusar do tempo de V. Ex^a.

Amanhã, haverá aqui – já tive conhecimento de que o Senador César Borges falou sobre o assunto – o “tratorão”. Essa não é uma manifestação que intimide ninguém, porque ninguém precisa ser intimidado. Pretende apenas mostrar que o homem do campo continua abandonado neste Governo, a despeito do trabalho excelente do Ministro da Agricultura. Mas não há Ministro que possa produzir se não tem recursos.

Alguma coisa tenho conseguido em relação a financiamentos, mas o agricultor brasileiro passa por uma fase das mais difíceis talvez a mais difícil na vida da agricultura no País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Por isso mesmo, amanhã, eles estarão aqui. Alguns já estão em Brasília, até amigos meus, da minha Bahia e do Nordeste, principalmente do Município Luís Eduardo Magalhães. A despeito do pouco tempo de criação, o Município é um dos que mais progridem neste País, graças ao trabalho do seu prefeito, da sua representante na Assembléia Legislativa, de todos os habitantes, que se uniram, e, mais ainda, do Brasil, que acreditou no êxito daquela região, que cresce

a olhos visto. O Município, criado há apenas quatro anos, ocupa o 16º lugar do Estado em arrecadação. É a região que mais progride. Portanto, não pode parar esse progresso, esse desenvolvimento, que é de lá e de toda a área.

É preciso haver financiamento para o cacau, para o algodão, para a soja. Se o Governo paralisar o financiamento, paralisa o Brasil, e paralisar o Brasil é crime de lesa-pátria.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiramente, a respeito da primeira parte do seu pronunciamento, Senador Antonio Carlos Magalhães, quero dizer que acho muito importante que a Oposição e a Base aliada contribuam, com muito equilíbrio – o Presidente da República disse que espera isso do Congresso Nacional –, para a apuração desses fatos, a fim de que possamos desvendar a inteira verdade, dando todo o direito de defesa a cada um dos possíveis envolvidos, mas com energia, que hoje está sendo acompanhada pela Nação brasileira. É muito importante. Em São Paulo, as pessoas conversaram com V. Ex^a e o cumprimentaram porque, quando surgem questões como essa, a audiência da TV Senado – e mesmo a da TV Câmara – aumenta bastante. Todos acompanham os eventos que aqui se passam. O povo brasileiro quer muito que a verdade seja inteiramente desvendada, o que só fará bem para o Presidente Lula, para o Congresso Nacional e para todos. Então, esse é um ponto muito importante. Com relação ao “tratoraço”, o Presidente Lula e seus Ministros, cada vez que ocorrem movimentos sociais – marcha dos sem-terra, dos que lutam pelo direito à moradia, dos interessados nos mais diversos motivos e objetivos –, normalmente têm-se preocupado em recebê-los e ouvi-los com atenção. V. Ex^a mencionou que o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, tem tido uma grande interação, ouvindo os agricultores. Certamente, amanhã ele estará atento, juntamente com o Presidente da República, dialogando com os que aqui trarão questões relevantes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se puder levar o Palocci, será melhor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acato a sugestão de V. Ex^a de que o Ministro Roberto Rodrigues esteja com o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no diálogo com os representantes desse movimento que

aqui estará. Obviamente, o Ministro Palocci explicará todas as limitações porventura existentes, mas deverá ser sensível à importância do desenvolvimento da agricultura brasileira, até porque, em grande parte, foi graças aos resultados econômicos tão positivos da agricultura que o Brasil pôde ter recordes de exportação de cereais e de outros produtos agrícolas. Então, é preciso garantir a possibilidade de todos os agricultores e todos os que trabalham na agropecuária manterem suas atividades, com a respectiva dignidade e direitos como brasileiros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Excelente o aparte de V. Ex^a. É por isso que, em toda parte que vou em São Paulo, falo bem de V. Ex^a. É justamente porque V. Ex^a toma a defesa daqueles que dela necessitam. Se os seus companheiros não gostam, pouco importa. V. Ex^a tem a sua posição; daí por que tem o seu prestígio.

Desse modo, agradeço o aparte de V. Ex^a e estou certo de que o Governo se mostrará sensível ao setor agrícola, que é a base do agronegócio. Todo o êxito da exportação pode ir por água abaixo se não houver os recursos, os financiamentos na hora certa. Tudo isso o Governo tem que ver. Não é apenas pensar no superávit primário para pagar débitos a quem já recebeu demais. É a necessidade inadiável de atender aos agricultores brasileiros. Por isso, estou convencido de que a voz de V. Ex^a vai soar mais uma vez, nesta Casa, ao nosso lado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

Terminarei já, Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, por pronunciamentos como este que V. Ex^a faz na tribuna, neste finalzinho de sessão, é que todos compreendem o porquê da sua grande liderança no Estado da Bahia e do grande respeito que o Brasil lhe devota. Este é um pronunciamento oportuno e, acima de tudo, justo: a defesa que V. Ex^a faz desse setor tão incompreendido no Brasil ao longo do tempo. Recebemos todos aqui uma programação do que será a participação dos agricultores em Brasília, nestes dias, com o chamado “tratoraço”, que mostram a crise, mostram as alternativas, mostram a solução, diferentemente de movimentos que, às vezes, são organizados,

sem que a sociedade sequer entenda o porquê. Esse, diferentemente dos outros, tem começo, meio e fim. É justo o elenco de reivindicações feitas aqui. O que o Governo não puder atender de uma vez só, pelo menos comece esse processo. A questão do atendimento dos genéricos para a agricultura é básica. Já tivemos uma experiência de sucesso com os medicamentos para humanos. Nós podemos fazer o mesmo com os defensivos agrícolas e com os produtos agrícolas, para baixar os custos. Não há uma infra-estrutura adequada. Eu digo isso, Senador Antonio Carlos, porque tive a alegria muito grande de, certa vez, ir a Mimoso na companhia do seu filho, Deputado Luís Eduardo Magalhães. E dois ou três anos depois voltei, a convite de V. Ex^a, convite que me deixou emocionado, para a instalação do Município, participando inclusive de uma solenidade em praça pública. Enfim, em três anos, aquela cidade, aquela região cresceu muito. Lá voltei uma segunda vez. É impressionante. Nós, no Estado do Piauí, temos uma região que, copiando o desenvolvimento agrícola do setor de grãos da Bahia, está vivendo o mesmo **boom** e sofrendo os mesmos problemas. É preciso que o Governo se sensibilize pelo menos para alguma coisa produtiva no Brasil. No setor agrícola, que vem dando certo nos últimos anos, é preciso que esse estímulo não pare, que as promessas se concretizem. E que não vejamos apenas em solenidades o anúncio de soluções que não acontecem. O Ministro Roberto Rodrigues é um entusiasta, mas os recursos para a área são sempre contingenciados, em nome de um acordo firmado com o FMI que, por mais que o PT diga que rompeu, sabemos que não é verdade. Parabenizo V. Ex^a, me solidarizo com V. Ex^a e acho que esta é a manifestação que o Brasil deve aplaudir, porque tem objetivo, é pacífica e, acima de tudo, é em defesa da nossa produção e, portanto, em defesa do desenvolvimento do Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Heráclito Fortes, as suas ligações com o Deputado Luís Eduardo fizeram-no conhecer bem essa região. Daí por que seu aparte cresce de significação e, mais ainda, V. Ex^a traz subsídios excelentes para um Governo que queira agir.

Chegou o momento, Sr. Presidente, de ajudar a quem produz, e não ajudar os que atrapalham a produção. Vamos trabalhar pelos bons agricultores brasileiros. Vamos fazer da agricultura no Brasil o ponto de partida para seu desenvolvimento econômico. Se fizermos isso, como pedem os agricultores, os que

trabalham na terra e que produzem, estaremos servindo ao Brasil e, mais ainda, ao próprio Presidente da República, que necessita que algum setor neste País ande certo e com honestidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Antonio Carlos Magalhães, informo a V. Ex^a que encaminharei ao Presidente notas taquigráficas do discurso de V. Ex^a.

Informo também que, neste momento, está sendo aberto o Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, SUS – Presente e Futuro, Avaliação do Seu Processo de Construção, na sala Nereu Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Alvaro Dias e Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O bombardeio das CPIs e a estratégia da vergonha” de autoria do ex-Presidente do STF Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Brasiliense, de 05 de junho de 2005.

Com todas as denúncias de corrupções divulgadas pela imprensa, o governo do Presidente Lula ao invés de providenciar uma apuração rigorosa, mobiliza todo o seu aparelho político para impedir a criação da CPI dos Correios. Têm-se como exemplo a articulação para derrubá-la na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, além de uma farta distribuição de verbas e emendas a serem liberadas pelo sempre rígido Ministério da Fazenda.

O autor, em seu artigo, comenta: “É a execução da estratégia da vergonha a serviço dos moralistas da República do PT. Quem diria que isso pudesse acontecer?! Que corem os petistas do lado do bem.”

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O bombardeio das CPIs e a estratégia da vergonha

MAURÍCIO CORRÉA

Ex-presidente do STF

Escusem-me de voltar, novamente, a falar do governo. Quando penso que poderei abordar um outro assunto, vem o presidente da República do regresso de mais esse comprido périplo do outro lado do mundo e vaticina que os que o criticam estão apostando no fracasso do Brasil, por isso vão "quebrar a cara". Tantas têm sido as incontinências verbais ditas por ele, que o melhor seria deixá-las que se consumam no burlesco do anedotário popular. Proferidas, entretanto, por quem exerce a suprema magistratura nacional, ganham relevo afirmações do gênero. A carapuça se encaixa na cabeça de todos nós que desejamos a apuração dos fatos descritos na conversa entre dois empresários e o então chefe de Contratação e Administração de Material dos Correios e Telégrafos.

Quem será que mais quer o bem do Brasil, o presidente da República, seus ministros e seguidores, ou nós que discordamos de muitas de suas ações, e estamos aqui na superfície, até hoje, à espera do milagre do cumprimento da palavra empenhada nas eleições de 2002?

A indignação do presidente, na verdade, exterioriza o fracasso de seus aliados no Congresso Nacional e de assessores mais diretos, que não conseguiram desmontar o motim dos que se aprestavam para a investigação das graves ocorrências verificadas nos Correios.

Como todo o aparelho governamental, com todos os meios e métodos ao seu alcance, foi colocado à disposição do bombardeio programado para liquidar a rebeldia parlamentar em seu nascedouro, mas que não produziu os resultados esperados, a ira palaciana se voltou contra todos os que não rezam pela sua cartilha.

Seriam esses os que torcem pelo fracasso do país?

A CPI está formalmente autorizada a se instalar. Trama-se derrubá-la, no tapetão, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Ali o governo tem folgada maioria para prover o recurso interposto pela liderança do PT, que está fundado no pressuposto de que, por não atender o requerimento de formação do órgão aos requisitos pertinentes ao fato determinado, como manda o § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, estaria ele eivado de inconstitucionalidade. Pensa-se, por outro lado, em submeter a questão diretamente à apreciação do plenário da Câmara dos Deputados e tentar a reversão do pesadelo, ou até mesmo levar a controvérsia à apreciação do Congresso Nacional, com o que se presume ser possível abortar no nascimento uma outra CPI que poderia ser constituída no Senado. Para isso uma farta distribuição de verbas foi liberada pelo rígido ministro da Fazenda a parlamentares.

Notem bem. Primeiro o governo perde o quorum de subscrições no requerimento de instauração da CPI, depois, derrotado, usa todos os expedientes possíveis e imagináveis para inviabilizá-la, com o exclusivo intuito de evitar que tudo seja devidamente apurado. É sabido que a reputação dos Correios, nesses últimos tempos, é a pior possível. Fala-se da existência de corrupção envolvendo milhões de reais. Altas comissões teriam sido cobradas por agentes de dentro e de fora da empresa.

A administração do órgão é feita por uma diretoria composta de pessoas indicadas por partidos políticos ou políticos isoladamente. Deveria ser o governo o primeiro a querer que tudo fosse devidamente investigado. Prefere, entretanto, como procura justificar, que a Polícia Federal faça as investigações. Claro, a

Polícia Federal é órgão do Ministério da Justiça, sujeito à jurisdição administrativa da Presidência da República. Não resta a menor dúvida que a investigação a ser feita pela CPI é muito mais abrangente e independente do que a da polícia do próprio interessado que quer que ela não seja instalada.

Por que, afinal, não quer o governo do PT que os trabalhos da CPI dos Correios prossigam? Só posso pensar que é por medo das apurações esbarrarem nos umbrais do Palácio do Planalto. Também estremece de medo pela possibilidade da formação de outra CPI, a dos Bingos ou do Waldomiro, como é mais conhecida, no momento dependendo a sua instalação da conclusão do julgamento de mandados de segurança impetrados perante o Supremo Tribunal Federal contra ato do então presidente do Senado que recusou a instalá-la. Essa, inequivocamente, deverá chegar à cozinha do Gabinete Civil. Se não houvesse qualquer temor, qual a razão de tamanha resistência em inviabilizar, pelo menos, as investigações da CPI nos Correios? Vejam bem, justo os companheiros mais graduados do PT é que não a querem, precisamente eles que exigiam a criação de CPI, no passado recente, até contra o vento, o mare e a terra. Como se explica essa absurda metamorfose? Simples, uma coisa era o candidato e outro o presidente empossado.

Quem é mais patriota e torce mais pelo Brasil? Nós que desejamos a apuração desses cabeludos fatos de corrupção existentes nos Correios, ou o governo do presidente da República, de seus companheiros e apoiadores, que estão varrendo para debaixo do tapete do Palácio do Planalto essa vergonha de acúmulo de crime?

É lamentável que se ponha todo o aparato do governo para

impedir que se apurem crimes de corrupção no âmbito de uma estatal do porte dos Correios, que movimenta bilhões de reais do povo.

E a execução da estratégia da vergonha a serviço dos moralistas da república do PT. Quem diria que isso pudesse acontecer?! Que se corem os petistas do lado do bem.

Afinal, quem vai "quebrar a cara", nós que as queremos ou eles que se tornaram os abafadores e demolidores das CPIs?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, de 9 de junho de 2005, intitulado “Carrasco é tratado como fidalgo”, de autoria da colunista Dora Kramer.

É complicada a missão do PT de tentar desqualificar o Deputado Roberto Jefferson, já que o próprio Partido foi o responsável pelo reaparecimento dele no cenário político. Como bem coloca a colunista, o Deputado Roberto Jefferson tem dito cobras e lagartos a respeito de ministros, deputados e partidos governistas;

Carrasco é tratado como fidalgo

O deputado Roberto Jefferson tem dito cobras e lagartos a respeito de ministros, deputados e partidos governistas; tem feito gato e sapato da reputação do PT e promete em breve apresentar provas do que diz.

Em contrapartida, é tratado com estranha fidalguia.

Fala que dois ministros se ajoelharam implorando por sua ajuda para evitar uma CPI e ambos aceitam em silêncio a humilhação; acusa o PT de comprar deputados e a reação dos petistas é de imputar-lhe, no máximo, a autoria de fantasias sem em momento algum chamá-lo mais duramente às falas.

Roberto Jefferson dá nome e sobrenome ao condutor do trem pagador da mesada aos parlamentares e Delúbio Soares nem coragem de citar o nome do acusador tem.

Ao final da entrevista concedida ontem, por duas vezes o tesoureiro balbuciou o nome de seu carrasco mas, evidentemente orientado, evitou referências diretas ou desabonadoras. Francamente, de quem se dizia tão profundamente indignado, era de se esperar mais veemência e objetividade.

Por muito menos, o senador Tasso Jereissati foi interpelado na Justiça. Em agosto de 2004, uma frase do tucano sobre o projeto das parcerias público-privadas sobre esse mesmo tesoureiro – “o projeto do jeito que está, é roubalheira para o Delúbio deitar e rolar” – despertou a ira santa do chefe da Casa Civil, um dos ministros citados por Jefferson na descrição da cena de genuflexão explícita.

José Dirceu foi ao Supremo em defesa do tesoureiro em busca de uma reparação moral, negada pelo STF. Agora, Roberto Jefferson fez bem mais que comentários genéricos: apontou Delúbio Soares como executor de suborno para deputados e a ninguém no PT ocorre fazer coisa alguma.

Jefferson diz o que quer, PT não reage à altura e mostra-se acuado diante dele

Apenas ontem genericamente o tesoureiro anunciou “medidas cabíveis”. Ainda assim, evitando ostensivamente dizer contra quem.

Referiu-se de forma difusa a uma “chantagem” sem sujeito, objeto ou motivação declaradose, quando instado com insistência a explicar-se melhor, citou “uma entrevista que foi dada” como a origem do crime.

Falou como se por algum motivo estivesse premido pela contingência de não entrar em detalhes.

tem feito gato e sapato da reputação do PT e mesmo assim, é tratado com estranha fidalguia.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Foi assim, debaixo de extrema tensão e cuidado com cada uma das palavras pronunciadas e sob a tutela do presidente do PT, José Genoino, que Delúbio Soares saiu do esconderijo de três dias para, segundo ele, “prestar esclarecimentos à sociedade”.

Não esclareceu coisa alguma. Primeiro, porque visivelmente não sabia o que dizer diante das perguntas. Saíu-se com evasivas e apoiou-se em frases de efeito repetidas a cada instante: “O PT não se rende e não se vende”, “o PT não tem medo e não aceita chantagem”, “estou indignado”.

Entretanto, nada parecido com “o deputado Roberto Jefferson mentiu”, ou o “deputado Roberto Jefferson é um calunador”, foi sequer mencionado.

Uma novidade, porém, a entrevista exibiu. Delúbio converteu-se aos ditames da transparência na política. Ontem fez da “transparência na política brasileira” uma profissão de fé.

Não era mais o mesmo Delúbio Soares que em abril de 2004 derrubou em reunião do diretório nacional do PT uma proposta do deputado Chico Alencar para que o partido pudesse sua prestação de contas da campanha eleitoral na internet.

Naquela reunião, o tesoureiro defendeu o conceito segundo o qual “transparência assim é burrice” e venceu a votação argumentando que a exibição pública das contas poderia “causar mal-estar aos doadores”.

Ontem estava bem mais humilde, menos autônomo, poder-se-ia dizer, até, estreitamente vigiado pelo presidente do PT, José Genoino.

Genoino tornava a palavra quando achava conveniente e, ressaltando a todo instante o caráter “democrático” da entrevista, também tomou a iniciativa de encerrá-la 20 minutos depois dos gritos de “tá bom pessoal, agora chega, vamos embora” enquanto os jornalistas continuavam tentando saber de Delúbio o que, afinal de contas, ele havia ido fazer ali.

E o pior: depois de uma cena daquela, o PT ainda acredita que realmente deu uma satisfação “à sociedade”, que Delúbio Soares está quites com a opinião pública e tudo deve ser, portanto, considerado devidamente explicado.

Meninos, ele viu

O desempenho do PT nessa operação reviravolta, incluindo a performance de Delúbio Soares e suas “explicações”, mostra que o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tinha toda razão no seu argumento contrário à CPI: “Os meninos do PT não têm a menor condição de enfrentar uma comissão de inquérito.”

De fato, o despreparo é tão flagrante que até as defesas reforçam a presunção de culpa.

Credenciais

Justiça seja feita aos “meninos do PT”: a tarefa de sustentar no dia seguinte a tese oposta à defendida no dia anterior não é nada fácil.

Assim como é espinhosa a missão de desqualificar com autoridade o deputado Roberto Jefferson – desclassificado por todos, até pelos acusados PP e PL, menos pelo PT –, depois de ter sido o responsável pelo recredenciamento dele à cena política principal antes mesmo da eleição. •

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, se existe neste país um golpe em curso, não é nada do que o Governo Lula e o PT vivem a entoar num já monocórdio desafinamento que vai cansando a população brasileira, em especial as parcelas que acreditaram e votaram neles.

O PT de hoje não é nem de longe aquele que pregava moralidade e conseguiu levar boa parcela do povo no canto do cisne.

O PT de hoje *mudou e não segue os preceitos da tão decantada ética na política.*

O PT de hoje confunde-se com o fenômeno patológico caracterizado pelo desligamento da realidade exterior, com a criação mental de um mundo autônomo.

O PT de hoje criou um mundo só deles, petistas, uma estranha república paralela. E isso está bem definido no artigo do professor de filosofia da UFRGS, Denis Lerrer Rosenfeld.

O professor gaúcho publica hoje em **O Estado de S. Paulo** artigo em que mostra a verdadeira face do PT. Estou anexando o artigo a este pronunciamento, com uma única ressalva quanto ao título, *O autismo político*. Afinal, os autistas são pessoas sem culpa por serem portadores desse fenômeno patológico. O PT, ao contrário, assume toda essa postura, por vontade própria e deliberação acertada nos escalões mais altos do partido.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Segunda-feira, 27 de junho de 2005

O Autismos Político

Denis Lerrer Rosenfield

O PT mudou e a sociedade brasileira, também. O PT mudou, pois não mais segue os preceitos da “ética na política”, alterando as suas idéias e não mais se preocupando com a moralidade pública. O resultado prático das declarações de alguns de seus dirigentes é o desconhecimento completo do que está acontecendo, uma espécie de “autismo político”. A sociedade brasileira mudou, não mais aceita como antigamente infrações ao princípio da

“ética na política”, exigindo dos nossos governantes um comportamento exemplar. Os brasileiros acreditaram no candidato Lula e no seu partido, não mais se satisfazendo, agora, com tergiversações nem com demagogias.

Acontece, contudo, que o “autismo político” se manifesta pelo desconhecimento dessa mudança na mentalidade brasileira, que já defende como bandeiras suas a moralidade, a liberdade e a democracia. A opinião pública não se mostra propícia a aventuras, como as que começam a ser propostas pelo agora deputado José Dirceu, por determinadas tendências do PT, pela CUT e por sua base mais claramente revolucionária, como o MST. Ao sair da Casa Civil, o deputado José Dirceu adotou um discurso marxista, baseado na luta de classes, sendo logo seguido por seus crentes, que esbravejaram contra as elites e criaram o fantasmático “golpe” que se estaria esboçando. Em vez de assumirem suas próprias responsabilidades, adotaram esses dirigentes e grupos políticos uma estratégia de radicalização política, produzindo um bode expiatório, que teria a função de ocultar as mazelas do partido/governo dominante, e criando ainda condições para um populismo que teria como alvo final a política econômica.

O discurso sobre as elites conservadoras que estariam tramando a instabilidade do governo não deixa de ser engraçado, não fosse trágico na situação atual. As elites que criaram a instabilidade atual são constituídas pelo governo atual, pelo PT e pelos partidos aliados. Ou seja, trata-se de uma luta interna ao PT e entre este e seus aliados. O detonador de todo esse processo, o deputado Roberto Jefferson, era, naquele então, presidente do PTB, interlocutor privilegiado do presidente Lula e do ministro José Dirceu, além de outros próceres petistas. Chegou a ganhar um cheque em branco do próprio presidente Lula e recebia ministros em sua casa. Os por ele denunciados são parlamentares do PP e do PL, além da cúpula do próprio PT. As ditas ações desestabilizadoras da elite são do próprio governo e de seus partidos. A esquizofrenia política é galopante. O problema é que ela não é fruto de um comportamento individual, mas de uma coletividade política.

Acreditava-se, ao menos formalmente, que o PT teria, pelo menos no Campo Majoritário, feito o luto de idéias marxistas. Ora, o pragmático ex-ministro José Dirceu mostra agora a sua alma cubana. Imediatamente após sua queda, assume um discurso de combate fundado na “luta de classes”. O instrumental explicativo adotado foi o do marxismo, insistindo na divisão radical da sociedade em si mesma, no enfrentamento contínuo, que teria como desenlace a instalação de uma sociedade “socialista”, autoritária, no País. Só faltou combinar com boa parte do empresariado nacional, inclusive em setores financeiros, que tem elogiado a política governamental adotada. Luta de quem contra quem? Só se for de um fantasma com outro.

Mas a imaginação é inesgotável, sobretudo para os que vivem em velhas concepções, embora necessariamente limitada em seu arcabouço. No discurso de posse da Ministra Dilma Rousseff na Casa Civil, o deputado José Dirceu tratou-a de “camarada de armas”. Referência explícita a uma história comum e implícita aos mesmos objetivos que, por outros meios, continuariam a ser perseguidos. Quando “camaradas de armas” não lutaram, conforme foi afirmado, pela “redemocratização do País”, mas pela instauração de uma sociedade socialista, que teria em Cuba seu exemplo. A democracia não fazia parte de suas propostas, senão como meio para a realização de seus fins. Há uma nítida falsificação da História. Aliás, eles poderiam apresentar documentos de seus grupos guerrilheiros proclamando pela democracia, considerada universalmente, como fim em si mesmo. Seria uma contribuição importante para a historiografia brasileira.

Se há um golpe em curso, só pode ser o do estelionato eleitoral. Se os responsáveis petistas quiseram dizer isto, estarão eles, na verdade, fazendo uma autocritica – aliás, muito salutar e necessária. Infelizmente, não parece ser esse o caso. O que está em questão é uma manobra diversionista, que procura culpar o PSDB e o PFL pela crise atual. Ora, esses partidos foram espectadores do acontecido e, como quaisquer partidos, estão se beneficiando de uma situação inusitada seis meses

atrás, quando quase todos davam como certa a reeleição do presidente Lula. Estão sendo, inclusive, comedidos e responsáveis, não aceitando esse tipo de provocação. O preocupante, contudo, é a ressurgência de cacoetes autoritários, como os que se baseiam nessas pseudo-explicações de “luta de classes”, de “elites” e de “golpe”. O seu correlato é uma espécie de incriminação da oposição, como se esta fosse um inimigo que deveria ser extermínado. Há uma nítida indisposição dessas elites petistas em lidar com a democracia, com a unidade no disenso.

A sua expressão mais imediata é o fortalecimento dos elos do PT com os “movimentos sociais”, leia-se com propostas da esquerda autoritária, que tem na luta contra a economia de mercado e contra a democracia os seus eixos condutores. Assim fazendo, essa reconfiguração do PT miraria na política econômica do próprio governo petista, por ser esta “capitalista” e “neoliberal”. A autofagia se apresenta em toda a sua nudez. E ela, como dizia Nelson Rodrigues, será castigada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar a matéria intitulada “Amanhã poderá ser tarde demais”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 15 de maio do corrente.

A matéria trata da insistente intromissão do Executivo no Legislativo. Como se o Ministério da Justiça não tivesse muitos problemas para resolver, instituiu como meta prioritária meter o “bedelho” em seara de outro poder. Criou a Secretaria da Reforma do Judiciário para acompanhar o projeto de criação do CNJ e as votações dos nomes indicados para a composição do Conselho. O mais interessante é que o próprio secretário da Secretaria da Reforma do Judiciário se candidatou para uma das vagas.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Amanhã poderá ser tarde demais

MAURÍCIO CORRÊA

Advogado

Desde que Montesquieu, no século XVIII, em *O Espírito das Leis*, concebeu as linhas mestras do sistema democrático de governo, ninguém melhor do que ele elaborou forma mais expressiva da manifestação da vontade popular do que a consubstanciada na clássica separação tripartite dos poderes do Estado.

Sob as bases dessa insuperável construção de ciência política é que as maiores democracias do planeta se organizaram e sobrevivem. Não há hegemonia de um poder sobre o outro ou sobre os outros. Cada um tem suas delimitações estabelecidas em suas próprias constituições. É, pois, dentro desses parâmetros que o exercício das funções de cada um se materializa.

É normal que nos regimes presidencialistas, como o nosso, o destaque maior seja dado ao Poder Executivo, levando-se em conta o elenco de atribuições que a Constituição Federal lhe outorga, tais como as de administrar o país e promover a execução das leis. Nem por isso, entretanto, a soberba deve subir à cabeça dos que se investem nessas altas funções. A simplicidade tem sido oapanhão dos grandes homens, inclusive de muitos de nossos presidentes da República.

Esperava-se com grande expectativa que o governo petista administrasse o país despidos dessa arrogância que tem sido sua marca registrada. As relações efetivamente harmônicas entre os três poderes da República é que asseguram e dão permanente sustentação à democracia. Poder-se-ia dizer que ninguém tem nada a ver com o descompasso das relações entre o governo e o Poder Legislativo. Mas tem sim. E muito, porque, afinal de contas, se não se encontram harmonizadas, as consequências acabam se refletindo sobre o povo.

Prova disso é a enxurrada de medidas provisórias que travam a pauta de votação nas casas do Congresso, o mau vezo de ações palacianas sobre lideranças que costumeira e cegamente a obedecem, além de outros comportamentos que caracterizam forma de fazer política com boa dosagem de autoritarismo e prepotência, tudo bem distante daquele mar de rosas antes prometido. Esse modo de operar as relações do governo tem produzido sucessivas derrotas nas votações das duas casas do Congresso.

A reforma do Poder Judiciário, com enfoque acentuado na criação do Conselho Nacional de Justiça, passou a ser, praticamente, a única preocupação no Ministério da Justiça, cuja pasta, esvaziada e entregue aos conflitos de índios, Polícia Federal e regularização de estrangeiros, tem tempo de sobra para ações estranhas às suas finalidades. Sem muito o que fazer, instituiu em sua área a Secretaria da Reforma do Judiciário, com a finalidade exclusiva de meter o bedelho em seara de outro poder.

De São Paulo veio o seu primeiro ocupante, que se dedicou efusivamente a fazer lobby no Congresso na votação do projeto da criação do CNJ, se empenhando até mesmo

na derrubada do dispositivo que tratava do efeito vinculante de decisões consolidadas pela jurisprudência do STF, felizmente aprovado para ajudar na limpeza do excesso de demandas repetitivas.

Em pleno vigor a Emenda Constitucional 45 e prestes a se instalar o CNJ, o Senado Federal já se organiza para a votação dos nomes que comporão o órgão, tendo, inclusive, baixado resolução que estabelece o rito das votações. O surpreendente de tudo isso é que o próprio secretário da Reforma do Judiciário, com todo o apoio de seu chefe imediato e empenho do Palácio do Planalto, se lança candidato à vaga no Conselho, destinada à Câmara dos Deputados. Submetidos os nomes que se apresentaram à apreciação do plenário, salvo vitorioso o constitucionalista Alexandre de Moraes, atual secretário de Cidadania e Justiça do Estado de São Paulo — aliás, contrário ao modelo do CNJ instituído na reforma — que obteve 183 votos contra 154 do candidato oficial — e sobre possuidor dos requisitos e qualificações para exercer a função. Foi mais uma fragorosa derrota infligida ao governo.

Além de tudo que todos já sabem em termos de péssima atuação do governo no Congresso e, em geral, na política de relações com a sociedade, contabiliza-se, para complicar ainda mais o quadro, o deferimento no STF do requerimento do procurador-geral da República de sete das oito diligências requeridas contra o presidente do Banco Central no Inquérito 2.206. Inclusive a quebra de seus sigilos bancários é fiscal. Por seu lado, continuam em fervescência as acusações contra o ministro da Previdência Social, agora com a formalização de representação do Ministério Público junto ao TCU, perante o mesmo tribunal e a PGR, além do pedido da abertura de inquérito agora ajuizado pelo procurador-geral da República no STF.

Se isso ainda não bastasse, novamente defronta-se o presidente da Câmara dos Deputados com o presidente da República, em virtude do voto aposto ao projeto de lei que concebe aumento de quinze por cento aos servidores da Câmara, do Senado e TCU. O grande

problema não está em si nas razões do ato, mas nas consequências políticas decorrentes da sua consumação.

À não ser que tenha sido apenas uma receita para suavizar o vexame do 0,1% da revisão salarial prometida aos servidores e o descumprimento do resgate da promessa do salto do reajuste de 23% dos militares, cujas mulheres estão na rua a bater panelas, o que tudo encerra.

E preciso que o presidente da República deixe a soberba de lado e dirija o país como um ser mortal comum e não como um príncipe divino ungido pelo Olimpo. Quem sabe amanhã não será tarde demais.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado *“História da ruína petista-lulista”* de autoria de Vinícius Torres Freire, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 06 de junho do corrente.

Apenas alguns meses bastaram para que pudesse se perceber que toda a antiga ideologia que o PT pregava foi por água abaixo. Uma série de imprudências e denúncias de corrupção mostraram que o plano de governo não é nada mais que uma política de

esmolas e marquetagem. Não há políticas estruturais de governo ou desenvolvimento, e, com dois anos e meio, temos isso: lama.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VINICIUS TORRES FREIRE

História da ruína petista-lulista

SÃO PAULO - *A natureza de Lula e seu PT manifestou-se em sua crua intiereza apenas após meses de governo. Apesar do despreparo intelectual e programático dos adeptos de Lula, havia pouca gente disposta a lhes negar mesmo o benefício da dúvida.*

Mas no poder os defeitos de base do PT desabrocharam. Em meses, esnobavam-se os últimos movimentos sociais da “base petista”, projeto iniciado em 1995, assumido em 2000 e esccarado em 2002. Ficou o “projeto de poder” sem idéias. O aparelhismo da pior esquerda. O arrivismo mais vulgar da alta burocracia partidária. Agora, não ficou nem mesmo o Roberto Jefferson.

Apesar de o PT ter renegado com despudor 20 anos de tolice econômica, o defeito de origem permaneceu. O governo Lula reagiu à ruína de FHC com os então corretos procedimentos de manual. Mas a ausência de quadros e idéias econômicos no PT o submeteram sem mais à onda conservadora mundial e ao poder da finança e da direita da tecnocracia econômica nacionais. O Tesouro Nacional é drenado pelo monetarismo idiota bancado por Lula.

O petismo-lulismo desconectou-se

do movimento social. Tornou-se movimento arrivista. Levou ao poder federal os seus quadros volantes, gente que participou do governo de várias prefeituras petistas, algumas muito bem administradas, outras a origem de escândalos sem explicação.

Vários assessores próximos de ministros e da cúpula federal muitas vezes aparecem na foto de licitações suspeitas, em consultorias de negócios federais esdrúxulos, em assassinatos: concorrências do lixo, GTech, Santo André, Celso Daniel.

O selvagem loteamento do governo, em parte para dar cargos a amigos mediocres de Lula e a tendências petistas, foi contraproducente mesmo do ponto de vista do pragmatismo político. O PT quebrou acordos tanto com a escória aliada como com gente mais séria no Congresso. Lançou o país em crise política.

Seu plano de governo é uma política de esmolas e marquetagem originada no quasifascismo paulista. Não há políticas estruturais de governo ou desenvolvimento. E, com dois anos e meio de governo, temos isso: lama.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Nada mais havendo a tratar, pedindo a Deus que abençoe a todos os brasileiros, a todos que trabalham nesta Casa e que coloque uma luz para que a verdade apareça nesta confusão, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 14, DE 2005**

(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinientos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Maguito Vilela
Prazo final: 1.8.2005.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 31, DE 2000***(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 29, DE 2002**

(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23.2.2005)

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002,

tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2003***(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 87, DE 2003**

(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26.4.2005)

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à

Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral*.

Parecer sob nº 463, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

– 8 –

PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa*.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

– 9 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B*.

APÓS ORDEM DO DIA

Votação em turno único, do Requerimento nº 599, de 2005, da Comissão de Educação,

solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer da Comissão de Educação, aguardando leitura; e

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 24 minutos.)

OS Nº 14027/05

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ROMEUTUMA NA SESSÃO DO DIA 8 DE JUNHO DE 2005, QUE ORA SE REPÚBLICA PARA FAZER CONSTAR DOCUMENTOS QUE A ELE SE REFEREM.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Senador Eduardo Suplicy, por confiança do Senador Antonio Carlos Magalhães, estou relatando a reforma da Lei Antidrogas. Um dos pontos mais críticos que estamos discutindo é a separação entre o usuário e o traficante, e como o Estado pode ajudar a recuperar aqueles que são usuários de drogas.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, pedir que seja encaminhado um voto de louvor à General Motors do Brasil, que completou oitenta anos de atividade em nosso País trazendo grandes progressos. Aliás, V. Ex^a e outros Srs. Senadores assinaram requerimento nesse sentido.

Como não há tempo – a gente se inscreve, mas dificilmente consegue falar –, e esse requerimento já está há dias comigo, peço à Mesa que autorize a publicação e aceite o requerimento para posterior apreciação de um voto de aplauso à empresa.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEUTUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores: é com muita satisfação que venho à tribuna para deixar registrada, nos anais do Senado Federal, a homenagem de meu Estado pelo transcurso dos 80

anos da General Motors do Brasil. Imaginei que era meu dever, como um dos representantes de São Paulo, propor este Voto de Aplauso à Empresa. É também, sem sombra de dúvida, um momento muito especial para a formidável rede de milhões de brasileiros que, como trabalhadores, fornecedores, revendedores, consumidores ou simples simpatizantes, se vêem envolvidos com uma das mais destacadas marcas do mundo contemporâneo – a General Motors (GM).

A decidida participação da GM na vida econômica brasileira e mundial, a excelência da ampla gama de produtos que a empresa coloca à disposição dos consumidores, as suas inquestionáveis ações sociais – que a posicionam como um importante personagem do ainda seletivo, porque restrito, grupo das chamadas *empresas-cidadãs* – dão sua exata dimensão. Assim, agradeço aos meus Colegas parlamentares que também perceberam a relevância da General Motors para o nosso País e apoiaram esse nosso requerimento.

Como assinala a história da industrialização brasileira, forjada a partir das pré-condições lançadas pelo Presidente Getúlio Vargas, o setor automobilístico teve seu grande e decisivo impulso somente na era JK, no final dos anos 50 do século passado, quando o Estado criou as condições mínimas para que as montadoras se estabelecessem em nosso País. Como consequência da inequívoca opção pelo transporte rodoviário e da abertura de milhares de quilômetros de novas rodovias, que rasgaram o nosso imenso território, a indústria automobilística percebeu a viabilidade de implantação de suas unidades fabris no Brasil.

A General Motors, ou simplesmente GM, como a marca ficou conhecida em todo o mundo, antecipou-se em várias décadas ao ímpeto desenvolvimentista de JK e jamais titubeou quando a questão é acreditar efetivamente no Brasil. Testemunha indesmentível disso é a sua instalação no País, há exatas oito décadas, no início de 1925. De lá para cá, vimos asseverar-se uma trajetória de continuado êxito e expansão, com a geração de empregos, oportunidades e renda para milhares de brasileiros, o que, por si só, já ensejaria a celebração que ora fazemos.

Mil novecentos e vinte e cinco não foi um ano excepcional para o Brasil, mas teve sua relevância histórica. Com as recorrentes ameaças do tenentismo e a formação da Coluna Prestes, que então começava a sua caminhada, o País vivia os derradeiros anos da República Velha. Uma visão de mundo estava na iminência de ser superada. Um modelo político antiquado marchava, então, para o completo esgotamento. Por sua vez, os Estados Unidos, sede da GM, experimentavam o interlúdio das duas grandes guerras e estavam ainda distantes da quebra da Bolsa de Nova

Iorque. Viviam, então, um dinamismo econômico que ultrapassava suas fronteiras.

É nesse contexto, aqui e alhures, que o Brasil recebe a General Motors. Instalada originalmente em galpões alugados no bairro do Ipiranga, em São Paulo, a empresa começa suas operações como uma montadora de veículos, já que recebia do estrangeiro os diversos componentes, limitando-se a montar o automóvel. Em pouco mais de dois anos são produzidos 25 mil veículos, o que anima a empresa a dar início, ainda em 1927, à construção de sua fábrica em São Caetano do Sul. Um ano depois, essa nova unidade fabril começa a produção regular de veículos, embora sua inauguração oficial ocorra apenas em 1930.

Montadora de veículos, fábrica de caminhões, responsável pelo primeiro ônibus com carroceria fabricada no País, a GM, em certa medida, iniciou a lenta popularização de um eletrodoméstico essencial que era privilégio de poucas, pouquíssimas famílias. Em 1932, abriu financiamento para os refrigeradores *Frigidaire*, marca que, em boa parte do século 20, foi epônimo de geladeira. Em minha juventude, recordo muito bem, a *Frigidaire* era o sonho de toda a dona de casa, e traduzia muito mais do que um simples desejo de consumo; era uma crescente necessidade, que a migração do meio rural para o urbano, a radical transformação do modo de vida impunha às famílias.

A trajetória da GM, ao longo de todas essas décadas, vem sendo acompanhada pelas várias gerações de brasileiros. O avanço, o desenvolvimento e a conquista de mercado têm sido a tônica desse empreendimento, que se renova e se amplia.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero destacar aquelas atitudes que, em minha opinião, revelam a face mais admirável dessa grande e generosa empresa: o tratamento dedicado aos seus funcionários, e o seu estatuto de autêntica empresa-cidadã, a partir da criação, em 1993, do Instituto General Motors.

No primeiro caso, parece-me mais do que louvável, quando ainda não era moda, a GM reconhecer que a sua “biografia foi escrita por funcionários que dedicaram a ela décadas de trabalho e que, mesmo aposentados, continuam presentes na empresa”. Para inúmeros trabalhadores, a GM, ao implementar uma política de recursos humanos inovadora, atenta e responsável às necessidades deles, transformou-se em uma verdadeira “segunda família”. Ali, como se dizia na minha juventude, o pessoal *veste a camisa*, porque sempre é prestigiado. E isso se torna visível na continuada preocupação da empresa com o bem-estar do funcionário e de seus familiares. O lazer, considerado pela empresa parte essencial da vida de seus empre-

gados, é promovido em bases regulares por intermédio das associações desportivas classistas, dos clubes de campo e do famoso *Clube dos 30*, que, desde 1986, reúne funcionários e antigos colaboradores.

Em 1993, preocupada com a ampliação do trabalho em políticas de desenvolvimento profissional, treinamento, saúde, bem-estar e educação, a GM criou o Instituto General Motors, o IGM. Com pouco mais de uma década, o instituto transformou-se em verdadeiro marco. O IGM tem a missão de recuperar a cidadania de crianças, jovens e adultos de comunidades carentes, localizadas no entorno de suas plantas industriais. São priorizados projetos sociais de média e longa maturação, centrados no desenvolvimento permanente de atividades sócio-educativas auto-sustentáveis. Mas há também os projetos emergenciais, que estão destinados a dar respostas rápidas e efetivas a segmentos sociais em situações de adversidade que demandam pronta ação.

Como destaca o vice-presidente do Instituto General Motors, Pedro Luiz Dias, o instituto e a própria GM enfrentam “um enorme desafio ao trabalhar com projetos sociais em um País com grandes desigualdades sociais como o nosso”. Por isso, recomenda: “é fundamental que as empresas trabalhem com profundo comprometimento na questão social”.

Enfim, Senhor Presidente, a General Motors, ao cabo de oito décadas entre nós, compõe imagens generosas do nosso cotidiano, imiscuindo-se nas paisagens das estradas, ruas, avenidas, praias e montanhas brasileiras. Quem não recorda os grandes sucessos de veículos de passeio, como Opala, Chevette e Monza, nos anos 60 e 70? Muitos deles cativaram consumidores por várias décadas. Nos dias de hoje, vemos os nossos espaços coletivos tomados pelos novos modelos GM, que traduzem o apuro da técnica e da sofisticação, em termos estéticos, mecânicos, funcionais e de segurança. Os modelos mais recentes — como Celta, Astra, Zafira e Meriva — são o resultado de anos de pesquisa e desenvolvimento, nos diversos pontos do planeta, inclusive no Brasil, semeados pela marca GM.

O Brasil, hoje, é sede de três complexos industriais automotivos dessa grande empresa: São Caetano do Sul e São José dos Campos, em São Paulo, e Gravataí, no Rio Grande Sul, inaugurado em 2000. Além disso, desde 1974 está em operação o Campo de Provas da Cruz Alta, em Indaiatuba, São Paulo, que reúne os mais modernos laboratórios e pistas da América Latina.

Em sua recente estada no Brasil, para as comemorações dos 80 anos da GM no País, o presidente mundial da maior montadora do planeta, Rick Wagoner, anunciou novos investimentos. A GM, que tem ven-

das mundiais de 190 bilhões de dólares por ano, vai aplicar 500 milhões de reais no Estado de São Paulo, no desenvolvimento do novo modelo do Vectra. Uma ótima notícia para os paulistas, mas também para os brasileiros. São recursos que fomentam o nosso crescimento.

Concluo, Sr. Presidente; mas antes quero congratular-me com o presidente da General Motors do Brasil, Ray G. Young — um jovem executivo obstinado pelo conceito de qualidade —, e com todos aqueles brasileiros que direta e indiretamente, no chão de fábrica e nas revendedoras, nos laboratórios e na rede de fornecedores, colaboraram com a empresa. É graças ao talento, empenho e dedicação de todos eles que a GM ocupa a privilegiada posição de líder mundial do setor automobilístico. E foi também graças a esses brasileiros que, em 2004, a empresa conquistou o inédito primeiro lugar no mercado brasileiro.

Parabéns, General Motors! O Brasil comemora com a GM 80 anos de sucesso.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEUTUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO N° , DE 2005

Requeiro, nos termos do art.222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos Anais do Senado voto de aplauso à General Motors do Brasil, no momento em que são comemorados os oitenta anos de atividade no Brasil.

Justificação

Venho propor a esta Casa a comemoração dos oitenta anos do início das atividades da General Motors no Brasil por considerar que essa empresa constitui exemplo de dinamismo e competência no cenário produtivo nacional.

Em 26 de janeiro de 1925, foi inaugurada a primeira fábrica da General Motors no Brasil. Tal unidade fabril atuava como montadora, em galpões alugados, em São Paulo. Em 1958, começava a operar sua segunda fábrica. Em 1968, a General Motors do Brasil lançava no País o primeiro automóvel marca Chevrolet — o Opala, que foi produzido durante 24 anos. Nos anos seguintes, outros modelos da GMB foram sucessos de vendas, a exemplo do Chevette, lançado em 1973, cuja produção alcançou 1,2 milhão de unidades, até ser substituído pelo Corsa, em 1994. Esse foi o primeiro veículo popular com injeção eletrônica de combustível.

Posteriormente, em 2000, a GMB inaugurou uma das fábricas mais modernas do mundo, em Gravataí, no Rio Grande do Sul, com um sistema de montagem para os carros da linha Celta, com a parceria dos fornecedores sistemistas e que, por seu caráter inovador, passou a receber a visita de especialistas em montagem do mundo todo.

Além disso, atestando a capacidade da empresa de modernizar seus procedimentos, a GMB adotou pioneiramente o comércio eletrônico de automóveis, iniciado com o Celta, que se tornou o mais vendido do mundo via Internet. Atualmente, a GMB comercializa, além de toda a linha Corsa, diversos outros modelos pela rede eletrônica.

O constante crescimento da General Motors do Brasil, em um setor caracterizado pela forte concorrência, é consequência do contínuo investimento da empresa em tecnologia e em novas instalações no País, refletindo-se no lançamento ininterrupto de novos modelos nos últimos anos.

A empresa possui hoje 502 pontos de venda no País e emprega 17 mil funcionários. Atualmente suas instalações compreendem o Complexo Industrial Automotivo de São Caetano do Sul, o Complexo de São José dos Campos, o Complexo Industrial Automotivo de Gravataí, o Campo de Provas de Cruz Alta em Indaiatuba, o Centro Distribuidor de Peças em Sorocaba, e o Complexo Industrial e Comercial de Mogi das Cruzes.

Em 2003, um ano de dificuldades para a economia nacional como um todo, a GMB produziu 333.444 unidades, conseguindo a vice-liderança nacional e, além disso, superando, pela primeira vez, a Volkswagen nas vendas acumuladas no mercado total. Esse foi o terceiro ano consecutivo em que a GMB aumentou sua participação no mercado, obtendo o primeiro lugar no segmento de automóveis. Ressalte-se, também, que a empresa tem alcançado recordes nas exportações, com vendas de aproximadamente US\$ 1 bilhão, em 2002, e de US\$ 1,205 bilhão, em 2003, em conjunto com a GM Argentina.

Um importante aspecto a ressaltar na história da General Motors do Brasil foi a criação, em 1993, do Instituto General Motors para apoio às comunidades carentes situadas próximas às instalações industriais da empresa. O Instituto atua no desenvolvimento profissional, na saúde, educação e bem-estar social dessas populações, em projetos sócio educativos, de média e longa maturação e em projetos emergenciais. Segundo o vice-presidente do Instituto, esse trabalho constitui um enorme desafio em um país com grandes desigualdades sociais. Em suas palavras, “é fundamental que as empresas trabalhem com profundo

comprometimento na questão social, pois só assim conseguiremos mudar este cenário”.

Por toda sua relevante participação na economia e na sociedade brasileiras, proponho a esta Casa que prestemos justa e devida homenagem à General Motors do Brasil, em comemoração aos oitenta anos de suas atividades no País.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 24 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR, ORA SE PÚBLICA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero discutir menos a questão regimental e discutir a questão política de fundo, porque, ao final daquela votação, a sessão foi bastante tumultuada.

Hoje mesmo, o Senador Romeu Tuma disse que eu tinha feito um acordo com o Senador José Agripino, de que não haveria nenhum voto contrário. Nunca tratei do assunto nem com o Senador José Agripino, nem com o Senador Arthur Virgílio, nem com o Senador José Jorge. O único Senador com quem eu tratei foi o Senador Tasso Jereissati, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Quando lá cheguei, logo após a arguição – estava terminando a arguição do Sr. Alexandre de Moraes –, o Senador Tasso Jereissati disse que um Assessor da Liderança, o Gustavo, estaria pedindo voto contrário à votação do indicado Alexandre de Moraes. Eu disse que não havia nenhuma orientação da Liderança do Governo nessa direção. Chamei o Assessor e lhe perguntei se ele estava pedindo voto contrário para a base do Governo. Ele disse que não, que estava apresentando a arguição e os argumentos contrários à indicação, que eram basicamente de duas naturezas: o reconhecimento do longo trabalho do jurista e advogado Sérgio Renault, que foi um dos formuladores da proposta do controle externo da Magistratura e que trabalhou durante todo o processo para construir a reforma do Judiciário – mais tarde, inclusive nos últimos dois anos, junto ao Ministério da Justiça e conosco aqui, nessa tarefa específica, para aprovar a citada reforma; e a consideração de que a indicação de Alexandre de Moraes, que vinha de uma crise na Febem, que tinha escrito artigos contrários ao Conselho da Magistratura, inclusive com a presença de alguém de fora do corpo do Judiciário, era uma injustiça. No entanto, disse-me que a arguição tinha sido bem respondida e que, juridicamente, o Sr. Alexandre de Moraes tinha uma bela formação acadêmica.

Eu disse ao Senador Tasso Jereissati que, se houvesse articulação na Comissão, eu trataria de reverter ao Plenário, porque eu reconhecia que a indicação vinda da Câmara tinha de ser respeitada, mas que havia divergência política com relação à indicação.

Quando abriu a votação, o Ministro Nelson Jobim não teve nenhum voto contrário; todos os demais tiveram dois votos contrários; o único que teve três votos contrários foi o Sr. Alexandre de Moraes. Mas era uma votação que mostrava claramente que não houve articulação, do assessor ou da liderança, contrária à aprovação.

Vim ao plenário e conversei com vários Senadores – pois a imprensa havia dito que vários Senadores do PT tinham assinado a CPI – para verificar se era verdade. Não era. Fui verificar como iam votar. Alguns iam votar contrariamente e outros, favoravelmente. No entanto, eu estava absolutamente despreocupado.

Não senti nenhum movimento no sentido de rejeição do nome. Não houve. Tivemos 16 votos contrários.

Vou ler as votações que fizemos na semana anterior, em que havia acordo para votar. Várias vezes pedi o apoio dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino na votação. Por exemplo, a votação do Sr. Eduardo Flores Vieira para o cargo de Defensor Público-Geral da União: foram 41 a 12. Ele passou no limite, precisava de 41 votos. Houve 12 votos contrários e uma abstenção. O General-de-Exército Sérgio Ernesto Alves Conforto teve 13 votos contrários. O Sr. Noburo Ofugi, para a ANTT, teve 20 votos contrários. O Sr. Dalvino Franca, para a Agência Nacional de Águas, teve 20 votos contrários. O Sr. Otto Agripino Maia teve 7 votos contrários. Tudo isso mostra que havia uma disparidade muito grande. Para a Ancine, houve 25 votos contrários e 26 a favor. Na mesma votação, apesar de haver acordo, chegamos a ter de 7 a 25 votos contrários. Dependendo do nome, do cargo, do clima, as votações evoluíam.

Naquela noite, o Senador José Agripino inverteu a pauta. S. Ex^a não conversou comigo em nenhum momento. Imaginei que quem patrocinava a candidatura estava atento às questões, sobretudo ao **quorum**. Dois Senadores do PFL não votaram, dois do PSDB não votaram, oito do PMDB não votaram, quatro da base não votaram. E eu desafio quem quer que seja a dizer que nós, de alguma forma, pedimos para alguém não votar. O exemplo da Oposição de não estar no plenário é o mais transparente de que não houve qualquer mobilização das Lideranças da Oposição no sentido de buscar

construir. Sequer conversaram comigo em nenhum momento da votação.

Por isso, sou favorável a essa solução, mas termino apenas expressando qual é o problema de fundo, com o artigo “O congresso e o bom conselho”, do jurista Dalmo Dallari, conhecido de todos e, durante tanto tempo, Diretor da Escola de Direito do Largo do São Francisco.

Ele diz assim:

(...) o Dr. Sérgio Renault tornou-se um dos brasileiros com mais conhecimento das necessidades e dos problemas do Poder Judiciário.

Apesar de suas elevadas credenciais, seu nome foi preterido pela Câmara dos Deputados. Em seu lugar foi escolhido o Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, dr. Alexandre de Moraes, ex-membro do Ministério Público Estadual, com menor envolvimento no estudo dos assuntos do Poder Judiciário e, portanto, menos preparado para a tarefa específica. Sem nenhum demérito para o Dr. Moraes, o fato é que a Câmara dos Deputados desprezou os conhecimentos específicos e o preparo superior, neste caso, do dr. Sérgio Renault, tendo indicado o Dr. Alexandre de Moraes com base em sua vinculação partidária, pois ele é militante de um Partido que faz oposição ao presidente da República. Partidarizando a questão, a maioria dos deputados votantes não teve a grandeza de se colocar acima das disputas mesquinhias e decidiu como oposição, não havendo a míima dúvida de que o interesse público não teve peso nessa escolha.

Feita a indicação do nome do Dr. Alexandre de Moraes, era dada como certa sua aprovação pelo Senado. Entretanto, seu nome foi rejeitado pelos senadores, o que provocou a reação indignada de vários de seus companheiros de partido, que qualificaram de mesquinha a rejeição, por ter sido baseada em questões político-partidárias e não no interesse público. O fato seguinte, que também pode ser enquadrado no campo das mesquinharias, foi o boicote das votações para ratificação dos nomes já aprovados para o Conselho Nacional de Justiça. Os partidos de oposição no Senado pura e simplesmente decidiram negar o número para as votações, visando com isso agredir o Poder Executivo e sem levar em conta que estavam agredindo o interesse público.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que sou favorável a uma solução regimental. Acho que devemos convergir para essa solução, porque é uma indicação da Câmara dos Deputados, deve ser respeitada. Há uma indisposição em relação a um setor da nossa base pelo fato da rejeição do nome de Sérgio Renault.

Faço um apelo para que aprovemos essa indicação, registrada a nossa posição com transparência e de forma pública.

Termino dizendo que, tanto na Comissão quanto no Plenário, não havia da nossa parte nenhum ambiente que levasse ao movimento de derrubada dessa indicação, tanto que dezesseis votos é menos do que toda a média que a Oposição votou em todas as indicações anteriores. E é menos do que Argolo, da OAB, cuja indicação foi votada logo a seguir, que teve 15 votos contrários e 4 abstenções.

Portanto, é da prática da votação secreta esse tipo de divergência quando há de fato uma motivação política de qualquer natureza no Plenário.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 24 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicio o pronunciamento de hoje homenageando Villas-Bôas Corrêa, um grande articulista político, atualmente no **JB**, que, hoje, redige um artigo, como sempre inteligente, sob o título: “Hora de baixar a crista da arrogância”. Inicia, dizendo:

Seria um exagero aconselhar o presidente Lula, o governo e o PT a trocar as chuteiras da arrogância pelos confortáveis chinelos da humildade. Décadas de caneladas nas pernas do adversário provocador sedimentam hábitos que se incorporam à personalidade, calombos que se acomodam nos cacoetes de cada um.

Senadora Heloísa Helena, creio que é lúcido refletir sobre esse viés autoritário, sim, do Presidente. Veja a contradição: com uma arrogância inusitada – e eu diria surpreendente e inexplicável –, o Presidente demonstra um viés autoritário. Mas há uma contradição, porque, embora portador desse viés, revela, quase sempre, incapacidade para o exercício da autoridade, que lhe falta.

Esta tem sido, com certeza, a principal razão de percorrermos caminhos ou descaminhos que nos con-

duziram a este momento dramático, com a explosão de escândalos de corrupção em vários setores do Governo e do Poder Legislativo: a ausência de autoridade. Não se governa sem a capacidade de exercer liderança e de impor autoridade, sem autoritarismo. Democraticamente, mas certamente com o espírito de liderança insubstituível. Isso falta no Presidente.

O discurso de ontem, na televisão, foi frustrante. Creio que poderia bem ter evitado. Dez minutos preciosos na mídia nacional desperdiçados. Foi frustrante mesmo a locução do Presidente da República ontem à noite. Repetiu o que já havia dito, e não convenceu, mais uma vez. Utilizou-se do trabalho excepcional da Polícia Federal, que, como instituição, o exerce independentemente de quem governa o País, em qualquer circunstância. Tem sido assim em vários governos. Que o diga o Senador Romeu Tuma, de excepcional trajetória na Polícia Federal, de feitos tão importantes e reconhecidos popularmente que se tornou Senador da República eleito pelo povo de São Paulo.

A Polícia Federal é uma instituição que tem que ser preservada e enaltecidida, cujo trabalho todos nós reconhecemos. Trata-se, repito, de apropriação indébita do Presidente valer-se da ação exemplar da Polícia Federal para justificar a postura de combate à corrupção. O Presidente não tem combatido a corrupção, infelizmente. Já em 2003, a Oposição – fiz referência, há poucos dias, a discursos pronunciados – alertava o Governo para a relação espúria entre o Poder Executivo e parte do Poder Legislativo, com a instalação desse balcão de negócios, estabelecendo a barganha, o apoio, em troca de ministérios, de cargos comissionados, de emendas parlamentares, etc.

Esperava-se muito mais do Presidente, ontem, que praticamente ignorou o escândalo de corrupção, que tem origem, sim, em seu governo. Houve uma tentativa recente do Presidente da República, em discurso em Goiás, de transferir integralmente ao Congresso Nacional a responsabilidade pela corrupção. É evidente que a fonte, a origem, o princípio da corrupção está no Poder Executivo. É lá que há instrumentalização para a captação de recursos utilizados na tarefa de corromper alguns parlamentares do Congresso Nacional. Portanto, o Presidente não podia deixar, em seu discurso, de fazer referência a isso com clareza, assumindo a realidade.

Há uma articulação que tem origem no quarto andar do Palácio do Planalto, que arquitetou esse esquema de corrupção. E é evidente que, para desvendá-lo, temos que chegar, sim, até o Palácio do Planalto,

mais precisamente no quarto andar, muito próximo ao Presidente da República.

Esperávamos do Presidente uma palavra autorizatória para que essa ação de investigação chegue sim ao núcleo do poder central, onde mora a grande responsabilidade por tudo o que está ocorrendo, neste momento, em matéria de decepção, de indignação nacional com a corrupção que, desabridamente, tomou conta do Poder Público no País.

Não fez referência também, o Presidente da República, à propalada reforma ministerial. Aliás, revela despreparo e insegurança quando trata do tema. Já foi assim antes. Discutiu-se a reforma ministerial durante meses, e, depois, de reforma ministerial nada se viu. Há substituição de um nome por outro, a manutenção dessa estrutura agigantada, com superposição de ações, com paralelismo. Enfim, é um Governo gastador no que diz respeito ao custeio da máquina, e um Governo deploravelmente mau investidor, porque não só não sabe estabelecer prioridades adequadas, como aplica muito mal os recursos oriundos da receita gigantesca que aufera em função da elevação da carga tributária, que exorbitou e que implica desrespeito a compromissos também assumidos pelo Presidente da República na campanha eleitoral e pelo seu Governo, especialmente através da palavra do Ministro Antônio Palocci de que não haveria elevação da carga tributária.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou permitir, Senador José Jorge, mas, antes, quero dar continuidade ao tema da reforma ministerial.

Mais uma vez, o Presidente da República acena com a reforma ministerial a pretexto de deslocar o alvo. Ou seja, o Presidente quer apresentar um novo ciclo de Governo. É o que insinua. No entanto, não temos nenhuma esperança de que isso ocorra, porque anuncia a reforma ministerial e fala em realizá-la através do PMDB e do PP, ou seja, mantendo o modelo de barganha. Se o Presidente dissesse que assume os erros, que reconhece que não constituiu bem o Governo...

Aliás, Maquiavel, em **O Príncipe**, diz que se conhece a competência ou a incompetência, o preparo ou o despreparo de quem governa no momento de constituir a equipe. Se constituir mal revela, de pronto, sua incompetência, seu despreparo. Foi o que ocorreu com o Presidente da República. Agora, só restaria ao Presidente da República a alternativa de recompor sua equipe buscando pessoas talentosas, e convocando-as. Mesmo aquelas desestimuladas para a atividade pública poderiam ser despertadas para essa finalida-

de e convocadas a ocupar funções importantes que pudesse restabelecer a credibilidade sob o ponto de vista da competência e da eficiência administrativa. Mas não é barganhando com o PMDB e com o Partido Progressista que o Presidente da República haverá de constituir uma equipe de competência e eficiência para recuperar o tempo que perdeu nesses dois anos e meio de absoluta incompetência administrativa.

Concedo um aparte ao Senador José Jorge, ilustre Líder da Minoria nesta Casa, com prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Alvaro Dias, gostaria também de me congratular com V. Ex^a pelo tema do seu discurso. Realmente, todos esses problemas do Governo Lula vêm desde o início, na formação do Governo. Em primeiro lugar, ele montou um Governo grande demais, com 36 ministérios, 19 só do PT. Montou-o de forma desequilibrada em relação aos seus aliados. Não escolheu bem, não levou em conta critérios de competência, de técnica, na formação do seu Governo. Então, é um Governo que anda aos trancos e barrancos. Ao fazer uma reforma, a meu ver, o Presidente só piora as coisas, porque demorou seis meses e, na verdade, só mudou um ministro. Trocou o Ministro da Previdência: saiu um ministro, entrou outro; e colocou um ministro novo no Planejamento, que estava vazio. Agora, o Ministro José Dirceu saiu, na semana passada, atendendo a um pedido do Deputado Roberto Jefferson, aparentemente. De lá para cá, a reforma parou, não se fez mais, e ninguém sabe o que se vai fazer. Está-se esperando o Presidente José Sarney voltar, discute-se, mas não se chega a lugar algum. Quanto ao Ministro Aldo Rebelo, ontem mesmo acompanhei um jornal na televisão, esperando o resultado de uma reunião para ver se o Ministro Aldo iria sair ou não. O Ministro Aldo já saiu umas quatro ou cinco vezes, mas não sai realmente. Então, na verdade, isso nos deixa incrédulos de qualquer mudança. Acho que, no fundo, no fundo, é aquela velha história: a montanha vai parir um rato novamente. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador José Jorge. Realmente esse anúncio de reforma ministerial com base no PMDB e no PP é um filme a que já assistimos. Recentemente presenciamos uma reforma ministerial que se constituiu apenas na mudança de dois ministros: a ascensão do Ministro Eunício de Oliveira, do PMDB da Câmara; a ascensão do Ministro Amir Lando, do PMDB do Senado, para reconstituírem a base de apoio do Governo. E, posteriormente, a substituição do Ministro Amir Lando pelo Ministro Romero Jucá. Portanto, são alterações que se restringem a nomes, mas que não alteram o modelo

e, não alterando o modelo, mantêm o mesmo sistema espúrio de constituição de Governo que só leva, infelizmente, à incompetência.

Ouço o Senador Paulo Paim, com prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, neste momento em que faço um aparte a V. Ex^a, percebo que faz uma análise tranquila na tribuna, com críticas naturais de um Senador de Oposição. Nós que estivemos nessa posição durante um longo período, também fazímos críticas e cobrávamos ações do Governo anterior. Então é com muita tranquilidade que faço este aparte, inclusive para lhe dizer que vi com satisfação a indicação da Ministra Dilma. Até mesmo as falas de S. Ex^a nesse pequeno espaço de tempo, dizendo que não fará nenhum acordo de indicações políticas e caminhará no campo de profissionais que tenham uma estória, no campo da ética, da moral, da competência para atuar na gestão de Governo. Quanto à fala do Presidente Lula, eu lhe confesso – e disse isso na tribuna hoje – que ouvi com certa tranquilidade. Eu não esperava que o Presidente Lula, em um momento difícil como este, em que há uma crise – e nós reconhecemos –, fosse fazer um discurso de sindicalista, ou de presidente de partido, ou de presidente de ONG, ou de presidente de associação de bairro, ou de alguém que estivesse indignado, naquele momento, com o trabalho – para mim, sem nenhum problema – da Oposição, que tem cobrado mesmo e quer fiscalizar. Esse é o papel da Oposição. Ele fez, para mim, Senador Alvaro Dias, um discurso buscando diálogo, entendimento; que o País não pode parar; que, as CPIs instaladas, o Congresso fará a sua parte. Claro, elogiou o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público, que estão corretos e adequados. E não há como não fazê-lo. Como é que nós, V. Ex^a, eu próprio e qualquer um aqui não elogiaríamos? Enfim, eu faço mais um aparte – não é nem mesmo uma contestação – porque entendo o papel que V. Ex^a, de forma muito respeitosa, tem desempenhado aqui no Congresso Nacional. Eu diria até muito mais respeitosamente do que foi feito por alguns companheiros que, no passado, foram muito mais agressivos em relação ao Presidente Fernando Henrique. Reconheço também a posição alta do seu Partido, deixando muito claro que discorda – eu também – daqueles que dizem que é a preparação de um golpe. Sinceramente, eu não concordo com essa tese e acho que é bobagem. A Oposição está cumprindo o seu papel. Quem é da Base do Governo tem de explicar o que está acontecendo. E aí eu fico com aquela frase que tenho repetido seguidamente:

que se instale uma, duas, três CPIs. É essa a perspectiva, de acordo com a decisão do Supremo no que tange à CPI do Bingo, além da já instalada CPI dos Correios. E doa a quem doer! Quando digo, doa a quem doer... O Senador Romeu Tuma não está aqui neste momento, e eu aproveito o seu tempo. Sei que a Senadora Heloísa Helena será tolerante com os Senadores. O Senador Romeu Tuma diz: “Doa a quem doer, como?” Ora, doa a quem cometeu os delitos! Seja de que Partido for porque o povo já marchou (arcou com as despesas), indiretamente, porque foi apropriação indébita do dinheiro da população. Portanto faço o aparte de forma muito respeitosa a V. Ex^a. Conversei muito já com V. Ex^a, entendo a posição, para mim muito equilibrada, do seu Partido, que quer investigar e em nenhum momento apontou numa linha de derrubada de Pedro, ou de Paulo, ou de João. Então o aparte é muito mais nessa linha. Entendi que o pronunciamento do Presidente Lula foi no sentido de buscar certa harmonia para que as investigações da corrupção se dêem normalmente, e aí sim, que doa a quem doer.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, muito obrigado. V. Ex^a tem sido um exemplo de elegância quando discorda. E contribui, no Senado Federal, participando dessa seleção de construtores, aqueles que realmente não querem destruição, querem construção de um futuro melhor. Discordamos, evidentemente, nesse momento sobretudo porque, para nós, o discurso do Presidente da República foi um filme já visto, houve repetição de afirmações sem nenhuma consequência prática. Gostaria de ter ouvido, por exemplo, do Presidente ontem, a convocação daquele Conselho de Combate à Corrupção, integrado pela OAB, pela CNBB e pela Transparência Brasil, que foi instituído por decreto em outubro de 2003, mas que jamais funcionou.

É evidente que à Oposição cabe a crítica. Temos que apontar os erros e não as soluções, mas de quando em vez escorregamos para a tentação de sugerir. Por isso, quando falamos em reforma de ministério, ficamos até um pouco constrangidos porque queremos apontar o modelo de reforma que deveria fazer o Presidente da República, mas creio ser também papel da Oposição, ao criticar, oferecer alternativas. Por essa razão, apontamos – é claro, despretensiosamente – o caminho da competência administrativa na busca de figuras talentosas da sociedade brasileira para valorizar a equipe, contribuir com conteúdo, qualidade e competência.

V. Ex^a faz referência à Ministra Dilma Rousseff. Não a conheço. Não conheço sua história na vida pública no Rio Grande do Sul, mas certamente o seu perfil é adequado. Para que V. Ex^a sinta a sinceridade da nossa manifestação desta tribuna...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...entendo que o Presidente acertou em relação à Ministra Dilma porque a Casa Civil exige alguém com competência técnica para agilizar os procedimentos referentes aos processos que chegam para conhecimento e decisão de despacho do Presidente da República. Quando há alguém sem esse perfil na Casa Civil, certamente há um acúmulo dos processos, e o Presidente da República passa a imagem de incompetência, ineficiência exatamente em função da lentidão dos procedimentos administrativos. Então há que se priorizar, sim, a característica técnica nessa área. É evidente que não há

como compatibilizar na mesma função o responsável por esse gerenciamento burocrático com o responsável pela articulação política. Daí ter surgido, junto à Presidência da República, a figura do articulador político, hoje o Deputado Aldo Rebelo*.

Portanto, Senador Paulo Paim, nós achamos que ainda há tempo para o Governo tornar-se mais eficiente. Eu creio que perdemos muito tempo: dois anos e meio. Isso é muito.

Um provérbio chinês diz que a palavra pronunciada, a seta lançada e a oportunidade perdida não voltam atrás. São três coisas que não voltam atrás: a palavra pronunciada, a seta lançada e a oportunidade perdida.

Perdemos incríveis oportunidades de crescimento econômico, de geração de emprego, de mudança efetiva, de construção de um futuro melhor para o povo brasileiro. – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena..

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

SENADOR: RENAN CALHEIROS

0415

27/06/2005
segunda-feira

-
- | | |
|-------|--|
| 11:00 | <ul style="list-style-type: none"> - Lançamento conjunto Senado Federal e UNESCO do livro Mortes "matadas" por armas de fogo, prefaciado pelo Presidente Renan Calheiros, com a presença do Senhor Jorge Werthein, Representante no Brasil, e dos membros da Frente Parlamentar Mista por Um Brasil sem Armas <p style="text-align: center;">Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal</p> |
| 12:00 | <ul style="list-style-type: none"> - Senhor Marco Mona, Presidente da Associação para Prevenção da Tortura - APT, acompanhado da Senhora Beatriz Affonso, Diretora do Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional - CEJIL <p style="text-align: center;">Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal</p> |

Myrka
Martha Lúcia Mazzucatto
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N° 252**, ADOTADA EM 15 DE JUNHO DE 2005 E PUBLICADA NO DIA 16 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “INSTITUI O REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO PARA A PLATAFORMA DE EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – REPES, O REGIME ESPECIAL DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL PARA EMPRESAS EXPORTADORAS – RECAP E O PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL, DISPÕE SOBRE INCENTIVOS FISCAIS PARA A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EMENDAS N.º	
Deputado Abelardo Lupion	264, 323, 324,
Deputado Alceu Collares	313, 314, 315, 358,
Senador Álvaro Dias	222, 291, 356, 359, 360, 403,
Deputado André Figueiredo	149
Deputado André Zacharow	063, 072, 079, 083, 095, 404, 405, 406, 407,
Deputado Antonio Cambraia	336, 337,
Deputado Antonio Carlos Pannunzio	166, 298,
Senador Antonio Carlos Valadares	105, 220
Deputado Antonio C. M. Thame	007, 026, 029, 039, 057, 104, 134, 160, 165, 182, 209, 223, 292, 357, 361, 362, 363, 402, 408,
Deputado Arnaldo Faria de Sá	106, 196, 256, 265, 364,
Deputado Ary Kara	350,
Senador Arthur Virgílio	157, 250, 262, 281, 282,
Deputado Augusto Nardes	002, 035, 046, 180, 344,
Deputado Benedito de Lira	365,

Deputado Carlos Eduardo Cadoca	008, 041, 084, 128, 181, 237
Deputado Carlos Melles	177, 178
Deputado Carlos Mota	125, 329,
Deputado Carlos Nader	366,
Deputado César Borges	275,
Deputado Chico da Princesa	288,
Deputado Delfim Neto	130
Deputado Devanir Ribeiro	123, 289,
Deputado Dilto Vitorassi	252,
Deputado Dimas Ramalho	042, 075, 155
Senador Eduardo Azeredo	233, 293, 401,
Deputado Eduardo Cunha	016, 017, 183, 210
Deputado Eduardo Gomes	138, 184, 185, 186, 224, 226, 346, 409,
Deputado Eduardo Paes	158, 167, 172, 176, 238, 241, 242, 243, 247, 249, 253, 266, 267, 268, 269, 270, 299, 410, 411.
Deputado Eduardo Sciarra	139, 187, 194, 197, 225, 227, 284, 354, 367, 412,
Deputado Eduardo Valverde	018, 019, 020, 050, 115
Senador Efraim Moraes	195,
Deputado Eliseu Resende	193,
Deputado Fernando Bezerra	141, 188
Deputado Fernando Coruja	051, 273,
Deputado Flexa Ribeiro	064, 071, 077, 082, 086, 092, 093, 096, 234, 239, 277, 304, 400, 415, 416, 417,
Deputado Francisco Dornelles	044, 059, 089, 112, 118, 131, 136, 168, 205, 219, 236, 276, 305, 306, 307, 320, 321, 325, 326, 330, 331, 390, 418, 419, 420,

Deputado Francisco Turra	108, 368,
Deputado Geddel Vieira Lima	309, 342,
Deputado Geraldo Resende	021, 025, 043, 421,
Senador Gerson Camata	279,
Deputado Gerson Gabrielli	124, 200, 347,
Deputado Gervásio Silva	060, 087, 169, 214, 413,
Deputado Gustavo Fruet	052, 231
Senador Hélio Costa	300, 328, 369, 414
Deputado Jackson Barreto	126, 285,
Deputado Jamil Murad	257,
Deputado João Magalhães	383,
Deputado João Paulo Cunha	150
Deputado João Pizzolatti	389,
Deputado José Carlos Aleluia	113, 116, 129, 142, 152, 162, 228
Deputado José Carlos Araújo	387,
Deputado José Carlos Machado	159
Deputado José S. de Vascocellos	371,
Senador José Jorge	153, 201, 423,
Deputado José Militão	127, 145, 146, 370, 384, 385, 386,
Deputado Josias Gomes	422,
Deputado Júlio Lopes	147, 254, 255, 395, 396, 397, 398, 399,
Deputado Julio Semeghini	003, 009, 011, 012, 028, 031, 033, 036, 038, 047, 058, 066, 067, 068, 073, 080, 090, 097, 100, 101, 102, 103, 109, 110, 117, 120, 189, 345,
Deputado Lael Varella	373,
Senador Leonel Pavan	161, 240, 294,
Deputado Lobbe Neto	174, 235, 295, 424,

Senadora Lúcia Vânia	163, 425,
Deputado Luiz Carlos Hauly	001, 004, 037, 040, 048, 049, 055, 062, 094, 114, 143, 148, 151, 154, 198, 211, 278, 283, 327, 338, 339, 340, 341, 348, 349, 374, 426, 427, 428, 429, 430, 431,
Deputado Luiz Carlos Heinze	316, 317, 372,
Deputado Luiz Piauhylino	013, 069, 088
Deputado Marcello Siqueira	121,
Deputado Marcelo Barbieri	322, 432,
Deputado Marcelino Fraga	375,
Deputado Max Rosenmann	140, 206, 244, 245, 248, 251, 310, 352, 353, 355, 391, 392, 393, 394,
Deputado Mendes Ribeiro Filho	156, 332,
Deputado Miguel de Souza	311
Deputado Moreira Franco	192, 433
Deputado Mussa Demes	221
Deputado Nelson Marquezelli	258, 259, 260, 274, 382, 434, 435
Deputado Nelson Meurer	212, 376,
Deputado Nelson Proença	005, 014, 015, 022, 027, 030, 032, 034, 065
Deputado Odair Cunha	343,
Deputado Osmar Serraglio	377,
Deputado Pauderney Avelino	056, 098, 107, 111, 207, 215, 216, 217
Deputado Paulo Bauer e outro	132, 133, 135
Deputado Raul Jungmann	006, 099
Senador Reginaldo Duarte	280, 333,
Deputado Reginaldo Lopes	261, 378,
Deputado Roberto Brant	297,
Deputado Ricardo Barros	232, 308, 436, 437,

Deputado Roberto Freire	078, 081
Senador Rodolpho Tourinho	122, 190, 438,
Deputado Ronaldo Caiado	388,
Deputado Ronaldo Dimas	010, 023, 045, 053, 054, 061, 091, 119, 137, 144, 164, 171, 208, 218, 296, 302, 303, 312, 439,
Deputado Sandro Mabel	199
Senador Sérgio Guerra	173, 175, 246,
Senador Sergio Zambiasi	286, 290,
Deputado Severiano Alves	318, 319, 334, 335,
Deputado Silvio Torres	170, 179, 229, 271,
Senador Valdir Raupp	191, 301, 440, 442
Deputado Vignatti e outros	379,
Deputado Vignatti	380,
Deputado Vittorio Medololi	351,
Deputada Yeda Crusius	024, 230, 263, 272,
Deputado Zarattini	070, 074, 076, 085, 287, 441
Deputado Zonta	202, 203, 204, 213, 381,

SSACM**TOTAL DE EMENDAS: 442**

ATO DO PRESIDENTE N.º 076, DE 2005

“Retifica o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao **primeiro quadrimestre de 2005**.”

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e parágrafo único, e, 55, inciso I, alínea “a” e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica retificado, na forma do anexo, o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** do Senado Federal, aprovado pelo Ato do Presidente nº 72, de 2005, referente ao primeiro quadrimestre de 2005, compreendendo a consolidação dos dados de maio de 2004 a abril de 2005, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2004 A ABRIL/2005

LRF, art. 55, inciso I, alínea “a” – Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDA	DESPESA LIQUIDADA	
		MAI/2004 A ABR/2005	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)		1.382.186	
Pessoal Ativo		1.104.311	
Pessoal Inativo e Pensionistas		580.842	
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF).		302.967	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		4.271	
Decorrentes de Decisão Judicial		0	
Despesas de Exercícios Anteriores		162.013	
<i>Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados</i>		136.683	
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF).		0	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II).		0	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)		52.324	
Contribuições Patronais		52.324	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I + II+III)		1.434.510	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		280.593.633	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V)			
= (IV /V) x 100		0,51	
LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20 da LRF)	0,86%	2.413.105	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,82%	2.300.868	

FONTE: SIAFI, SCONT/SF e Portaria STN nº 339, de 18 de maio de 2005.

CELSO APARECIDO RODRIGUES
Diretor Financeiro

PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO PRESIDENTE
Nº 077 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer que está suspensa a movimentação de servidor lotado e em efetivo exercício na Secretaria Especial de Comunicação Social; Secretaria Especial de Informática; Secretaria Especial de Editoração e Publicações; e Secretaria de Segurança Legislativa.

Art. 2º. Os casos especiais serão deliberados por esta Presidência.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2005.


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL (*)
Nº 089, DE 2005

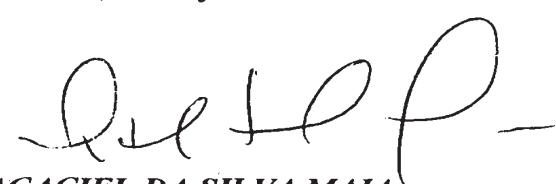
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Designar o servidor MARCO ANTONIO MENDES CAVALEIRO, matrícula 149485, para integrar, como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 42, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de elaborar levantamentos, estudos, propostas e soluções, com vistas aos ajustes ergonométricos no acervo mobiliário, de recursos tecnológicos, de comunicação e reformas de engenharia, necessários ao acesso às dependências do Senado Federal e manutenção da qualidade de vida das pessoas portadoras de limitações físicas, sensorial ou mental.

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de junho de 2005.

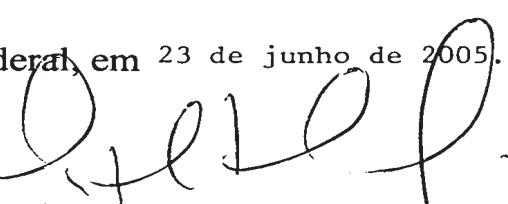

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2835 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.684/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ RONALD PINTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



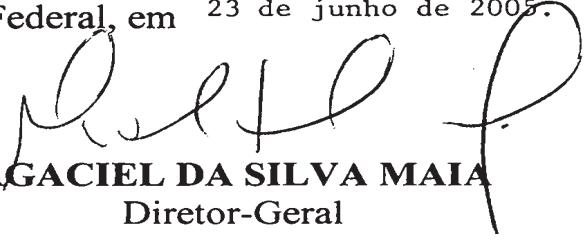
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2836 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009888/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LAVÍNIA FRANCO DE SOUZA CAMPOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Maria do Carmo Alves .

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



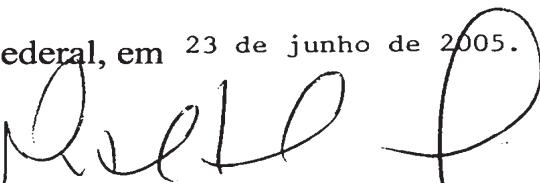
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2837 , DE 2005****O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no

uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009936/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDILIANA MARTHA FELIX DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wirlande da Luz.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

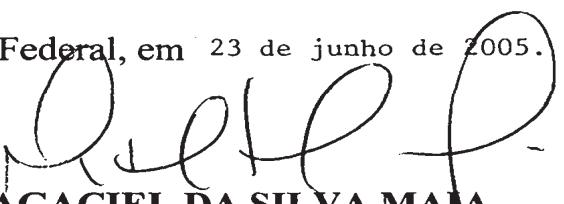
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2838 , DE 2005****O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no

uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009937/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIANA PAULA DE FARIAS LEAL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wirlande da Luz.

Senado Federal, em 23 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2839 , DE 2005

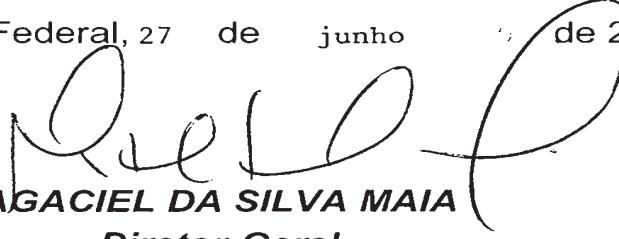
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA, matrícula nº 50020 e, JOSÉ RAIMUNDO NETO, matrícula nº 41066, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 009.720/05-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho , de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2840 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula nº 14579 e, ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA, matrícula nº 37270, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 009.847/05-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho , de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2841 , DE 2005

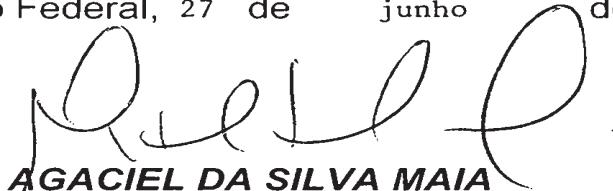
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula nº 14579 e, ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA, matrícula nº 37270, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 009.848/05-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2842 , DE 2005

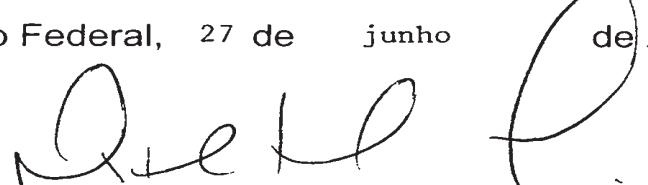
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula nº 14579 e, ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA, matrícula nº 37270, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 009.846/05-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2843 , DE 2005

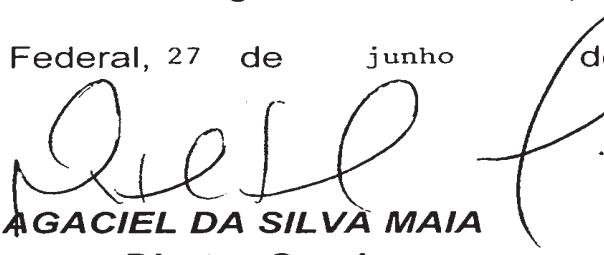
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula nº 14579 e, ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA, matrícula nº 37270, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 009.844/05-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2844 , DE 2005

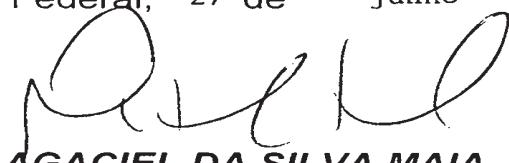
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula nº 14579 e, ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA, matrícula nº 37270, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 009.845/05-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

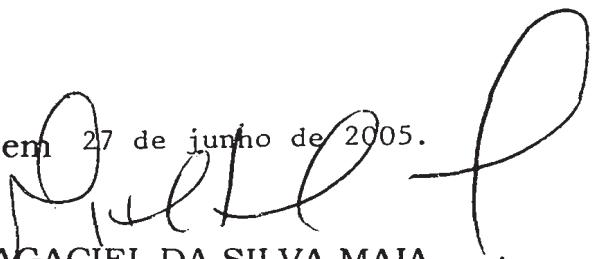
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2845 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 007449/05-4 e anexo,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, cancelar a reserva inominada de 25% (vinte e cinco por cento), feita nos termos do Ato do Diretor-Geral n.º 2135/2005, e reverter a respectiva cota da pensão temporária para BRUNA VASCONCELOS BISPO, na condição de filha menor, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), mantendo a pensão temporária concedida a ANA CAROLINA VASCONCELOS BISPO, na condição de filha menor, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) e a pensão vitalícia de SANDRA MARIA DE OLIVEIRA VASCONCELOS, na condição de companheira, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor ANTONIO AVELINO BISPO, matrícula 12560-ERGON, a partir da data do óbito, 25/04/2005.

Senado Federal, em 27 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

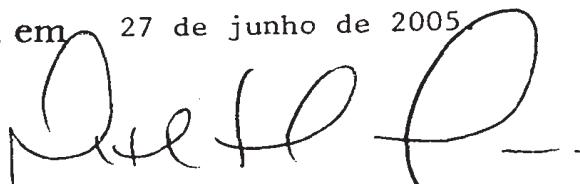
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2846 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 009361/05-7,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alíneas “b” e “c”, e inciso II, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a MARCIA MARIA MOURA DE FREITAS, na condição de companheira e CLÁUDIA NETO FLORES, na condição de ex-esposa pensionada, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para cada uma, e pensão temporária a MARCUS FELIPE DE FREITAS TAVARES, VIVIANE FLORES TAVARES, NATHALIA FLORES TAVARES e THIAGO FLORES TAVARES, na condição de filhos menores, no percentual de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) para cada um, dos proventos que percebia o ex-servidor MARCO ANTONIO TAVARES, matrícula 26855-ERGON, a partir da data do óbito, 31/05/2005.

Senado Federal, em 27 de junho de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral .

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2847 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009790/05-5,

RESOLVE designar o servidor SILVIO HAUGEN SOARES, matrícula 16813, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Pesquisa da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, a partir de 21 de junho de 2005.

Senado Federal, 27 de junho de 2005.

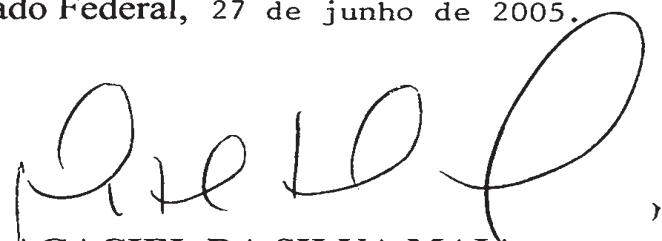


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2848 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009766/05-7,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ SILVA FERREIRA, matrícula 18718, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comissões, a partir de 20 de junho de 2005.

Senado Federal, 27 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2849 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003948/05-6,

RESOLVE designar o servidor CLAYLTON ZANLORENCI, matrícula 1832, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 02 de março de 2005.

Senado Federal, 27 de junho de 2005.



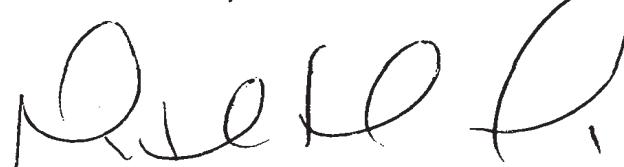
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2850 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.249/05-1,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1792, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3217, de 19/04/2005, que nomeou **CELIA APARECIDA JESUS DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 27 de junho de 2005.



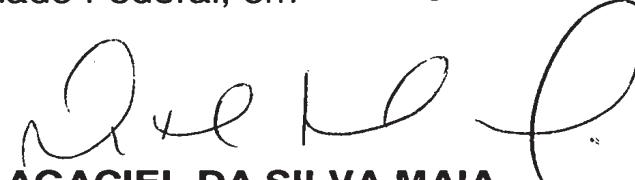
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2851 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007.615/05-1,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2114, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3232, de 13/05/2005, que nomeou **ROMAN CUNHA BRITO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 27 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 2852 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 004.286/05-7 e 006.834/05-1,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1998, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3227, de 05/05/2005, que nomeou **MÁRIO APARECIDO MOREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 27 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2853 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001.177/04-4,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1820, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3219, de 25/04/2005, que nomeou **JOAREZ GOMES DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 27 de junho de 2005.



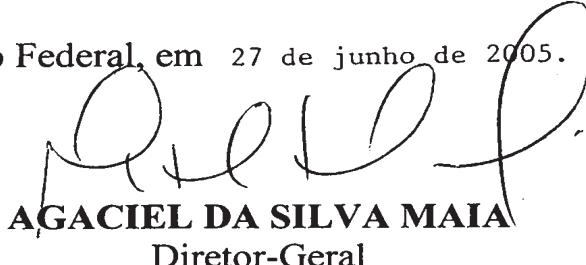
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2854 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010.022/05-8**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **GENEVALDO DE FREITAS FILHO**, matrícula n.º 172240, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 27 de junho de 2005.



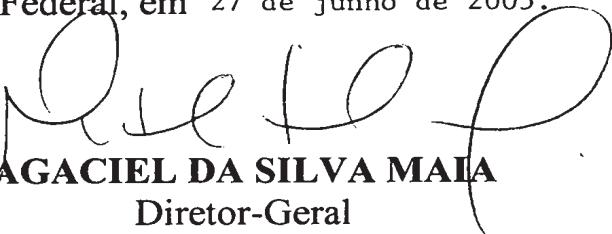
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2855 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010.022/05-8**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **LUIZ ALBERTO ALBUQUERQUE SOUZA**, matrícula n.º 164784, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 27 de junho de 2005.



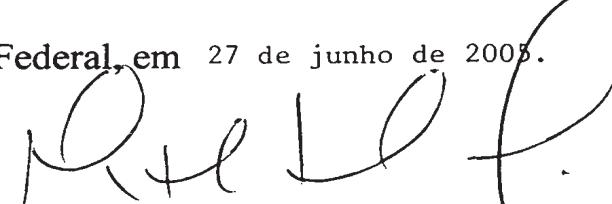
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2856 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **010048/05-7**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ELIAS MARCELO DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 164279, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 27 de junho de 2005.



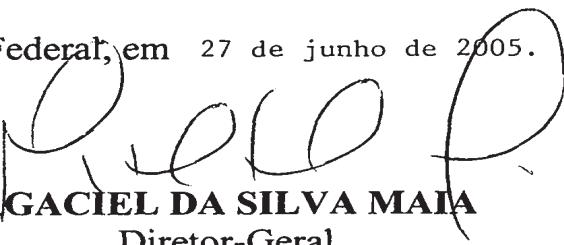
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2857 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009028/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TERESA CRISTINA TORMIM** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wirlande da Luz.

Senado Federal, em 27 de junho de 2005.



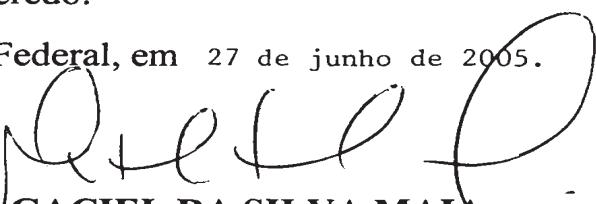
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2858 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.986/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DOLORES DA CUNHA PINTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Azeredo.

Senado Federal, em 27 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2839 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 009962/05-0,

RESOLVE dispensar a servidora DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS CALHÁO, matrícula 41042, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-8, da Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, a partir de 22 de junho de 2005.

Senado Federal, 27 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA		
PFL	Rodolpho Tourinho	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PMDB	Mão Santa
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
		PMDB	Garibaldi Alves Filho
		PFL	José Agripino
		PFL	Jorge Bornhausen
		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
		PSDB	Leonel Pavan
		P - SOL	ALAGOAS
		PMDB	Heloísa Helena
		PSDB	Renan Calheiros
		PFL	Teotônio Vilela Filho
		PSDB	SERGIPE
		PFL	Maria do Carmo Alves
		PSDB	Almeida Lima
		BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
		PMDB	AMAZONAS
		PSDB	Gilberto Mestrinho
		PDT	Arthur Virgílio
		PSDB	Jefferson Peres
		BLOCO - PT	PARANÁ
		PDT	Alvaro Dias
		PSDB	Flávio Arns
		PDT	Osmar Dias
		BLOCO - PT	ACRE
		P - SOL	Tião Viana
		BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior
		PSDB	Sibá Machado
		PDT	MATO GROSSO DO SUL
		BLOCO - PT	Juvêncio da Fonseca
		PMDB	Delcídio Amaral
		PMD	Ramez Tebet
		PMDB	DISTRITO FEDERAL
		BLOCO - PT	Valmir Amaral
		PFL	Cristovam Buarque
		PSDB	Paulo Octávio
		BLOCO - PSB	TOCANTINS
		PMDB	Eduardo Siqueira Campos
		PFL	Nezinho Alencar
		PSDB	Leomar Quintanilha
		BLOCO - PSB	AMAPÁ
		PMDB	José Sarney
		PMDB	João Capiberibe
		BLOCO - PT	Papaléo Paes
		PMDB	RONDÔNIA
		BLOCO - PT	Amir Lando
		PMDB	Fátima Cleide
		PMD	Valdir Raupp
		PTB	RORAIMA
		PDT	Mozarildo Cavalcanti
		PMDB	Augusto Botelho
		PMD	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095
----------	------------------------------------	---------------------------------

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calháo Irani Ribeiro dos Santos Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 3508) (Ramal: 3514) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Hermes Pinto Gomes Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3502) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE CAS CCJ CE CFC CI CRE CLP	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Celso Antony Parente Maria Lúcia Ferreira de Mello Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 4354) (Ramal: 4777) (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS

CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Necessarian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcem@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - ¹Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 178 PÁGINAS